

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

KEILA VALANDRO

**O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
– PNAE PARA A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
NOVOS MERCADOS: O CASO DA COOPAFI-CAPANEMA**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO

2014

KEILA VALANDRO

**O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
– PNAE PARA A INSERÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM
NOVOS MERCADOS: O CASO DA COOPAFI-CAPANEMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi

Coorientador: Prof. Dr. Márcio Gazolla

PATO BRANCO

2014

36p Valandro, Keila
O papel do Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE para
inserção da agricultura familiar em novos mercados : o caso da COOPAFI – Ca-
panema / Keila Valandro.- - 2015.
120 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Ângelo Perondi.

Coorientador: Prof. Dr. Márcio Gazolla.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco,
2015.

Bibliografia: f. 192-101.

1. Agricultura familiar 2. Programas sociais 3. Desenvolvimento regional 4.
Cooperativismo I. Perondi, Miguel Ângelo, orient. II. Gazolla, Márcio,
coorient. III. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. IV. Título.

CDD 22. Ed.: 330

Ficha Catalográfica elaborada por: Leandro Pandini, 2015.

CRB – 9/1473



TERMO DE APROVAÇÃO Nº 61

Título da Dissertação

O Papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE para o Fortalecimento da Agricultura Familiar no Sudoeste do Paraná: o caso da COOPAFI-Capanema

Autora

Keila Valandro

Esta dissertação foi apresentada às 9 horas do dia 20 de agosto de 2014, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. A autora foi arguida pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Miguel Angelo Perondi – UTFPR
Orientador

Profª Drª Rozane Marcia Triches - UFFS
Examinadora

Profª Drª Norma Kiyota - IAPAR
Examinadora

Prof. Dr. Marcio Gazolla – UFSM
Examinador

Visto da Coordenação

Profª Drª Maria de Lourdes Bernartt
Vice-Coordenadora do PPGDR

O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do PPGDR.

À minha família,
Dedico.

Agradecimentos

A Deus pelo dom da vida e por nos dotar da capacidade de aprender. Ao meu orientador Miguel Ângelo Perondi, por colaborar imensamente com esse trabalho, pela sua dedicação, atenção e pelos ensinamentos, serei sempre muito grata a ti. Ao Márcio Gazolla pelas contribuições como co-orientador. Aos professores do PPGDR que proporcionaram um crescimento intelectual e pessoal. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudo. Aos colegas de turma que contribuíram de diversas formas mostrando seus pontos de vistas diferentes. Ainda, se faz necessário agradecer à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e a Cooperativa Central da Agricultura Familiar Integrada do Paraná (Coopafi) - Capanema, pelo apoio na realização desta pesquisa. Ao Rodrigo Hartmann por ser meu guia e saber o caminho até às casas dos agricultores. Ao Ivo Vial pelas informações e todo seu carisma e alegria contagiantes. Aos Agricultores Familiares que participaram da pesquisa, vocês são o coração dessa pesquisa, obrigado pela troca de informações, com certeza estas experiências marcaram imensamente, admiro cada vez mais a profissão de Agricultor. Aos meus pais Delmir e Soleni, a minha irmã Amanda, por estarem sempre presentes. Ao Alexandre por acreditar em mim, me apoiar sempre e acalmar meu coração. A todos os amigos que de uma forma ou outra contribuíram com sua amizade.

RESUMO

VALANDRO, Keila. O papel do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para a inserção da agricultura familiar em novos mercados: o caso da COOPAFI-Capanema. Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Pato Branco, 2014.

Essa pesquisa procura avaliar a contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na criação de novos mercados para os produtores locais junto a experiência da cooperativa COOPAFI do município de Capanema, uma organização que é referência em inúmeras estratégias de acesso ao mercado institucional para viabilizar a comercialização de produtos dos seus agricultores familiares filiados, mas: Teria o PNAE impactado positivamente a receita desses agricultores? Onde e como os agricultores conseguiriam comercializar os mesmos produtos se não fossem associados à cooperativa? Portanto, a primeira hipótese é de que os agricultores que acessam o PNAE no município de Capanema tiveram efetivo aumento de receita. E a segunda é de que os agricultores não teriam outro meio para conseguir comercializar no mercado local/regional em quantidade próxima ou similar se não fossem cooperados. Desta maneira procurar-se-á compreender qual o papel do PNAE no fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações. Em específico, procurar-se-á: (1) investigar os motivos da adesão e permanência dos agricultores no PNAE e compreender a forma como os agricultores se inseriram no PNAE; (2) verificar se o PNAE promoveu a melhoria das condições de vida da população envolvida; (3) identificar quais são os alimentos adquiridos pela COOPAFI – Capanema no atendimento de suas demandas locais/regionais para perceber as motivações e percepções dos mesmos frente as possibilidade de geração de renda não apenas no curto prazo; (4) descrever o perfil socioeconômico dos agricultores participantes do PNAE verificando a influência dessa política na inserção dos agricultores familiares em novos mercados. A pesquisa constatou um efetivo aumento de receita entre os cooperados, o que evidencia o papel do PNAE no fortalecimento da agricultura familiar, entretanto, não foi possível caracterizar a extrema dependência dos agricultores à cooperativa, mas, uma inserção em novos mercados que propiciou a diversificação da produção; aumento da quantidade

produzida; a qualificação do agricultor para a melhoria da qualidade dos produtos; a especialização do trabalho na agroindústria e o conhecimento de novos canais de comercialização.

Palavras-chave: mercantilização, renda, agricultura familiar, alimentação escolar

ABSTRACT

VALANDRO, Keila. The role of The National Program For School Meals - PNAE for Insert family farm In new markets: The case of COOPAFI – Capanema. Graduate Program in Regional Development. Federal Technological University of Paraná (UTFPR). Pato Branco , 2014.

This research evaluates the contribution of the National School Feeding Programme (PNAE) in creating new markets for local producers to the experience of cooperative COOPAFI the municipality of Capanema, an organization that is a reference in many strategies to access the institutional market to enable the marketing of products of its affiliated farmers, but: Did the PNAE positively impacted the revenue from these farmers? Where and how the farmers to sell their products if they were not associated with the cooperative? Therefore, the first hypothesis is that farmers who access the PNAE in the municipality of Capanema had effective increase income. And the second is that farmers would have no other means to achieve market in the local / regional market in close or similar amount if they were not members. This way will be sought to understand the role of PNAE in strengthening family agriculture and its organizations. In particular, efforts will be made: (1) investigate the reasons for accession and farmers remain in the PNAE and understand how farmers were inserted in PNAE; (2) verify that the PNAE helped improve the living conditions of the population involved; (3) identify which foods purchased by COOPAFI - Capanema in meeting their local / regional demands to understand the motivations and perceptions thereof forward the possibility of generating income not only in the short term; (4) describe the socioeconomic profile of participants PNAE farmers and the influence of this policy on the integration of family farmers in new markets. The survey found an effective increase in revenue among the cooperative, which highlights the role of PNAE in strengthening family farming, however, was not possible to characterize the extreme dependence of farmers to the cooperative, but an insert into new markets that led to the diversification production; increase in the quantity produced; the qualification of the farmer to improve the quality of products; the specialization of labor in the agricultural industry and the knowledge of new marketing channels.

Keywords: commodification, income, family farm, strategies, .school meals.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa da região de Capanema com a localização e divisões territoriais...42

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Locais de Venda dos produtos, antes do PNAE	70
Gráfico 2. Locais de Venda dos produtos, depois do PNAE	70
Gráfico 3. Locais de Venda dos Produtos dos Agricultores Dependentes e Independentes do PNAE, Antes de Acessar ao PNAE	80
Gráfico 4. Locais de Venda dos Produtos dos Agricultores Dependentes e Independentes do PNAE, Após Acessar o PNAE	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Atividades Desenvolvidas pela Cooperativa e seus Papéis.....	50
Tabela 2. Alimentos Produzidos pelos Agricultores Familiares nos 12 estabelecimentos entrevistados no Município de Capanema - PR	53
Tabela 3. Idade do Chefe dos 12 estabelecimentos familiares entrevistados integrantes do PNAE no município de Capanema – PR	56
Tabela 4. Número de pessoas residentes nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados integrantes do PNAE no município de Capanema - PR	56
Tabela 5. Quantidade de UTH nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados inseridos no PNAE no município de Capanema - PR	57
Tabela 6. Local de trabalho ou atividade desenvolvida/Quantidade de pessoas nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	58
Tabela 7. Tipos de receitas das unidades de produção familiar 2012/2013 nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	60
Tabela 8. Estrutura fundiária dos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR	62
Tabela 9. Capital Disponível entre os agricultores familiares dos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR	62
Tabela 10. Produção de novos produtos por causa do PNAE nos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR	63
Tabela 11. Influência do PNAE na quantidade produzida dos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR ...	63
Tabela 12. Influência do PNAE na alteração da quantidade produzida nos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR	65
Tabela 13. Periodicidade de entrega dos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR	65
Tabela 14. Alteração na forma de produzir por causa do PNAE dos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	65
Tabela 15. Influência do PNAE no planejamento da produção nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	66
Tabela 16. Motivação proporcionada pelo PNAE para vender com regularidade nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	66
Tabela 17. Registro de dados da produção dos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR.....	67
Tabela 18. Influência do PNAE na melhoria da qualidade dos produtos nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	67
Tabela 19. Incentivos no PNAE para melhoria da qualidade nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	68

Tabela 20. Avaliação da qualidade de seus próprios produtos nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	68
Tabela 21. Influência do preço na qualidade nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	68
Tabela 22. Manutenção da comercialização com as entidades beneficiárias nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	69
Tabela 23. Experiência nova de comercialização proporcionada pelo PNAE nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	72
Tabela 24. Influência do PNAE na alteração da quantidade produzida nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR	72
Tabela 25. Idade do Chefe dos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no município de Capanema - PR	73
Tabela 26. Número de pessoas residentes por estabelecimento dependente e independentem do PNAE no município de Capanema - PR	74
Tabela 27. Quantidade de UTH nos estabelecimentos dependentes do PNAE no município de Capanema - PR	75
Tabela 28. Tipologia das receitas das unidades de produção familiar 2012/2013 dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema – PR	75
Tabela 29. Estrutura fundiária dos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR	77
Tabela 30. Capital Disponível (CD) entre os agricultores dependentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR	77
Tabela 31. Produção de novos produtos por causa do PNAE nos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR	78
Tabela 32. Influência do PNAE na quantidade produzida nos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR	78
Tabela 33. Registro de dados da produção nos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR	79
Tabela 34. Influência do PNAE na melhoria da qualidade dos produtos nos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR.....	79
Tabela 35. Experiência nova de comercialização proporcionada pelo PNAE para os agricultores dependentes e independentes do PNAE	81

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AC	Unidade da Federação – Acre
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CAPA	Centro Paranaense de Apoio ao Pequeno Agricultor
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas
CLAF	Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNSA	Conferência Nacional de Segurança Alimentar
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
COOPAAF	Cooperativa de Agricultores Familiares
COOPAFI	Cooperativa Central da Agricultura Familiar Integrada do Paraná
COOPERFAC	Cooperativa de Agricultores Familiares de Capanema
COOPERSOL	Cooperativa de Comercialização e Economia Solidária
CRAPA	Coordenação Regional de Associação de Pequenos Agricultores
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBSA	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
Instituto Emater	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN	Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MERCOSUL	Mercado Comum da América do Sul
ONG	Organização não Governamental
PA	Unidade da Federação – Pará
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSM	Produção Simples de Mercadoria
RS	Unidade da Federação – Rio Grande do Sul
SAPS	Serviço Nacional de Alimentação e Previdência Social
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
SINAC	Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional
SNC	Sistema Nacional ao Crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 MERCANTILIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO	5
3 MERCADO INSTITUCIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR	15
3.1 O papel do Estado no fortalecimento da Agricultura Familiar	20
3.2 Políticas Públicas e Abastecimento Alimentar	23
3.3 O Mercado Institucional de Alimentos	28
3.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar	31
4 METODOLOGIA.....	35
4.1 Estudo de Caso	35
4.2 Fases da Pesquisa	37
4.3 População/Amostra.....	37
4.4 Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados.....	38
4.5 A escolha dos entrevistados	40
4.6 Análises dos Dados	40
4.7 A escolha do Município e suas características.....	41
5 O COOPERATIVISMO EM PRÁTICA	44
6 A OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE VIA COOPAFI.....	49
7 O PNAE SOB A ÓTICA DOS PRODUTORES.....	56
7.1 Perfil dos associados da COOPAFI – Capanema	56
7.2 Impactos do PNAE na produção e regularização da oferta	63
7.3 Influência do PNAE na ampliação dos mercados	69
7.4 Tipologia dos agricultores entrevistados	73
7.5 O PNAE sob a Ótica dos Produtores	82
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS	102
ANEXO A - Roteiro da Entrevista Aplicada nos Agricultores Familiares	103
ANEXO B - Roteiro de Entrevista Aplicada na COOPAFI	105
ANEXO C - Diagnóstico do Sistema de Produção	107
ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	118

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que relaciona o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE com a experiência de organização social cooperativa para a comercialização da produção de alimentos pela agricultura familiar.

A pesquisa de campo dessa dissertação foi localizada na região Sudoeste do Paraná porque é uma região com forte presença da agricultura familiar, uma forma de produção que se caracteriza por um crescente mercantilização e uma estratégia de reprodução social cada vez mais dependente do mercado. Contudo, ainda é uma agricultura que não perdeu seu caráter familiar e, tampouco, a sua forma social de produção e de trabalho capaz de se adaptar do ambiente rural com o qual desenvolve interações com os sistemas produtivos e o meio ambiente no mesmo espaço rural.

Para Van Der Ploeg (1990) a agricultura familiar possui uma forte ligação com o mercado, o progresso tecnológico, apresentando uma crescente externalidade do processo produtivo, até mesmo dos alimentos para consumo e aos movimentos de cientificização da produção agrícola.

Paralela a esta ocasião, na esfera da produção, há o fortalecimento de um modelo produtivo pautado na agricultura intensiva, mecanizada, com grande utilização de produtos químicos que difundem práticas agrícolas produtivistas e disponibilizam alimentos inseguros e contribuem à degradação do meio ambiente. Somado a isso, há um aumento da marginalização de parte dos agricultores e da pobreza do campo, intensamente ligado à interferência do comércio internacional no provimento alimentar doméstico e ao crescente processamento dos alimentos e padronização dos hábitos alimentares da população (FROEHLICH, 2010).

Para essa mesma autora, procurando reverter essa tendência, nos últimos anos, o Estado brasileiro vem propondo políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), promovendo um modelo de produção e consumo de alimento mais saudável, a partir de dois elementos básicos: (1) o componente alimentar, relacionado à produção, disponibilidade, comercialização e acesso ao alimento e o componente nutricional, associado às práticas alimentares e; (2) ao estado de nutrição da população no sentido biológico.

Considerando esses componentes, o Estado procura aproximar a produção dos consumidores de alimentos, sendo um elo no acesso ao mercado e regulador, desta maneira, em 1954 é criado o PNAE, uma política pública que tem despertado o interesse

de organizações públicas e da sociedade civil em termo de adesão e de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

As políticas de alimentação escolar iniciaram no Brasil a partir de ações isoladas da sociedade civil e de alguns estados e municípios até se conformar num programa de abrangência nacional, coordenado pelo Governo Federal. Desde sua origem, a aflição que motivava e que alicerçava o entendimento básico do programa público, era à desnutrição das crianças (TURPIN, 2009).

A partir das primeiras diretrizes de orientação nacional sobre o assunto nos anos 30, mesmo que não aplicada em baseamentos práticas, estudiosos e profissionais envolvidos com o assunto já deliberavam cardápios adequados às diversas regiões do país, preconizando a utilização de alimentos regionais, o que tendia enriquecer a base nutritiva da alimentação dos escolares, mas que também chegaria a se instituir no embrião do apoio à pequena produção local.

Igualmente, as ações de Política de Alimentação e Nutrição buscaram inserir em suas linhas de ação os temas da alimentação escolar e ao incentivo ao pequeno produtor rural devido à sua importância e complementaridade. O público alvo era coincidente, ou seja, as crianças escolares mais desprovidos nutricionalmente também eram aquelas pertencentes a famílias da área rural, onde se reúnem os maiores índices de pobreza.

A constituição do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar em 1954 no Ministério da Saúde, e formalizada em 1955 no Ministério da Educação e Cultura por meio do decreto nº. 37.106/55, seus objetivos principais visavam essencialmente à redução da desnutrição do escolar e à melhoria dos hábitos alimentares.

Atualmente, o PNAE movimenta uma quantia na ordem de R\$ 1,6 bilhão, beneficiando mais de 36 milhões de crianças que hoje fazem pelo menos uma refeição ao dia. Pode-se considerá-lo o maior programa de suplementação alimentar da América Latina, analisando o tempo de atuação, a ininterruptão, o engajamento constitucional desde 1988, o modo universal, o número de alunos atendidos e o volume de investimentos já concretizados. Seu objetivo principal é:

“atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula e à formação de hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o seu crescimento, desenvolvimento, aprendizado e rendimento escolar” (Resolução FNDE/CD nº. 32, de 10/08/2006).

Mas tem como uma de suas orientações “o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados,

preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local” (Resolução FNDE/CD nº. 32, de 10/08/2006).

Nesta perspectiva, as Políticas de Alimentação e Nutrição como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), surgem como possibilidade de integrar as políticas relacionadas à saúde dos escolares e, de outro, criar novos mercados para os produtores locais.

Por isso, as tradicionais políticas de expansão socioeconômicas não têm sido eficientes em acabar com as desigualdades regionais, existindo a pobreza rural e urbana até os dias de hoje.

Na elaboração da política de Desenvolvimento Local considera-se a agricultura familiar como um segmento a ser dinamizado. Apesar de a produção familiar corresponder atualmente por 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional e ocupar 77% da mão-de-obra do campo (MDA, 2006-a) às vezes esses produtores não têm acesso às redes comerciais, sendo indispensável a construção de “pontes” que os conectem a outros agentes econômicos e sociais. A chamada “demanda institucional” funda-se em um dos elementos que podem ser empregados, de forma coordenada com outras ações, a fim de garantir mercado para essa produção.

Embora a comercialização de produtos da agricultura familiar através do mercado institucional, no Brasil, é um fenômeno relativamente recente. A comercialização da produção organizada pelas cooperativas tem levado a mais facilidades aos agricultores, como por exemplo, no caso dos processos de comercialização com o governo federal (PNAE, PAA). Com o intuito dos agricultores se fortalecerem e alcançar alguns objetivos, principalmente na área da comercialização foi constituída em 2001 Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI).

A justificativa por localizar a pesquisa no município de Capanema é devida a sua experiência de construção social do mercado via o cooperativismo alavancado pelo mercado institucional.

Dessa maneira chamou a atenção desse município a trajetória da COOPAFI Capanema que vem apresenta inúmeras estratégias de acesso ao mercado institucional para viabilizar a comercialização de produtos da agricultura familiar.

Na realização deste trabalho foi delimitado, a partir da percepção e história dos atores envolvidos no processo de comercialização para o PNAE, a participação dos agricultores familiares neste programa, desde a sua adesão, produção e a comercialização por meio da COOPAFI Capanema.

Os problemas que norteiam esta dissertação são: O PNAE é um instrumento de fortalecimento da Agricultura Familiar via a elevação da receita dos agricultores? Onde e como os agricultores familiares conseguiriam comercializar os produtos no mercado local/regional em quantidade próxima ou similar se não fossem beneficiários do PNAE e associados à COOPAFI - Capanema?

A primeira hipótese desse trabalho é de que os agricultores que acessam o PNAE no município de Capanema tiveram efetivo aumento de renda, o que comprovaria que essa política é um instrumento de fortalecimento da agricultura. E a segunda hipótese é de que os agricultores não teriam outro meio ou método para conseguir comercializar no mercado local/regional em quantidade próxima ou similar se não fossem beneficiários do PNAE e associados à COOPAFI - Capanema.

Desta maneira procurar-se-á compreender qual o papel do PNAE no fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações. Em específico, procurar-se-á:

(1) investigar os motivos da adesão e permanência dos agricultores no PNAE e compreender a forma como os agricultores se inseriram no PNAE;

(2) verificar se o PNAE promoveu a melhoria das condições de vida da população envolvida;

(3) identificar os alimentos adquiridos pela COOPAFI – Capanema no atendimento de suas demandas locais/regionais para perceber as motivações e percepções dos mesmos frente as possibilidade de geração de renda não apenas no curto prazo;

(4) descrever o perfil socioeconômico dos agricultores participantes do PNAE verificando a influência dessa política na inserção dos agricultores familiares em novos mercados.

Além desta introdução, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos e a conclusão final. O capítulo 1 retrata e relaciona os temas da mercantilização e dos mercados. O capítulo 2 faz uma revisão sobre políticas públicas voltadas para a consolidação de um mercado institucional e a importância do PNAE. O capítulo 3 apresenta a organização da agricultura familiar para o mercado e a caracterização do local da pesquisa. O capítulo 4 aponta a metodologia adotada na dissertação. E, finalmente, o capítulo 5 aborda os resultados e discussões.

Por fim, nas considerações finais são avaliadas e elencadas uma série de sugestões para a continuidade dessa investigação, além dos resultados gerais às perguntas formuladas neste trabalho.

2 MERCANTILIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO

As alterações estruturais que aconteceram no meio rural brasileiro, mas também em muitos outros países, assinalam mudanças substanciais nas formas familiares de produção e estiveram focadas no processo de modernização da estrutura produtiva agrícola, proporcionando profundas transformações na relação das populações com suas economias locais e regionais.

De acordo com Navarro (2002) essas profundas alterações propiciaram a inserção de seus habitantes ao “mundo dos mercados” e à inclusão de novos imperativos para a reprodução social da agricultura familiar, que gradativamente se consolidou em uma nova ruralidade que, entretanto, ainda não vem sendo acompanhada por coerentes interpretações acadêmicas.

A mercantilização que acarretou a reorganização da unidade produtiva e das instituições sociais e das relações comunitárias alterou os estilos de produzir e viver no meio rural e se deve mais a um processo conflitante onde os agricultores aumentaram um conjugado de respostas, repertórios culturais historicamente reproduzidos e congruentes as suas condições socioeconômicas, do que ao resultado e uma imposição estrutural. Deste modo, emergiram diferentes estilos de agricultura, resultante da habilidade de resistência contida dentro da agricultura familiar, que permite aos agricultores instituir espaços de manobra e reproduzir suas unidades familiares sob a pressão do plano dominante: a modernização (NIEDERLE, 2007).

A modernização da base técnica da agricultura é uma importante, porém, não única expressão do processo de mercantilização da agricultura e do meio rural, o que nos permite avançar no debate sobre a diversificação da agricultura em ambientes mercantilizados. Tomando a mercantilização como ponto de partida é possível encontrar guarida para interpretar empiricamente e teórico-metodologicamente de que forma a agricultura familiar logra êxito quanto a sua reprodução em ambientes mercantilizados, porém em intensidade e forma variada.

O processo de mercantilização é a gradual orientação da produção para o mercado e para uma forma social cada vez mais dependente e condicionada ao modo de produção capitalista, sendo que a agricultura familiar ainda tem uma função própria e favorável para a sociedade capitalista (LONG, 1986).

Os mercados são anteriores ao próprio capitalismo, estabeleceram até a atualidade, e provavelmente ainda o fará por um longo tempo, as estruturas sociais que mais modificaram o conjunto das relações sociais e humanas.

Polanyi (1980) nos remete à ideia de independência dos mercados em relação às demais estruturas sociais, processo capaz de induzir a formação de uma sociedade onde “o padrão de mercado, ao estar relacionado com a barganha e permuta, cria o mercado. O mercado controla o sistema econômico (...). As relações sociais ficam embutidas no sistema econômico.” (POLANYI, 1980, p. 77). O desenvolvimento dos mercados e a difusão da economia capitalista com todas suas decorrências sobre o conjunto da vida social que marcam a grande transformação de que explana o autor.

Para Polanyi (1980), incidiu uma nova orientação nas relações sociais, no capitalismo, em que inverteu o sentido da ordem natural até então, dessa forma, ao contrario das relações sociais determinarem as relações econômicas, como sobrevinha na maioria das culturas que se conhece, foram às relações econômicas que passaram a determinar as relações sociais. A mercantilização, deste modo, extinguiu os antigos padrões de relacionamento social e os recolocou baseada num “sistema de mercado”, quando acontece a alteração na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência, criador de preços. Relações de reciprocidade e redistribuição para a comunidade foram então deslocadas progressivamente para uma relação mercantil de troca instantânea (POLANYI, 1980, p. 60).

Marx (1971) confere ao modo de produção capitalista, em suas características, relações sociais de trabalho e produção em que o remanescente econômico produzido por uma classe é apoderado por outra, a verificação de que este processo ocorre nos mercados e mediatizados pela forma social da mercadoria é essencial a toda a análise. Marx (1982), nenhum produtor sozinho é capaz de produzir mercadorias. O fruto de seu trabalho somente adquire essa forma social e valor de troca sob determinadas relações sociais que se descobrem nos mercados.

Nesse contexto, a definição do processo de mercantilização pode ser abarcada pelo papel que o mercado admite em transformar todas as coisas em mercadorias, e sua função de tornar independente das pessoas o efeito de seu trabalho, fazendo dos vínculos humanos unicamente plausíveis pela forma social do dinheiro e da mercadoria (NORDER, 2006).

Todas as operações se transformaram em operações monetárias e as rendas se tornaram resultantes da venda, deste modo, o sistema de mercado, uma vez constituído, passa a engendrar de forma autônoma. Os lucros do mercador sendo auferidos no mercado e os preços se autorregulando, uma técnica de autonomização. Polanyi (1980, p.60) corrobora ao tema, onde “[...] a transformação implica uma mudança

na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência”.

Para Polanyi (1976, p.286), a estabilidade e a unidade das sociedades primitivas eram fundadas pela reciprocidade e a redistribuição, motivações não econômicas, enquanto que a sociedade capitalista se ordena pelo intercâmbio.

A reciprocidade imprime movimentos entre pontos correlativos de grupos simétricos e consiste numa dádiva e contra dádiva imprescindíveis entre pessoas que possuem algum tipo de relação recíproca definida socialmente, as dádivas são uma forma de proferir as relações sociais existentes. A redistribuição indica movimentos apropriativos em direção a um centro e também no do centro para “fora”, sentido inverso, a redistribuição está subordinada a presença de algum grau de centralidade no grupo. É uma troca de natureza política, contudo, os acordos abarcados neste tipo de troca são involuntários, porém os termos decididos (POLANYI, 1976). Por sua vez, a troca mercantil acontece por movimentos mútuos e momentâneos, como os que realizam os sujeitos em um sistema de mercado, os acordos são voluntários e os termos específicos, e para produzir integração demanda um sistema de mercados formadores de preços. Atualmente na economia, a troca de mercado é o tipo de acordo predominante.

A sociedade capitalista se distingue das anteriores exatamente por fundar uma relação social sem mais débitos de reciprocidade, isto é, sem mais obrigações para com a comunidade. “Na produção mercantil, confrontam-se vendedores e compradores independentes entre si. Suas relações recíprocas cessam no mesmo dia em que acaba o contrato que fizeram” (MARX, 1989, p.682).

Para podermos compreender o processo de mercantilização é preciso entender como a mercadoria se forma. Um produto que não somente servirá para suprir a necessidade, portanto, valor de uso, mas conterà um valor de uso para os outros, algo de valor social e, que, desta forma, possa ser trocado. Assim, “as mercadorias só são mercadorias devido à sua duplicidade, de valor de uso e valor, ou seja, apresenta-se dupla tão logo seu valor se manifeste em troca” (PERONDI, 2009).

A disposição de uma crescente necessidade da sociedade de produzir mercadorias para poder satisfazer a própria necessidade de consumir mercadorias, esse processo é conhecido como mercantilização, é um procedimento de uma crescente monetarização e individualização das relações sociais (LONG, 1986).

A mercantilização pode ser entendida como um vasto processo de mudança social, tal como definiu Polanyi (2000), não se restringindo, unicamente, à agricultura. No entanto, alguns autores como Marsden (2003), Long (1986) e Van Der Ploeg (1990),

fizeram importantes esforços analíticos para a compreensão dos processos de mercantilização do meio rural e da agricultura.

Abramovay (1992) demonstrou que agricultura familiar é oriunda do campesinato. Porém, ela concebe uma forma de organização do trabalho e da produção bastante distinta, em função da sua crescente conexão aos mercados. Isso não significa que a agricultura familiar seja algo absolutamente distinto, ou completamente diferente. Ao contrário, a agricultura familiar tem as suas raízes históricas no campesinato; todavia se apresenta como uma superação das formas camponesas. Mas quando o modo de vida do campesinato sofre influencia cada vez mais crescente da sociedade capitalista acaba procedendo em uma supressão desse modo de vida, e surgindo uma agricultura familiar cada vez mais mercantilizada. De acordo com Abramovay (1992), o ambiente econômico é contraditório com as sociedades camponesas, aonde a reciprocidade, o trabalho social e a personalização dos laços sociais perderam espaço para um mercado regulador de preços.

Como elaborou Marx, a produção mercantil só existe quando as mercadorias passam a conter valor de troca ao invés de valor de uso. O valor de uso, no caso da agricultura, pode ser delimitado como aqueles elementos que ingressam no ciclo produtivo agrícola sem serem comprados via mercado. Eles são originários dos ciclos anteriores de produção e são empregados para o novo ciclo produtivo (Van der Ploeg, 1990; 1992). Deste modo, o agricultor produz os valores de uso e não os compra, sendo que o mercado não intervém na sua reprodução social. Caracteriza-se o valor de troca pela época histórica na qual surgem as contradições entre capital e trabalho. Na agricultura, o valor de troca nasce da necessidade do agricultor comprar as diversas mercadorias e elementos para dar início ao novo ciclo produtivo anual. Além do mais, o agricultor precisa de excedentes monetários o que o faz, também, comercializar a produção de mercadorias agrícolas no mercado, executando, dessa maneira, o valor de troca e caracterizando, desta maneira, um processo de mercantilização (GAZOLLA E SCHNEIDER, 2004).

Para o agricultor, a mercantilização se manifesta em uma ligação direta com a monetarização, isto é, o ciclo de reprodução do meio de vida camponês é progressivamente afetado com o mercado, transformando, entretanto não extinguindo completamente, a sua natureza camponesa, à medida que desenvolve a necessidade por recursos oferecidos pelo mercado. A mercantilização evidencia um relativo balanço entre atividades de mercado e de subsistência, e assim se pode avaliar o grau de mercantilização da economia doméstica (LONG, 2001).

No entanto, esta configuração manteve o trabalho, o patrimônio e a administração sob a incumbência da família, integrando o capital de forma facultativa e sendo capaz de produzir mercadorias remuneradas não necessariamente pelo lucro econômico. Para Perondi (2007), a agricultura familiar tornou-se útil ao sistema capitalista, pois foi capaz de reduzir o custo de reprodução da força de trabalho dos outros setores e de liberar o orçamento dos assalariados para o consumo de bens duráveis e não alimentares, auxiliando no processo geral, o modelo de consumo e acumulação capitalista.

De acordo com Van Der Ploeg (1993), através da crescente mercantilização a técnica de trabalho agrícola, torna a reprodução social, cada vez mais externalizada e dependente do mercado, muito presente na agricultura familiar.

Ao mesmo tempo, estas mudanças concretizaram uma dinâmica de desenvolvimento exportador agroindustrial amplamente dependente do setor primário. Além disso, a mercantilização delimitou a crescente externalização das etapas produtivas, tais como utilização de sementes geneticamente melhoradas, uso de altas doses de corretivos do solo, defensivos e adubos, sendo então responsável por tornar os agricultores cada vez mais dependentes de cooperativas, bancos e indústrias; resultando em gradativa perda do controle dos mesmos sobre a base de recursos necessária a reprodução da unidade produtiva.

A mercantilização se materializa através da externalização, da cientificação e da dependência estrutural ao mercado dos agricultores familiares, para exercer a sua reprodução da família e produção agrícola.

A externalização provoca uma maior dependência aos insumos industriais, sendo percebida pela elevação do consumo intermediário na agricultura (KAGEYAMA et. al. 1990). Os gastos com, adubos e corretivos, sementes e mudas, defensivos agrícolas, arrendamento de terras, alimentação e medicamentos dos animais, aluguel de máquinas e equipamentos, e a contratação de força de trabalho animal, humana e mecânica aumentou de forma expressiva principalmente entre os anos de 1970 e 1980, no período de mudanças técnicas mais intensas, de “modernização compulsória”, onde a ação do Estado manifestou-se de forma mais expressiva (NORDER, 2006).

O aumento significativo dos custos em relação ao valor da produção revela o que Van Der Ploeg et. al. (2000) designaram de crescente *squeeze* (aperto/compressão) da agricultura modernizada, o qual pode ser sintetizado em termos de acréscimos nas despesas de produção e simultaneamente a diminuição dos retornos do trabalho. Foi este *squeeze* que instituiu definitivamente a necessidade do trabalho familiar se voltar

inicialmente à aquisição de dinheiro, fazendo da monetização outra face da mercantilização (SCHNEIDER E NIEDERLE, 2007).

Para Van Der Ploeg (1993), a mercantilização orienta os processos produtivos para o mercado, proporcionando uma crescente externalização, ou seja, a reprodução de uma forma social, fortemente influenciada pelo progresso técnico, torna-se cada vez mais subordinada do modo de produção capitalista.

Marsden (1995 apud SCHNEIDER, 2003) propõe a *commoditization* como um conceito que auxilia explicar uma nova representação espacial e socioeconômica do meio rural, pois elementos agrícolas e rurais e também pessoas e artesanatos passam a possuir valores mercantis, representando um amplo processo político e social; a transformação, por exemplo, no processo de trabalho na agricultura, não representa um processo universal e único, entretanto, se trata de um acontecimento diferentemente construído. A mercantilização da agricultura familiar também se solidifica materialmente no que Van Der Ploeg (1990) chamou de cientifização da agricultura e da produção agrícola. A cientifização do método de produção agrícola se refere ao modo pela qual a agricultura inicia a assimilar e a internalizar a técnica na produção agropecuária instruída pela ciência moderna. Para Gazolla (2006), este processo da agricultura se desenvolve por meio da internalização, das técnicas modernas de cultivo e manejo, no plantio de sementes melhoradas, no uso de máquinas e equipamentos, na correção e fertilização das propriedades químicas e físicas dos solos, no uso dos agrotóxicos agrícolas, etc.; é, portanto, o estágio em que as forças produtivas da agricultura utilizam da ciência para produzir e reproduzir as práticas da existência humana e a materialidade do processo produtivo agrícola.

Neste âmbito, o trabalho agrícola também é mercantilizado, já que a crescente externalização via inovações tecnológicas faz com que o trabalho agrícola incremente em termos de produtividade e que o tempo de trabalho em alguns processos de produção seja suavizado. Assim, o trabalho agrícola se torna uma relação de mercado e, facilmente, entra no ciclo produtivo agrícola como fator de produção.

Segundo Van Der Ploeg (1990, p. 272) [...] “a adoção de inovações externamente desenvolvidas se torna a palavra chave. Esse é o modo pelo qual a alienação do trabalho agrícola e sua formal submissão para com o capital é acompanhada”. Apesar de ser um processo social de grande abrangência e de intensidade fortemente aumentada depois da modernização da base técnico-produtiva da agricultura com a cientifização e a externalização da produção, como demonstrou Van Der

Ploeg (1990) a mercantilização da agricultura familiar é um processo inconcluso, não linear e heterogêneo.

Além disso, existem diferentes graus de mercantilização, que consideram o grau em que as relações mercantis adentram no processo de produção e de trabalho. Os fatores de produção e os insumos adentram na produção na qualidade de mercadorias, sendo valorizados conforme os critérios de mercado, o que representa um alto grau de mercantilização. Assim, a mercantilização, na agricultura não pode ser definido em termos de um padrão unilinear de desenvolvimento. Âmbitos muito desenvolvidos podem deter um número grande de unidades produtivas, que funcionam com base em processos de reprodução não mercantilizados. De tal modo em sociedades agrárias tradicionais, poder-se-á encontrar também, uma maior mercantilização em diversos aspectos, como no mercado de trabalho (VAN DER PLOEG, 1993).

Deste modo, o conceito de graus de mercantilização tornar-se-á muito útil para se pensar as diversas categorias sociais de agricultores familiares existentes, bem como as intensidades diferentes em que o consumo de alimentos básicos foi mercantilizado nas famílias (GAZOLLA, 2006). Como definiu Van der Ploeg (1992), o grau de mercantilização reflete o estágio em que as relações mercantis já adentraram no processo produtivo de trabalho e produção.

Para Long (1986), os estudos que abordam a mercantilização, deveriam analisa-la como um componente ativo para as estratégias individuais de empresas, espaços domésticos e de meios de vida, em lugar de meramente concebê-la como uma força externa que encontra os agricultores. Determinados estudos que acatam este ponto de vista têm concluído que: a) existem graus de mercantilização, portanto, a mercantilização não ocorre de forma uniforme e ao mesmo tempo para todos; b) nas economias periféricas se deve analisar que nem todos os elementos estão totalmente mercantilizados; c) os processos de mercantilização são com frequência, diferenciados e desiguais em suas implicações regionais e; d) é necessário aferir o papel do Estado como agente da mercantilização.

Assim, para Perondi (2009), a mercantilização é compreendida como um processo econômico, cultural e social, que desempenha influências sobre as relações de produção e trabalho das famílias, como também, que o processo de mercantilização fragiliza, mas também favorece um conjunto de novas atividades da unidade de produção, atividades que auxiliam para adaptar um estoque e fluxo de alimento e recursos financeiros aceitáveis para garantir as necessidades básicas e novas estratégias de reprodução social.

Neste sentido, demonstra-se que esta mercantilização não é um processo que ocorre da mesma forma em todas as unidades. Ela é um movimento histórico, que tem um caráter contraditório e desigual no que se refere ao impacto que provoca sobre a alimentação das famílias. Este processo será abrangido pelo conceito de diferentes graus de mercantilização do consumo, como se referiu Van der Ploeg (1990; 1992). Demonstra-se, também, que este processo mais geral e amplo de mercantilização do consumo leva uma parcela significativa dos agricultores familiares a vulnerabilização da sua reprodução social e a insegurança alimentar.

Como corroborou em outra ocasião (Gazolla, 2004) a produção de auto provisionamento preenche alguns dos princípios norteadores do conceito de segurança alimentar para os agricultores familiares. Estes princípios são o do acesso permanente aos alimentos; o da geração de uma alimentação em quantidade e de maneira permanente; alimentos com qualidade produzidos e consumidos pelo grupo doméstico; o fornecimento de uma alimentação que atenda os hábitos de consumo próprios dos agricultores; e, a aquisição de alimentos diversificados em seus tipos, formas e qualidades nutricionais. É por ocasionar estes princípios da segurança alimentar e fortalecer as famílias que a produção para autoconsumo completa uma importância tão grande na dinâmica de reprodução social das unidades familiares. Neste sentido é que se assegura que a mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar é tão danosa à reprodução social das famílias.

A mercantilização do consumo de alimentos é a consequência de um processo histórico e interrupto de transformações pelos quais passou a agricultura familiar. Esta é a consequência das transformações técnico-produtivas que se gestaram a partir da modernização da agricultura. É, também, o resultado material e concreto do padrão de desenvolvimento agrícola, baseado no uso do progresso tecnológico, na especialização produtiva, na “profissionalização” do agricultor familiar, a que Abramovay (1998) se referiu. A mercantilização econômica e social abrange, ainda, um processo de diferenciação social e produtiva motivada entre os agricultores e fundamenta-se também na lógica do mercado que fragiliza as condições sociais de reprodução do agricultor familiar.

Van Der Ploeg (1993), expressa que o processo de mercantilização pode se apresentar de forma graduada. A agricultura familiar da região Sudoeste do Paraná foi submetida a um processo de mercantilização da vida social e econômica. Entretanto, segundo Perondi (2009) ao contrário do que previam alguns estudos realizados na região

na década de 1970, os agricultores apresentaram capacidade de se diversificar e revelaram que o processo de mercantilização é desuniforme.

A mercantilização não traz consigo implicações capazes de serem entendidos genericamente se têm buscado na noção de diversidade o símbolo das desuniformidades que caracterizam este processo.

Para ultrapassar as dicotomias que abalizam esta questão é indispensável criar meios de apreender a diversidade. É neste sentido que, procura-se fazer a abordagem dos “estilos de agricultura” desenvolvida por Van Der Ploeg (2003). Esta parece ser uma forma propícia para considerar a diversidade sem incorrer às totalizações que escondem as heterogeneidades internas ou, aos individualismos para os quais, cada unidade teria que ser analisada como se concebesse um universo ímpar e distinto de relações sociais.

De acordo com Van Der Ploeg (2003, p.101), “em geral existe mais variedade agora que há quatro décadas atrás. O crescimento da variação não foi por acaso. Ele é uma expressão dos padrões de coerência consolidados que analisamos em termos de estilos de agricultura”, isso pode ser segurado em termos de estilos e estratégias de agricultura, então pode-se considerar que essa diversidade também proporcionaria padrões diferenciados. Nesses termos, é possível tratar da diversidade da agricultura familiar no que referir-se às estratégias, conforme sugere Ellis (2000), bem como aos estilos de agricultura, tal como propõe Van Der Ploeg (2003).

Os padrões de negociação em que os agricultores familiares se inscrevem a luz dos recursos produtivos existentes que podem resultar em fortalecimento do leque de opções e estratégias, sendo este o efeito da diversificação. Entretanto, conforme forem às situações peculiares de cada agricultor em proposição de disponibilidade e qualidade dos recursos e do ambiente institucional e mercantil que o cerca, os limitantes podem ser mais categóricos e frear a diversificação. Isso tende a ocorrer, não por acaso, associado à crescente externalização, em regiões onde a agricultura se dedica basicamente à produção de commodities atribuindo rigorosas restrições institucionais e de mercado ao surgimento de práticas contestatórias ao padrão hegemônico de desenvolvimento rural.

Nos trabalhos de Van Der Ploeg, está inserida a presunção de que práticas mais autônomas resultam em moldes de desenvolvimento rural mais endógeno e em estilos de agricultura familiar mais diversificado. O sentido do desenvolvimento rural é considerado enquanto processo de união da diversidade enquanto seja dado a partir dos constantes esforços de preocupação da diversificação, em que a pluriatividade surge

como apenas uma das revelações empíricas a serem consideradas no amplo portfólio de estratégias.

Nesse sentido, tanto os estilos de agricultura familiar como as estratégias podem ser compreendidos a partir das necessidades ou possibilidades de os agricultores estabelecerem suas relações sociais e produtivas via diferentes lógicas produtivas e sociais, intensificando ou extensificando o uso dos recursos produtivos já que, por exemplo, a disponibilidade de trabalho/mão de obra qualificada é uma característica estratégica e indispensável da necessária base de recursos que tanto pode se fortalecer como se enfraquecer frente à intensidade e essencialmente à qualidade dos vínculos mercantis (CONTERATO, 2008).

3 MERCADO INSTITUCIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR

No Brasil os estudos sobre agricultura familiar são recentes, tendo sido iniciados na década de 1990. Entre outras razões, o aumento do interesse pelos modos de produção familiar foi motivado pelo surgimento do Pronaf. Os trabalhos sobre agricultura familiar surgem acoplados à agenda de políticas, tendo atingido apenas uma independência relativa com relação a esta. No que diz respeito às pesquisas sobre políticas públicas para a agricultura familiar, existe um atrelamento ainda maior dos trabalhos com a agenda pública.

Para este trabalho será adotado o conceito de agricultura familiar formulado por Wanderley (2009), onde a autora conceitua a agricultura familiar como aquele em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Além disso, o caráter familiar é o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho e tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais tem a convenção de promover a execução e o planejamento das ações, com a finalidade de atender as áreas que envolvem o acesso à infraestrutura, ao crédito, comercialização, assistência técnica e extensão rural, agroindustrialização, associativismo, cooperativismo, entre outras ações (DEVES, 2009).

Verificamos a existência de uma consonância, direta ou indireta dos programas de outros ministérios com as políticas voltadas à agricultura familiar, tendendo ao abastecimento alimentar. Por exemplo, o MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome como o principal responsável por manter relação de segurança alimentar, relativas a políticas chamadas intersetoriais, neste caso, podemos citar da produção ao consumo de alimentos.

A política agrícola é formada pelas políticas de mercado (preços, crédito e comercialização), políticas estruturais (fiscal, extensão rural, pesquisa tecnológica), infraestrutura, meio ambiente e de recursos naturais. A política agrícola pode atender uma conjuntura de preços e comportamento dos agricultores, mas também, pode ser estrutural (MÜLLER, 2007).

Para Delgado (2001, p. 23-24), a política agrícola “[...] tem como objetivo tradicional intervir na estrutura da propriedade e da posse da terra prevalecente no meio rural, através de sua transformação ou regularização [...]”. É uma política de longo prazo e

estrutural, essencial para se promover um processo que não fique restrito ao desenvolvimento agrícola, mas também ao desenvolvimento rural.

Segundo Delgado (2001, p. 28), pode-se dizer que há uma política agrícola ativa quando

[...] o Estado executa ações autônomas e específicas voltadas para o setor – através do crédito, dos preços mínimos, da taxa de câmbio, da pesquisa e da assistência técnica etc. – tendo em vista o seu crescimento ou a compensação por penalizações sistemáticas impostas pela estratégia de desenvolvimento global em curso [...].

Nas décadas de 1960 e 1970 são considerados um marco na literatura que aborda as políticas públicas recomendadas à agricultura, foi nesse período que ocorreram profundas mudanças na agricultura brasileira.

Para Gonçalves Neto (1997) o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), estabelecido por Celso Furtado, recolocou o papel do Estado como elemento alavancador da economia desenvolvimentista nacional, que naquele período passava por um esgotamento. A análise era de que havia alguns entraves ao revigoreamento do desenvolvimentismo, tal como a estrutura agrária antagônica às novas tecnologias, que acabava delongando todo o conjunto da economia. Era sobre esta estrutura que o Estado necessitaria agir, se almejasse se desprender do atraso.

As ações adotadas a partir desta análise dão origem ao que Kageyama et al. (1990) designaram de passagem do complexo rural brasileiro ao complexo agroindustrial. A finalidade das ações cometidas pelo Estado foi de modernizar a agricultura, retirar-la do atraso e assim contribuir com o desenvolvimento da economia como um todo.

O Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966) previa as seguintes ações sobre o meio rural:

[...] eliminação do controle de preços e facilitação para a exportação, o aprimoramento da política de preços mínimos, a expansão do crédito agrícola, o aumento da capacidade de armazenagem, incentivo à utilização de adubos, corretivos e sementes melhoradas, investimentos em mecanização, em pesquisas e aperfeiçoamento de métodos de produção. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 129).

No ano de 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), uma das ações mais consideráveis para a agricultura na década de 60. O SNCR oferecia crédito aos agricultores, de maneira abundante e barata. À oferta de crédito, permitiu a expansão do uso de defensivos químicos, emprego de equipamentos agrícolas e demais tecnologias analisadas inovadoras, adicionaram-se ações na área de pesquisa e política de preços mínimos. O Estado realizou um papel fundamental na modificação da

agricultura. A oferta de crédito vinculava-se abertamente ao uso de novas tecnologias, nos setores que demandavam grande capital e que a iniciativa privada não se dispunha a trabalhar, o próprio Estado passou a agir.

Para Gonçalves Neto (1997) o fornecimento de alimentos e matérias-primas para o setor urbano-industrial, era as funções que competiam à agricultura, na concepção dos governos militares, financiando as importações imprescindíveis ao desenvolvimento através das divisas geradas e absorção de parte da mão de obra em seu mercado de trabalho. Para que exercesse seu papel, era preciso aumentar a produção de matérias-primas, de alimentos e de produtos exportáveis, atenuando a importação de produtos agrícolas.

A apropriação que permitiu a agricultura adotar técnicas modernas de manejo e cultivo, uso de máquinas e equipamentos, agroquímicos, sementes melhoradas, fertilizantes químicos são muito devidos ao movimento de cientificação da agricultura. Para Van der Ploeg (1993) a cientificação é a:

(...) a reconstrução sistemática das atuais práticas agrícolas segundo os caminhos traçados por desenhos de caráter científico. Por meio da cientificação se cria uma estrutura que permite ao capital obter um controle mais direto sobre o processo de trabalho agrícola (p.153-154; tradução livre).

Kageyama et al. (1990) analisam que ao transpor pela fase de modernização, não essencialmente a propriedade se industrialize, já que pode manter aspectos de produção artesanal. O que caracteriza a modernização é o acréscimo do consumo intermediário das propriedades, que ocorre a forte dependência do mercado para a produção, através da externalização nos mais diversos setores da economia. Entretanto, ao atravessar pela industrialização, de 1965 em diante, a agricultura modificar-se em um ramo de produção muito parecida à indústria, sendo simples fornecedor de matéria-prima para outros setores.

A agricultura brasileira deixa de ser vista como um entrave ao crescimento na década de 1970, já que ela evidencia sinais de modernização e evolução, respondendo positivamente aos estímulos governamentais. O crédito abundante e barato foi uma das fundamentais ações direcionadas à agricultura. Não obstante, evidenciou-se uma política extremamente concentradora e seletiva, que favorecia principalmente os grandes e ricos produtores. A política de crédito acabou desencadeando uma política mal distribuída territorialmente, acolhendo um grupo específico de produtores e bem como de produtos. Os recursos disponíveis não eram orientados a todos os produtores rurais, apenas a um grupo exclusivo, que era constituído por grupos da burguesia rural que

tinham alianças com a burocracia estatal, balizando os recursos para grupos específicos (MÜLLER, 2007).

A partir de 1979, problemas econômicos, aliados ao elevado custo administrativos das intervenções de crédito, e o alto peso sobre os bancos públicos, com a carência de bancos privados, cometem com que os recursos disponibilizados ao crédito sejam reduzidos de maneira drástica. Por mais centralizadora que fosse a aplicação do crédito, quando de sua diminuição, os recursos foram ainda mais concentrados, com a redução rigorosa da participação dos pequenos produtores e uma promoção dos grandes (GONÇALVES NETO, 1997).

Essa opção do governo pelos grandes ficou conhecida como modernização dolorosa, pois, aprofundou a diferença entre os grandes e os pequenos produtores agrícolas. A base técnica foi modificada, mas a estrutura agrária concentrou ainda mais (SILVA, 1981).

Para Müller (2007), os resultados da fase de modernização e industrialização da agricultura foram maléficos do ponto de vista ambiental e social. A centralização da propriedade da terra acentuou-se exorbitantemente; o grau de exploração da terra era baixo; houve um aumento das culturas modernas, com repressão da produção básica de alimentos; o setor primário teve queda de participação no total da economia nacional; crescimento do trabalho assalariado no campo; redução na disponibilidade de alimentos e elevação de preço; aumento da precariedade e instabilidade do emprego no campo.

Entretanto, na década de 1980 o Estado se enfraqueceu e passa a assegurar uma taxa de lucro no setor agrário compatível com os demais setores. A política é deslocada do crédito para a garantia de preços mínimos, principalmente pelo subsídio à produção de matéria-prima barata, uma vez que a política monetária e o controle da inflação passam a ser objetivos da economia em termos mais gerais.

Os autores Helfand e Rezende (2001) frisam que as reformas ocorridas na década de 90 foram intensas, sobretudo pela liberalização do comércio exterior, desregulamentação de mercados internos, privatização de empresas estatais e a formação do Mercosul (Mercado Comum da América do Sul). Uma nova estratégia de desenvolvimento é traçada, abandonando as políticas de industrialização por substituição de importações. O papel do Estado foi repensado, ação que exerceu influência sobre o setor agrícola, bem como sobre os demais setores. A política agrícola que era baseada em uma economia fechada com forte intervenção estatal foi redirecionada para um reduzido papel do Estado, em uma abertura da economia. Nesse período, as políticas

agrícolas, do mesmo modo como todas as demais, ficaram subordinadas à busca pela estabilidade macroeconômica.

A década de 1990 deve ser considerada como um período de transição, onde um novo modelo foi sendo implementado, sem que o antigo modelo tivesse sido suplantado totalmente (HELFAND; REZENDE, 2001).

A mudança no sistema de crédito de maior importância ocorre em 1996, com a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Outra modificação expressiva na política agrícola foi à alteração na origem dos recursos para o crédito, onde o governo passa a estabelecer que uma proporção dos recursos dos bancos privados seja emprestado ao setor agrícola, e cobrando somente a diferença dos juros. Logo, os juros do crédito rural que era o principal diferencial, se equivale às taxas de juros dos demais setores. O papel dos bancos oficiais no financiamento da agricultura de mercado é declinante, ao passo que o crédito de investimento a pequenos agricultores aumenta (MULLER, 2007).

Como demonstrado, durante algum tempo os grandes proprietários foram o único setor agrícola influente nas decisões sobre as políticas a serem adotadas. Nesse período, a rede de política agrícola era bastante coerente, também ainda bastante limitada a uma parcela do público interessado nas políticas agrícolas, que não mencionava a participação dos agricultores familiares.

Até a década de 1990 a capilaridade do Estado era interessada e acessível apenas a um grupo. O crescimento do interesse pelas formas familiares de produção foi motivado pelo surgimento do Pronaf. Conforme Gazolla e Schneider (2007), por conta do modo mercadológico, pode vir acontecer que o objetivo da política de crédito não ser alcançado por completo:

No caso do PRONAF, a mercantilização consiste no processo pelo qual a política pública financia as atividades produtivas que possuem um mercado assegurado em detrimento das atividades que são responsáveis pela geração do consumo de alimentos das famílias, caracterizando, assim, um privilégio da esfera comercial e mercantil das unidades familiares (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007, p. 4).

3.1 O PAPEL DO ESTADO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Friedmann (1978) se dedicou a pesquisar e entender o porquê da agricultura familiar prosseguir existindo enquanto categoria social, apesar da literatura marxista ortodoxa prognosticar o seu desaparecimento conforme o avanço do desenvolvimento capitalista. Friedmann (1978) utiliza um conceito de Produção Simples de Mercadorias (PSM), já exposto por Marx para delinear as diferenças da agricultura com os demais setores capitalistas de produção.

A agricultura, mesmo estando em uma realidade capitalista, conserva um traço distinto, que é a não divisão entre a gestão e o trabalho, não se apresentam de forma distintas e antagônicas; os meios de produção não estão na posse daqueles que não os utilizam.

A principal diferença entre a Produção Simples de Mercadorias e a Produção Mercantil Capitalista é que a PSM propõe a reprodução da essência familiar, enquanto a produção capitalista busca acumulação de capital e lucro. O principal objetivo da agricultura é garantir a continuidade da família na atividade. A essa concepção se integra a ideia de laços de sangue, onde é baseada a unidade de produção, e também de ciclo de vida, buscadas em Chayanov (1974).

Por apresentar estas especificidades, a produção familiar apresentaria um benefício competitivo sobre a produção capitalista direcionada para o lucro (FRIEDMANN, 1978). É importante lembrar que a PSM é localizada em ambientes onde há um organizado sistema capitalista mercantil, e onde se localiza unidades de produção moderna, com a utilização de tecnologias. É justamente nesse ambiente que se confere a capacidade das unidades familiares de produzirem alimentos a baixo custo, devido a não remuneração da força de trabalho explorada na atividade.

A vantagem competitiva baseia-se tanto em elementos sociais como técnicos. Friedmann (1978, p.582) analisa que, sob condições de disponibilidade de terra e crédito, as unidades de produção simples de mercadorias oferecem uma vantagem competitiva: “Sob tais circunstâncias, a ausência do lucro e da flexibilidade de consumo pessoal deram as famílias uma vantagem competitiva” (tradução nossa). Essa prerrogativa vem da flexibilidade do consumo apresentada pela família produtora, da inexistência da busca pelo lucro e, por decorrência, da renda das unidades, que também é altamente ajustável à circunstância.

Para Friedmann (1978), os resultados das intervenções do Estado, através das políticas de expansão e de comercialização da atividade agrícola, irão determinar as

vantagens competitivas pelas condições locais. Deste modo, comprova-se que em condições de agricultura familiar mercantilizada, inserida nas esferas do capitalismo, o Estado adquire fundamental importância para a reprodução das unidades de Produção Simples de Mercadorias.

Para a mesma autora, alguns elementos são importantes para compreender qual o método que permite a persistência em ambientes capitalistas das unidades de produção familiar. O Estado desempenha um papel fundamental, através de suas políticas, principalmente de crédito e de regulação dos mercados. Contudo, diferentes autores enraízam a discussão, à medida que procuram entender qual é o objetivo do Estado em oferecer essas políticas e porque interessa fazer com que essa agricultura permaneça.

Abramovay (1992) corrobora com esse tema, e trata mais especificamente dos interesses do Estado em agenciar e garantir a continuidade da agricultura familiar. O autor afirma a importância atual da agricultura familiar, e sua categoria particular no ambiente econômico capitalista contemporâneo: “[...] é em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 210).

Admitindo como referência empírica a realidade dos países capitalistas desenvolvidos, o autor sustenta que se tem origem um setor com um amplo número de pequenas unidades familiares, mas que possuem uma articulação proveniente tanto de suas organizações profissionais quanto do controle do Estado.

O Estado previdenciário agrícola não consiste apenas na contemplação dos problemas sociais ligados ao desenvolvimento agrícola. Além da administração do êxodo rural, das políticas de ocupação do território e da formação profissional, o Estado acaba por responder pela própria formação da renda do setor (ABRAMOVAY, 1992, p. 210).

Existe uma complementaridade entre os papéis exercidos pelo Estado e a agricultura familiar. À medida que a agricultura produz alimentos com custo baixo, permite a diminuição dos gastos com a reprodução da força de trabalho indispensável à continuidade do próprio capitalismo, exerce uma função estratégica nos países capitalistas.

Veiga (1991), explica pelo mecanismo do treadmill, esta capacidade da agricultura familiar de gerar alimentos a baixo custo. Logo que as novas tecnologias forem sendo incorporada a produção, e que essas tecnologias forem de uso comum dos agricultores, o aumento de renda proporcionado pela tecnologia vai diminuindo, até

tornar-se equivalente à renda antes do uso da inovação. Com esse procedimento, os valores dos produtos agrícolas seriam pressionados para baixo, já que resultado da utilização de novas tecnologias proporciona uma elevação na produção. Cabe lembrar que neste ponto que o Estado age em benefício da agricultura familiar, conservando um patamar mínimo de preços para os produtos agrícolas.

Os argumentos de Veiga (1991) são utilizados por Abramovay (1992), como nessa passagem:

[...] a agricultura tem um papel decisivo no processo de rebaixamento permanente do custo de reprodução da força de trabalho. Neste sentido, o mecanismo de preços permite uma verdadeira transferência intersetorial de renda, na qual se beneficiam não só os setores que lidam diretamente com a compra de produtos agrícolas e a venda de insumos e máquinas, mas o conjunto do sistema econômico, pelo caminho da redução da parte do orçamento das famílias dedicada diretamente à alimentação (ABRAMOVAY, 1992, p. 222).

O acréscimo obtido na produtividade é apropriado por outros setores, proporcionando para as famílias o barateamento do custo de alimentação. “Neste sentido, a política agrícola contemporânea compõe-se de um compromisso entre a manutenção de um piso mínimo para a renda agrícola e, ao mesmo tempo, de controle sobre os preços alimentares” (ABRAMOVAY, 1992, p. 226). A decorrência disto é que os preços agrícolas passam a ser gradativamente definidos institucionalmente, pelo Estado.

O agricultor moderno possui três características simultâneas que determinam sua identidade, ele é empresário privado, proprietário da terra e ainda um trabalhador. Contudo, ao invés de reunir três rendas, provenientes de suas três situações econômicas, o agricultor “[...] teve que doar a renda fundiária e o lucro capitalista à economia e à sociedade, para sobreviver, buscando apenas um salário mínimo para subsistir” (JEAN, 1994, p. 05).

O agricultor familiar não busca o lucro ao praticar sua atividade, se satisfaz com uma pequena renda que possibilite a reprodução de sua unidade familiar. É a sociedade inteira que acumula três tipos de renda, esse fato atribuída à agricultura familiar uma superioridade competitiva sobre a agricultura empresarial.

Alguns fatores são essenciais na explicação da permanência da agricultura. O que diz respeito à racionalidade do produtor rural, as especificidades da própria agricultura e o papel do Estado, que por meio de sua política agrícola ajusta os mercados e intervém sobre a lei da oferta e da procura nesta parcela. As políticas agrícolas têm

deste modo, o poder de admitir que uma determinada conjuntura agrícola persista ou não (ABRAMOVAY, 1992; JEAN, 1994).

A justificativa para a intervenção estatal na agricultura é garantir a produção barata e farta de alimentos e “[...] remunerar o trabalho do agricultor e não garantir a rentabilidade de seus investimentos em níveis comparáveis à rentabilidade dos investimentos industriais, comerciais, bancários etc.” (VEIGA, 1991, p. 196). É desta maneira acaba privilegiando um tipo de agricultura, a familiar, em detrimento da patronal.

Segundo Abramovay (1992, p. 256), há no Brasil um diagnóstico de que o próprio desenvolvimento do capitalismo se incumbiu de resolver a “questão agrícola”, deixando-se que o capital atuasse no que fosse necessário através do mercado. Essa experiência de decidir a questão agrícola pelo mercado trouxe resultados econômicos e sociais fortemente danosos à sociedade, que impedem o desenvolvimento à similaridade dos exemplos dos países capitalistas centrais.

Podemos perceber algumas similaridades nas interpretações dos autores abordados até o momento. Algo continua muito importante em todos: o privilégio do Estado para com a agricultura familiar, para que esta produza alimentos baratos e fartos, condição imprescindível à obtenção de um determinado estágio do desenvolvimento capitalista. Desta mesma maneira, a persistência da agricultura familiar e a sua reprodução no interior do capitalismo se devem à existência de políticas públicas.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

As políticas sociais atreladas ao abastecimento alimentar passam a existir na década de 1930, combinando com o processo de industrialização do país. Ações governamentais nas áreas de alimentação e nutrição foram desenvolvidas neste período. O governo da época criou, em 1938, Lei 399, de 30 de maio de 1938, onde estabelece doze produtos essenciais para compor a alimentação básica da população. Atualmente serve de base para a avaliação da cesta básica.

Em seguida, em 1940, foi instituído o Serviço Nacional de Alimentação e Previdência Social (SAPS), que servia de base para o salário mínimo, criado praticamente no mesmo momento. A proposta do SAPS era a de gerar a melhoria das condições nutricionais da classe trabalhadora, igualmente favorecer uma alimentação barata, acessível, estabelecer inclusive restaurantes destinados aos trabalhadores.

A Comissão Nacional de Alimentação (CNA), fundada em 1945, com proposta de determinar a Política Nacional de Alimentação e estimular pesquisas referentes aos problemas de alimentação, empenhada pela melhoria em relação às carências da dieta brasileira (SILVA, 1996).

Também é criado em 1953 o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que trabalhava para atender primeiramente a assistência alimentar materno-infantil e, em segundo plano, aos escolares e trabalhadores (COIMBRA, 1982 *apud* VASCONCELOS, 2005).

As dificuldades na comercialização/distribuição dos alimentos também eram uma realidade. No final da década de 1960 ainda continuavam os problemas de comercialização de alimentos, principalmente os hortifrutigranjeiros. Não existiam locais específicos de comercialização, que acabava acontecendo na rua, além de haver muitas perdas pelo fato do transporte dos alimentos não ser o adequado.

As políticas de abastecimento nesse período eram inexistentes, e em 1972 o governo cria o Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC), com a gestão da antiga Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), atualmente Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com o intuito de reverter os problemas enfrentados (ZEITUNE, 2011). Ainda na década de 1970, a criação do Instituto Nacional da Alimentação e Nutrição (INAN) foi considerada um marco na conformação de políticas relacionadas ao abastecimento alimentar (PESSANHA, 1998), que foi estabelecido pelo Decreto nº 70.502, voltado a públicos em situação de carência alimentar, foi suporte também para criação de vários outros programas.

Outra ação é relacionada ao I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan) e, em 1976, o II PRONAN, que vigorou até 1984 e objetivava diversas ações relacionadas à assistência alimentar e nutricional (TURPIN, 2008). Porém, o programa favoreceu basicamente os trabalhadores formais públicos e das grandes empresas privadas das regiões Sul e Sudeste, ou seja, concentrou-se na aplicação de recursos nessas classes e regiões, em detrimento das demais.

Conforme Deves (2009), com finalidade de gerar dados e buscar informações diante às problemáticas alimentares e nutricionais e as distribuições geográficas das populações de risco alimentar é criado o Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), em 1990. Com os aumentos dos embates e polêmicas em torno das atuações assistencialistas do governo federal, o governo Collor de Mello (1990-1992) suprimiu boa parte dos programas de alimentação e nutrição.

Esta conformação do contexto político na esfera pública federal, a diminuição de recursos dos referidos programas, aliados à divulgação dos dados do “Mapa da Fome do Brasil” pelo IPEA em 1993, foram fundamentais para retomar a busca de programas e ações dispendo-se ao combate à fome. O documento mencionado identificava aproximadamente 32 milhões de brasileiros em situação de carência alimentar (VALENTE E BEGHIN, 2006).

Já na década de 1980, houve um relativo enfraquecimento dos programas relacionados ao INAN. Indiretamente, estes programas direcionados à alimentação colaboraram para a melhoria da distribuição de renda, bem como para o estabelecimento de mercados institucionais e para a diminuição da desnutrição infantil que atinge crianças até quatro anos (VASCONCELOS, 2005). Consideramos que esta seja uma das primeiras experiências, com objetivos específicos, a constituir relações entre produção e consumo de alimentos, via programas governamentais.

Em seguida, no início da década de 1990, por meio do chamado “governo paralelo” retoma-se a discussão da segurança alimentar no país, o que em 2001 resultou na construção do projeto “Fome Zero”.

Com isso, já em 1991 é anunciada a proposta de “Política Nacional de Segurança Alimentar”, reaver o tema da segurança alimentar, ocasionando propostas de políticas e programas, abarcando questões relativas aos direitos de cidadania e à democracia (PESSANHA, 2002).

Os primeiros passos são dados em termos de construção de um projeto de combate à fome, e podemos assim dizer que as políticas de segurança alimentar, têm como embrião este período de debates por parte da sociedade civil, tendo em vista múltiplas situações problemáticas relacionadas às questões alimentares.

Existem obstáculos na oferta de alimentos, tanto relacionados à escassez, quanto à instabilidade da produção interna. Outro aspecto básico determinado refere-se à desigualdade na distribuição de renda entre os distintos segmentos sociais como fator gerador de incapacidade de acesso aos alimentos de ampla parcela da população (PESSANHA, 2004).

Uma das propostas da Política Nacional de Segurança Alimentar tinha como elemento a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que teria a função de articular ações dos organismos de governo com a sociedade civil. Em 1993, com o movimento em favor do combate à fome, numa “ação pela cidadania”, juntamente com universidades, igrejas, sindicatos e organizações não-governamentais constituiu-se a campanha “A fome não pode esperar” (DEVES, 2009).

Esta forte mobilização popular de certa forma “sensibilizou” o governo Itamar Franco, que criou o CONSEA em maio de 1993. Em julho de 1994 realizou-se a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), provocada pela Ação da Cidadania e pelo CONSEA, aonde distintas ações foram se desenvolvendo, propondo acolher as propostas compreendidas como alternativas para se minimizar a fome e fomentar o abastecimento alimentar do país (VALENTE, 2002).

Inicialmente, o CONSEA se propunha a ser uma referência enquanto instrumento de articulação de políticas de segurança alimentar. Porém, nos seus primeiros dois anos de atuação, atingiu poucas ações em relação à temática proposta. De certa forma, não priorizou as ações de segurança alimentar, e sim os planos de estabilização econômica, sendo estes uns dos fundamentais enfoques do governo da época (I Conferência Nacional, 1995).

Com a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, “desprezou todo o acúmulo já existente, priorizando apenas a estabilização econômica brasileira a partir de sua inserção sem critérios na economia globalizada” (VALENTE, 2002). Portanto, o CONSEA foi extinto em 1995, e suas ações remanescentes foram incorporada ao Programa Comunidade Solidária, que tinha como finalidade o combate à desigualdade e à pobreza (NATIVIDADE et al., 2005). Este programa questionava a pobreza como um problema a ser resolvido no médio e longo prazo. O programa propendia estabelecer um novo estilo de gerenciamento através da integração e descentralização de ações na esfera federal, estadual e municipal, em parceria com a sociedade.

As primeiras ações do governo FHC foram à criação do Programa Comunidade Solidária, pelo decreto nº 1.366, de 12/01/1995. Em termos estruturais, o Programa Comunidade Solidária é:

(...) “uma proposta do governo federal de parceria entre os três níveis de governo — federal, estadual e municipal — e a sociedade em suas diversas formas de organização e expressão. Pretende ser uma estratégia de articulação e coordenação de ações de governo no combate à fome e à pobreza, não se tratando de mais um programa” (PELIANO et al., 1995, p. 23-24).

Todavia, avalia-se que o Programa Comunidade Solidária foi deixado a um segundo plano, observaram-se um progressivo esvaziamento da atuação ao longo dos anos 1999 - 2002, não sendo implantado entre as prioridades governamentais. O objetivo principal do governo era o da estabilidade monetária, o que provocou tensões entre os objetivos econômicos e sociais da mencionada política.

Uma das ações iniciais desempenhadas pela sociedade civil em 1998, foi à criação, do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar (FBSA) sendo este um ambiente de relações com outras organizações mundiais sobre o tema, entre elas a Cidadania dos Povos de Língua Portuguesa e Rede de Segurança Alimentar, o Fórum Global de Segurança Alimentar e a Rede Internacional para o Direito Humano à Alimentação (FIAN), além de outras organizações relacionadas a esta temática (DEVES, 2009).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) criado em 1958, teve início seu processo de reedição em 1998, e, em 1999 ela é acatada pelo Conselho Nacional de Saúde como componente integrante da Política Nacional de Saúde. As linhas de ação, determinadas na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em 1994, foram estratégicos para a constituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), muito dos quais foram agrupados entre suas diretrizes (PINHEIRO E CARVALHO, 2010).

O então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva lançou o projeto Fome Zero em 2003 numa estratégia do governo federal para garantir o direito humano à alimentação apropriada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se coloca na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional procurando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

Segundo Macedo et al. (2009), em 23 de janeiro de 2004, para propiciar o desenvolvimento social e combater a fome tendendo à inclusão e a promoção da cidadania, assegurando a Segurança Alimentar e Nutricional, uma renda mínima de cidadania e auxílio integral às famílias foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

Em março de 2004, concretizou-se a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, abalizando diretrizes para a Segurança Alimentar no país, em busca da construção conjunta de ações de governos e da sociedade civil.

O Presidente Lula, entre os primeiros atos de seu governo, reinstalou o CONSEA no ano de 2003, com a incumbência de expandir o debate setorial sobre essa temática e chamamento da II Conferência de SAN, que definiu pela fundação, em setembro de 2006, da Lei Orgânica para a Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (BRASIL, 2006).

Com esta lei foi possível estabelecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), admitindo uma ampla discussão em relação à Segurança Alimentar e Nutricional (MALUF, 2007). O desafio colocado ao governo e à sociedade desde a LOSAN é a construção nacional do Sistema de Segurança Alimentar e

Nutricional, assim se estabeleça uma rede nacional para garantir a esperada segurança alimentar e nutricional.

Enfim, temos um processo complexo de retomada da temática da SAN e das demais ações correlacionadas. Reuniu-se desde a década de 1930 uma metodologia de mudanças e evolução nos conceitos, em importância do problema da fome e de suas formas de manifestação nas sociedades.

Inicialmente, as ações tomadas pelos governantes se fundamentavam necessariamente em observações pontuais, associadas às emergências específicas de uma problemática, dessa forma temos hoje diversas políticas que contemplem a esta temática.

3.3 O MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS

Os mercados institucionais são aqueles estabelecidos com vistas a permitir o acesso aos alimentos às populações que não o fariam, ou o fariam de maneira precária, caso o Estado não atuasse em seu favor. A alimentação adequada é um direito básico de todo cidadão e ao Estado compete o papel de consentir acesso aos alimentos ou às condições de produzi-lo (GUARESCHI, 2010).

A forma social de produção não supõe apenas a segurança do abastecimento alimentar do país, mas também representa uma opção estratégica em favor do desenvolvimento equilibrado da sociedade (ABRAMOVAY, 2007). Ela seria o objeto para onde tendem desenvolvimento e equidade.

Porém, fica cada vez mais evidente que são necessárias ações consistentes que ultrapassem o senso comum, no sentido de instrumentalizar um determinado setor para potencializar seus atributos e contribuir para concretizar seu espaço no cenário político e social do Brasil. Neste viés, a necessidade de instrumentos de políticas públicas vem demonstrando a importância dos atributos transversais do segmento agrícola familiar, sobretudo os relacionados com o tema da segurança alimentar e nutricional e dos mercados institucionais (MACIEL, 2008).

De acordo com Schmitt e Guimarães (2008), as primeiras experiências dessa natureza foram centradas e, muitas vezes, descontínuas no tempo, desenvolvidas por governos estaduais e municipais preocupados em estimular a agricultura familiar e a produção local de alimentos.

Ações desse tipo foram implantadas, antes de 2003, nos municípios de Belém (PA), Hulha Negra (RS), Rio Branco (AC), entre outros, bem como pelos governos

estaduais do Rio Grande do Sul e do Amapá. Algumas delas já tinham como objetivo incentivar a produção e o abastecimento de produtos ecológicos, como, por exemplo, a experiência piloto de merenda ecológica desenvolvida pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão de Olívio Dutra. Outras mantinham um foco mais centrado na produção local e/ou familiar. (SCHMITT E GUIMARÃES, 2008, pg.3).

Para esses mesmos autores, é por meio do mercado institucional, que os produtos adquiridos pelo governo são distribuídos em programas sociais, de caráter não-governamental ou governamental e ainda podem ser designados à formação de estoques públicos, sendo repassados a bancos de alimentos, distribuídos em cestas de alimentos a grupos sociais em situação de risco alimentar, doados a instituições assistenciais ou comercializados a pequenos criadores e pequenas agroindústrias.

Schmitt e Guimarães (2008) relatam que

[...] “a comercialização de produtos da agricultura familiar por meio do mercado institucional é um fenômeno relativamente recente no país e provoca o surgimento da discussão acerca do papel do Estado na reestruturação dos circuitos de produção, distribuição e consumo de alimentos com base em princípios de justiça social e sustentabilidade ambiental”. (SCHMITT; GUIMARÃES, 2008, p. 8).

Por meio dos mercados institucionais, faz-se possível o acesso aos alimentos por hospitais da rede pública, apenados, escolares, participantes de grupos de assistência social e outros indivíduos em condição de risco e insegurança alimentar que não acessam os mercados formais de alimentos.

Questões como a comercialização da produção, acesso a mercados e garantia de preços, entram na pauta de reivindicações de movimentos sociais e sindicais e são crescentemente incorporadas pelo Estado (MUELLER, 2007). Ademais, neste momento outro debate também adentra a cena política brasileira: a questão da fome, abordada principalmente por organizações e movimentos sociais, a exemplo da “Campanha Nacional de Combate à Fome” (MATTEI, 2007). No entanto, é somente com a eleição do primeiro governo Lula, em 2002, que o problema da fome passa a ter uma política efetiva de Estado, sendo colocada como prioridade de governo, e consumada através do “Programa Fome Zero”, o qual pretendia promover a segurança alimentar e nutricional de todos os brasileiros, atacando a causas estruturais da fome.

Dentre os programas direcionados à canalização da produção por meio do mercado institucional, se pode mencionar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surge em 2003¹ como uma das ações do Programa Fome Zero e tem como finalidade de fomentar o acesso a alimentos às populações em ocasião de insegurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, s/d). Para participar do PAA em qualquer modalidade, o produtor rural deve encontrar-se enquadrado na categoria agricultor familiar², o que deve ser demonstrado através da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

O Programa marca um período de afluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil: a questão do reconhecimento da agricultura familiar e a questão da segurança alimentar e nutricional (GRISA et al, 2010). Pode-se pronunciar que o PAA “integra a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola” (SCHMITT, 2005), relacionando as demandas de acesso aos alimentos e as necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar (GRISA et al, 2010).

Atualmente, o PAA opera as seguintes modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar, Compra para Doação Simultânea, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (BRASIL, s/d).

Tais modalidades citadas são executadas diretamente pela CONAB, contudo é bastante comum que sejam desempenhadas por estados e municípios conveniados com o Governo Federal. Entre os grupos favorecidos com o recebimento dos produtos estão às pessoas abaixo da linha da pobreza, os atendidos por asilos, orfanatos, e crianças de creches e escolas públicas que recebem alimentação escolar (BACCARIN et al, 2011).

De qualquer forma, destaca-se a importância do PAA na promoção do acesso a alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar, o que caracteriza um diferencial dessa política, que merece ser impulsionada.

O programa também beneficiou diretamente cerca de 200 mil agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, extrativistas, povos e comunidades tradicionais por meio da compra de produtos que atinge uma lista com mais de 3.000 itens, especialmente alimentos frescos. Beneficiou outros milhares de agricultores indiretamente devido aos impactos positivos sobre os preços pagos aos produtores (BRASIL, 2014).

¹ Lei Federal 10.696 de 02 de julho de 2003: “Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos” (BRASIL, 2003).

² Lei Federal 11.326/06, artigo 3º.

A experiência do PAA viabilizou outra grande inovação: a inclusão das compras da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A iniciativa permitiu um novo mercado para os produtores e mais uma possibilidade de qualificar os alimentos que abastecem as escolas da rede pública de ensino (BRASIL, 2014).

Para demonstrar a sua importância os dois programas, o PAA e o PNAE, servem como referências para agricultores familiares de outros países, movimentos sociais e governos, especialmente na América Latina, Caribe e na África.

Esse resultado foi possível por consequência de outra inovação do Governo Lula, presente em várias de suas políticas:

“a grande participação social, institucionalizada, no caso, por meio da reativação e funcionamento regular do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e, nos dias atuais, dos conselhos estaduais e locais” (MDS, 2014, pg. 7).

O PNAE movimentou em 2012 cerca de R\$ 3,3 milhões, abordando aproximadamente de 43,1 milhões de crianças e jovens que frequentam as escolas públicas, o que equivale a quase 23% da população brasileira.

Uma das formas de se atingir o mercado, seja o institucional, ou o convencional, é a união dos agricultores com objetivos em comum. Surge, a partir destes objetivos, a necessidade de uma organização dos agricultores que pode ser vislumbrado por meio do cooperativismo.

3.4 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Para fazer frente a esta ocasião, o Estado, pressionado pela sociedade civil, nos últimos tempos passa a rever determinadas políticas públicas já concretizadas, como é o caso do PNAE, em conformidade com outras políticas, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, na finalidade de propor programas estruturantes que ultrapassem a barreira do desenvolvimento puramente econômico e abracem também questões de cunho social, ambiental e cultural, direcionando suas ações não apenas aos escolares, consumidores dos alimentos, mas ao desenvolvimento das comunidades envolvidas, sobretudo aquelas produtoras de alimentos (FROEHLICH, 2010).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) surge em 1954, no âmbito do Ministério da Saúde, consiste em, portanto, o programa social mais antigo do país na área de segurança alimentar (SANTOS et al, 2007). À época, se chamava

Programa Nacional de Merenda Escola e tinha como objetivo principal a redução da deficiência nutricional de estudantes carentes no país através do acesso a uma melhor alimentação, de forma constante, garantindo, assim, melhor desempenho escolar e redução da evasão (SANTOS et al, 2007; BELIK e CHAIM, 2009). De uma ação mais focada, o Programa passa para o âmbito nacional e, em 1988, se reforça com a promulgação da nova Constituição Federal, que passa a garantir o direito à alimentação escolar³.

Outro avanço ocorreu em 1994 com a descentralização do Programa⁴, com o órgão federal responsável, agora vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, estabelecendo convênios com estados e municípios para o repasse de recursos financeiros (BELIK e CHAIM, 2009). Esse processo abriu a possibilidade de inserção da agricultura familiar local como fornecedora dos produtos da merenda, o que só se concretizou efetivamente em 2009⁵, com a promulgação da Lei Federal n. 11.947, que determina, em seu artigo 14, que: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE⁶, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas” (BRASIL, 2009).

Atualmente, o PNAE “é considerado o maior programa de suplementação alimentar no Brasil, o que se revela em termos de número de beneficiários e municípios atendidos”, sendo que, em 1955 eram 137 municípios e 85 mil crianças atendidas, e, em 2005, praticamente todos os 5.565 municípios (IBGE, 2010) e 36,4 milhões de crianças e adolescentes são atendidos, correspondendo a 20% da população brasileira naquele ano (BELIK e CHAIM, 2009).

Neste aspecto, os programas alimentares como o PNAE passam a ser vistos como uma política capaz de provocar discussões, tanto em âmbito local como regional e nacional, unificando diferentes políticas voltadas alimentação escolar, citando mercados para os agricultores locais, na tentativa de, desta maneira, rever os costumes de consumo desta parte da população.

³ “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988).

⁴ Lei Federal n. 8913/94.

⁵ Até 2005, Belik e Chaim (2009) verificam que o número de municípios que compram seus produtos diretamente da agricultura familiar local é muito reduzido.

⁶ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e responsável pelo PNAE.

O PNAE é apontado como o maior programa de alimentação em andamento no Brasil. Pode-se dizer que a inquietação do governo com a alimentação escolar inicia no Brasil por volta da década de 30, entusiasmada por um grupo de nutrólogos sociais, tendo como alvo de atuação o combate à desnutrição (RODRIGUES, 2004).

Com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a alimentação escolar sobrevém a ser um direito constitucional. Atualmente, o PNAE têm como objetivos principais prover as necessidades nutricionais diárias dos alunos, colaborar para a redução da evasão escolar, beneficiar a formação de bons hábitos alimentares em crianças e jovens do país, dentro da política de segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009).

No ano de 2010, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2009), para beneficiar cerca de 47 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos que recentemente fazem pelo menos uma refeição por dia o orçamento previsto para o PNAE é de R\$ 3 bilhões. Com a Lei 11.947, em torno de 900 milhões de reais, ou seja, no mínimo 30% desse valor, devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, a qual busca estimular o desenvolvimento das comunidades.

Deste modo, se seguido os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional, o PNAE pode vir a ser um estímulo ao desenvolvimento rural, uma vez que as políticas que orientam a SAN visam promover o crescimento da produção agroalimentar associadas a práticas que presumem: a valorização das culturas alimentares locais e regionais, a promoção de formas socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis de ocupação do espaço agrário, o enfrentamento da pobreza rural, e o estímulo ao desenvolvimento local e regional (FROEHLICH, 2010).

No ensaio de reverter esta situação, a SAN propõe a discussão de um modelo de produção e consumo de alimentos mais sustentáveis que aproxime as diversas esferas de governo escutando as reivindicações da sociedade civil, na tentativa de reaproximar as relações entre a cidade e campo, desconectados a partir dos novos modelos de desenvolvimento das últimas décadas (MALUF, 2007).

Para os agricultores familiares a venda das suas mercadorias pode conceber a abertura de um novo espaço de comercialização, no próprio município ou região, sem grandes despesas financeiras com transporte e com uma fonte pagante mais segura. Paralela a estas vantagens, existe também a probabilidade de o agricultor alcançar preços mais justos pelos seus produtos e garantia na assiduidade do fornecimento. Esta proximidade do agricultor com a administração, muitas vezes movimentada por laços de

confiança, é promovida em municípios menores, e onde a intercâmbio entre os agricultores/fornecedores e os responsáveis pelas compras dos produtos nas Prefeituras são mais estreitas.

No que baliza à administração pública, a prática de adquirir produtos da agricultura familiar local, acercar-se a ser uma oportunidade de empregar os recursos no próprio município, ampliando a circulação de riquezas e viabilizando a economia local. No caso da administração optar por obter gêneros alimentícios fabricados localmente, ela não opta somente pelo agricultor local ou pelos escolares, mas pode desencadear um efeito multiplicador que movimenta a economia de forma geral, favorecendo o comércio em geral. Para Froehlich (2010), para aqueles técnicos que se envolvem diretamente com a aquisição dos gêneros, o contato mais próximo com os fornecedores pode significar o aumento da probabilidade de negociação quanto ao tipo de produto a ser ofertado, qualidade, frequência de entrega, bem como à necessidade de uma eventual troca de produtos, motivando o capital social entre os abarcados.

O Estado acaba assumindo um papel essencial não apenas na orientação das políticas públicas relacionadas ao consumo de alimentos frescos e saudáveis, também na maneira de produção dos alimentos, no que se refere à regulação e instrução da produção via controle e normatização do uso de agroquímicos.

Mesmo que o PNAE institua em seu texto a preferência da aquisição de produtos com identidade cultural, em condição local poucas experiências podiam ser ressaltadas até a obrigatoriedade conferida pela Lei 11.947, no que se refere à obtenção de produtos da agricultura familiar local. Desta forma, o panorama anterior à nova legislação sugere que na maioria dos estados e municípios, grandes empresas de produtos alimentícios detinham o mercado da alimentação escolar, seguindo o padrão alimentar de lógica de produção em massa, diferenciado por cadeias longas de abastecimento e por compreensões de qualidade convencionais e padronizadas.

Esse modo de “fazer diferente” remete aos estudos de Long (2007), que assinala para o fato de que os atores sociais têm capacidade de criar dispositivos para intervir e modificar sobre alicerces como as leis e os mercados.

4 METODOLOGIA

4.1 ESTUDO DE CASO

Esta pesquisa adotou a metodologia de estudo de caso para compreender a realidade dos agricultores familiares que tem acesso ao programa governamental PNAE, através da COOPAFI/Capanema, situada na Região Sudoeste do Paraná.

Segundo Godoy (1995) o estudo de caso é um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, e tem por objetivo proporcionar vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de um problema extraído da vida real. Segundo a mesma autora o propósito fundamental do estudo de caso é analisar intensivamente uma dada unidade social.

O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuraram responder às questões “como” e “porquê” de certos fenômenos ocorrerem, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real (GODOY, 1995).

O estudo de caso ainda pode ser definido como:

[...] uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (GIL, 2009, p.54).

Ainda para Godoy (1995) no estudo de caso, o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação e tem técnicas fundamentais de pesquisa a observação e entrevista. Ainda que os estudos de caso sejam, em essência, pesquisa e caráter qualitativo, podem comportar dados quantitativos.

Considerando a problemática da pesquisa, os instrumentos empregados para a coleta de dados e o plano para tratamento e análise dos dados, deste objeto de estudo, verificou-se que esta pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa e quantitativa.

Richardson (1999) relata que a pesquisa quantitativa se evidencia pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

O método quantitativo é amplamente aplicado nas pesquisas, tendo como principais intuítos garantir a clareza dos resultados, evitar distorções de análise e

interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências (SILVA, 2013).

Esta pesquisa também se categoriza como qualitativa, pois busca detectar possíveis aumentos na qualidade de vida na agricultura familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Quanto à pesquisa qualitativa, Chizotti (1998) realça:

A pesquisa qualitativa contribui para a compreensão do ser social no momento histórico em constituição, buscando compreender a complexidade e as contradições, como também a imprevisibilidade dos fatos. Assim o pesquisador é ativo descobridor do significado das ações e relações que se ocultam nas estruturas sociais, tendo a oportunidade de apurar as informações repassadas de forma íntegra, evitando uma camuflagem dos dados coletados (CHIZOTTI, 1998, p. 28).

Para Minayo (1993) no enfoque qualitativo evitam-se os números, trabalhando-se com interpretação das realidades sociais, tais como: crenças, valores, significados. Este tipo de pesquisa analisa o ambiente como sendo uma fonte direta dos dados e o pesquisador como um instrumento chave, e tem como modelo de pesquisa a entrevista em profundidade.

Minayo (1993) ainda enfatiza que a pesquisa qualitativa é caracterizada pela empírica e pela sistematização progressiva de conhecimento até o entendimento lógico interno do processo em estudo ou do grupo. Usando assim, conforme o autor, os dados obtidos no contato direto do pesquisador para frisar mais o processo do que o produto e se preocupa mais em descrever a perspectiva dos participantes do estudo em questão.

Uma pesquisa qualitativa pode ser efetuada de diversas maneiras sem perder suas características básicas, assim o estudo de caso é diferente da pesquisa quantitativa, visto que emprega a análise de “estratégias”, “explicações”.

As pesquisas podem ser classificadas de acordo com Gil (2009), com base em seus objetivos. Desta forma são classificadas em três grupos: exploratórias, descritivas e explicativas.

Este estudo ajusta-se na pesquisa descritiva, visto que será necessário haver maior conhecimento por parte do pesquisador em relação à realidade a ser estudada a respeito da política pública voltada aos agricultores familiares e por apresentar características descritivas no problema proposto.

Conforme Gil (2009), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o

estabelecimento de relações entre variáveis. Segundo o autor, uma das características mais expressivas encontra-se na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observações sistemáticas.

Contribuindo com este conceito, Cervo e Bervian (1996), destacam que a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. É um estudo cujo propósito é descrever características, propriedades ou relações existentes em um grupo ou realidade pesquisada.

Para a elaboração do estudo se recorrerá também à pesquisa bibliográfica, buscando subsídios que pautem as definições apresentadas.

Pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2009) é aquela elaborada com base em material já elaborado, constituída principalmente de livros e artigos científicos. Desta maneira, boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

4.2 FASES DA PESQUISA

Em uma primeira etapa objetivou-se o aprofundamento teórico que balizasse o referencial teórico sob o qual a pesquisa foi fundamentada, com a revisão de literatura específica na área temática da investigação.

Em seguida foi realizada a pesquisa de campo, a qual foi constituída na visita e tipificação dos sistemas de produção dos estabelecimentos rurais, das experiências individuais e coletivas, e também entrevistas com as famílias de agricultores e mediadores que participaram e participam da trajetória da implantação do PNAE na região.

Foi realizada em um terceiro momento a análise dos dados coletados, e por fim, com base nos referenciais teóricos e na pesquisa de campo, a dissertação foi desenvolvida procurando responder os problemas apresentados no início dos trabalhos.

4.3 POPULAÇÃO/AMOSTRA

O objeto deste estudo corresponde aos agricultores familiares atendidos pelo PNAE e os dirigentes da COOPAFI - Capanema. Sendo que a escolha qualitativa dos sujeitos foi definida a partir da saturação de dados.

O método de saturação teórica que segundo Glaser e Strauss (1967), originalmente conceituaram como sendo a constatação do momento de interromper a

captação de informações (obtidas junto a uma pessoa ou grupo) pertinentes à discussão de uma determinada categoria dentro de uma investigação qualitativa sociológica. Na expressão dos autores, tratar-se-ia de uma confiança empírica de que a categoria está saturada, levando-se em consideração uma combinação dos seguintes critérios: os limites empíricos dos dados, a integração de tais dados com a teoria (que, por sua vez, tem uma determinada densidade) e a sensibilidade teórica de quem analisa os dados.

Saturação marca o momento em que o acréscimo de dados e informações em uma pesquisa não altera a compreensão do fenômeno estudado. É um critério que permite estabelecer a validade de um conjunto de observações (FONTANELLA; RICAS E TURATO, 2008). É objetivamente válido à medida que ele atende as exigências lógicas de julgamento em um universo determinado.

4.4 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa foram utilizados a entrevista semiestruturada e questionários fechados para a coleta de dados.

A entrevista semiestruturada pode ser constituída de questões abertas e/ou fechadas desde que tais questionamentos estejam pautados em teorias e hipóteses que se associem com o tema pesquisado. Segundo Manzini (2003) essa modalidade de entrevista pauta-se em um objetivo geral sobre o qual se cria um roteiro com questões principais que são complementadas por outras perguntas pertinentes às circunstâncias momentâneas da entrevista.

Neste estudo de caso foram elaboradas perguntas abertas e ordenadas para que os agricultores familiares e os diretores da cooperativa pudessem responder as questões que envolvem o processo de adesão ao PNAE, bem como relatar as possíveis falhas do Programa.

A entrevista com os agricultores familiares foi elaborada empregando um formulário semiestruturado (Roteiro de Entrevista - Anexo A) abrangendo questões sócio-demográfica e qualitativas, onde a formulação das perguntas foi estruturada em tópicos relevantes ao tema, fundada através de roteiro prévio para orientar o desenvolvimento da pesquisa, sendo que as entrevistas foram gravadas para melhor registro das informações.

Da mesma forma, foi utilizado um formulário (Roteiro de Entrevista – Anexo B) aos dirigentes da cooperativa que se propuseram a participar da pesquisa.

A entrevista semiestruturada dá a oportunidade ao entrevistado obter a liberdade e espontaneidade indispensável à investigação e admitindo a exploração de múltiplas dimensões do fenômeno. Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada parte de questionamentos prévios e permite que a resposta dos informantes crie novas hipóteses, enriquecendo a investigação.

O questionário estruturado foi utilizado para apreender o “Diagnóstico do Sistema de Produção” (Anexo C), num roteiro desenvolvido e validado por Perondi (2007), objetivando calcular a receita total das famílias. Posteriormente, buscou-se avaliar a origem e distribuição das receitas entre agrícolas e não agrícolas.

Para o levantamento de dados foi utilizado também à técnica de questionário, que de segundo Gil (2009) incide basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos e em forma de questões.

Para Gil (2009) questionário é:

[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc (Gil 2009, p. 121).

O questionário é a forma mais utilizada para colher dados, pois este admite medir com melhor exatidão o que se deseja saber. As perguntas de um questionário são todas logicamente correlacionadas com o problema central da pesquisa (CERVO E BERVIAN, 1996).

Conforme os mesmos autores as perguntas de um questionário podem ser abertas ou fechadas. As perguntas abertas destinam-se a obter uma resposta livre, o informante tem a possibilidade de discursar sobre a pergunta. Já as perguntas fechadas destinam-se a conseguir respostas mais precisas, padronizadas, são de fácil aplicação, fácil de codificar e analisar.

A fim de obter mais informações para solucionar o problema de pesquisa proposto neste trabalho, pretende-se aplicar a técnica de questionário semiestruturado, o qual poderá ser composto por perguntas fechadas, de múltipla escolha, com apenas uma opção a ser escolhida, e uma questão aberta para proporcionar aos entrevistados a exposição da percepção destes quanto às possibilidades de melhorias que o PNAE pode trazer.

O questionário foi criado a partir da análise conjuntural do tema proposto e das necessidades de obter respostas às indagações que devem ser dirimidas quanto ao

problema de pesquisa apresentado. Será aplicado pessoalmente pelo pesquisador nas propriedades agrícolas escolhidas para a realização da pesquisa de campo.

As entrevistas e questionários foram aplicados aos participantes, que assentiram e assinaram o termo de consentimento, após terem sido explicados sobre os objetivos e esclarecidas às dúvidas referentes à pesquisa.

4.5 A ESCOLHA DOS ENTREVISTADOS

A pesquisa de campo foi realizada no primeiro semestre de 2013, onde foram entrevistados doze agricultores familiares produtores que foram definidos por meio de sorteio entre os agricultores familiares associados à cooperativa e, ainda, um dirigente da COOPAFI - Capanema.

Após a composição da amostra, as famílias foram visitadas em seus domicílios e convidadas a participar do estudo. Neste momento foram esclarecidos do objetivo da pesquisa, consentindo em participar da mesma e assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D), que visa à preservação da identidade e dos dados coletados.

4.6 ANÁLISES DOS DADOS

Conforme Vergara (2008) a análise de dados faz referência à seção onde se especifica ao leitor que forma se pretende tratar e coletar os dados obtidos, sendo que os objetivos de estudo são alcançados de acordo com a coleta e interpretação dos dados e se fazendo uma correlação entre eles.

A análise dos dados foi elaborada a partir do conteúdo das entrevistas. A base de dados quantitativos permitiu auxiliar na caracterização socioeconômica e demográfica das famílias agricultoras.

O processamento dos dados quantitativos foi realizado com a utilização de técnicas de cálculo matemático por meio da planilha eletrônica Microsoft Excel[®].

Após a coleta de dados e informações obtidas durante a pesquisa será realizada a análise qualitativa dos dados e submetida à apreciação do Professor Orientador designado para o acompanhamento e orientações necessárias durante o processo de elaboração da dissertação.

De acordo com Dias (2000) a análise dos dados em pesquisas qualitativas baseia-se em três atividades frequentes e contínuas: 1) Síntese dos dados - processo contínuo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais provenientes das observações de campo; 2) Apresentação dos dados - organização dos dados de tal maneira que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir dos dados (textos narrativos, matrizes, gráficos, esquemas etc.); 3) Delineamento e verificação da conclusão - identificação de padrões, possíveis explicações, configurações e fluxos de causa e efeito, seguida de constatação, retornando às anotações de campo e à literatura, ou ainda replicando o achado em outro conjunto de dados.

Para calcular a efetividade da atividade laboral, é usada frequentemente uma unidade de medida chamada de UTH, que significa Unidade Homem Trabalho. De acordo com Lima et al. (1995), uma UTH equivale a 2.400 horas trabalhadas durante o ano, sendo essa medida calculada da seguinte maneira:

- Pessoas com 7 a 13 anos: 0,5 UTH;
- Pessoas com 14 a 17 anos: 0,65 UTH;
- Pessoas com 18 a 59 anos: 1 UTH;
- Pessoas com + de 60 anos: 0,75 UTH.

Através da interpretação de todos os dados e argumentações surgidas a partir dos questionários e entrevistas aplicados, será realizada uma relação entre os resultados e os conhecimentos adquiridos através do referencial teórico.

4.7 A ESCOLHA DO MUNICÍPIO E SUAS CARACTERÍSTICAS

O município de Capanema corresponde à mesorregião geográfica Sudoeste Paranaense, microrregião geográfica Capanema, localizada na Região Sul do Brasil.

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2007), o município de Capanema conta com uma população de 18.103 habitantes e se localiza na fronteira com Argentina, vizinho ao Parque Nacional do Iguaçu, separado apenas pelo Rio Iguaçu.

O mapa a seguir localiza e delimita o município de Capanema.



Figura 1. Mapa da região de Capanema com a localização e divisões territoriais

Segundo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (2011), a Região Sudoeste do Paraná, com uma área de 17.060 km², possui 37 municípios e do total das propriedades, 87% são familiares e destas, 94% possuem áreas inferiores a 50 ha.

Com município integrante dessa Região Capanema tem sua economia baseada na agricultura e apresenta uma estrutura fundiária caracterizada por pequenas propriedades, sendo que 45% das propriedades têm menos do que 10 ha, e 54% têm entre 10 e 100 ha, nas quais, destaca-se principalmente o feijão, a soja, o milho, a mandioca, o trigo, a cana-de-açúcar, etc., fato considerável de riqueza do município é a pecuária paralela à agricultura.

A densidade demográfica aproximada desse município é de 44,28 habitantes por Km², o que, segundo Veiga (2002) caracterizaria um município rural, pois, apresenta uma densidade demográfica menor do que 80 habitantes por Km². Por fim, um município com uma população de 18.103 habitantes que apresenta no seu meio rural, a conformação de um padrão de trabalho baseado na família, pequena propriedade e agricultura de encostas e de clima temperado.

Capanema tem sua economia baseada na agricultura. A grande distribuição agrária por todos os recantos do município trouxe o desenvolvimento da agricultura. A atividade agrícola de Capanema é bem desenvolvida e organizada.

No cenário estadual, Capanema conseguiu despontar como um município de destaque no Sudoeste Paranaense, pois se encontra numa região fértil e seu povo luta para conseguir o máximo, em todos os setores. Sempre tem em vista o bem estar de todos os seus cidadãos, dentro de uma sociedade sadia e com o desejo de progredir e

continuar a árdua, porém progressiva e compensadora tarefa iniciada por nossos pioneiros. O objetivo maior é contribuir para a fixação do homem na terra, proporcionando novas alternativas de produção com qualidade, agregando valores e participação comunitária (PREFEITURA DE CAPANEMA, 2012).

Por ser uma região propícia para a criação de aves e animais, o frigorífico de frangos estabeleceu-se no ano de 1982 além de uma indústria de laticínios.

No município de Capanema – Paraná, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, assim como a produção, transformação e a comercialização de açúcar mascavo e outros derivados da cana-de-açúcar, começou a se definir com a implantação das agroindústrias de agricultores familiares como estratégia para o desenvolvimento rural local (TOMASETTO; LIMA E SHIKIDA, 2009).

É parte integrante do processo de diversificação da pequena propriedade e agregação de valor de produto primário, beneficiando as associações rurais do município.

O município é grande exportador de produtos orgânicos, possui ainda algumas áreas voltadas para o turismo ecológico e vem despontando no cenário nacional como um município de destaque no Sudoeste Paranaense (TOMASETTO; LIMA E SHIKIDA, 2009).

Assim, o Governo do Estado participa dessa assistência aos agricultores, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB; Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – INSTITUTO EMATER. Outros órgãos que atuam na agricultura são: Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – ASSESOAR; Centro de Tecnologias Alternativas- CETAP; Centro Paranaense de Apoio ao Pequeno Agricultor-CAPA; Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar-COOPAFI; Coordenação Regional de Associação de Pequenos Agricultores-CRAPA; Organizações não Governamentais-ONGs; Universidades; Prefeituras Municipais; Associações de Produtores Orgânicos; Associações de Consumidores e Empresas de Processamento e Comercialização (EMATER, 2008).

As Organizações e Associações citadas são algumas das que fornecem assistência técnica e apoio ao projeto orgânico de grãos e açúcar mascavo do Sudoeste, fomentando o desenvolvimento da agricultura, o desenvolvimento local sustentável e a promoção da cidadania e da qualidade de vida dos produtores rurais.

Entretanto, a justificativa por localizar a pesquisa nesse município é devida a sua experiência de construção social do mercado via o cooperativismo alavancado pelo mercado institucional, o que chamou a atenção desse município foi à trajetória da COOPAFI - Capanema.

5 O COOPERATIVISMO EM PRÁTICA

Segundo Pinho (1966), o cooperativismo, como doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um acontecimento moderno oriundo da oposição operária às consequências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX.

Desse modo, ato de cooperar pode ser entendido como qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas em qualquer formação socioeconômica e cooperativismo só pode ser entendido como um movimento social que procurou, através da associação, fugir de uma opressão social resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX (COSTA, 2007).

As primeiras experiências cooperativas, denominadas por Pinho (1966) de pré-cooperativas, emergem no final do século XVIII e início do século XIX na Inglaterra, França, Alemanha e em outros países da Europa como iniciativas em oposição às péssimas condições de vida dos trabalhadores.

Segundo autores como Vieira (2005, p.31), Pinho (1966, p. 38-39) e Pinho (1982, p.30-31), as mais antigas cooperativas de que se tem notícia são: a cooperativa dos trabalhadores dos estaleiros Woolwinch e Chatham, na Inglaterra (1760); a cooperativa de consumo dos tecelões de Fenwich, na Escócia (1769); e cooperativa de consumo inglesa, a Oldhan Co-operative Supply Company (1795), posterior a esse período houve uma grande proliferação de cooperativas de consumo na Inglaterra. Entretanto, antes de 1844, todas as tentativas de se implementar cooperativas de consumo foram fracassadas, sobretudo em Brighton (1827), na Inglaterra, e em Guebwiller (1828) e Lyon (1835), na França.

As primeiras ideias de cooperação surgidas no país vieram com os jesuítas, no início do século XVII, que utilizavam métodos europeus para catequização e organização do trabalho indígena, de forma que estes realizassem o trabalho de forma coletiva.

Segundo Monezi (2005), em torno do ano de 1610, as missões jesuítas cultivavam os princípios do auxílio mútuo na nova colônia, prática esta, que já era comum entre os indígenas. Em 1847, no Paraná, o médico francês Jean Maurice Faivre fundou – com imigrantes europeus – a colônia Teresa Cristina, que foi a primeira sociedade brasileira que se guiava pelos princípios do cooperativismo.

As cooperativas formais, no entanto, só começaram a dar os primeiros passos após a abolição da escravidão, quando foram fundadas: Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em São Paulo, no ano de 1891; a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro, em 1894; a Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe, em Pernambuco, no ano de 1895 e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista, em Campinas, no ano de 1897.

O movimento cooperativista brasileiro só ganhou força no início do século XX, no Estado do Rio Grande do Sul, quando o jesuíta suíço Theodor Amstadt incluiu os ideais cooperativistas em seus sermões e, posteriormente, no ano de 1902, fundou, no município de Nova Petrópolis, em parceria com imigrantes alemães, a “Caixa Econômica de Empréstimos” hoje, Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis Ltda. (OLIVEIRA, 1984). A partir daí o governo do Rio Grande do Sul passou a incentivar os agricultores a organizarem-se em cooperativas para superar as barreiras impostas a comercialização dos produtos gaúchos fora do Estado.

No Paraná o cooperativismo surge na Colônia Rio Negro, em 1829, e tem raízes nos pioneiros imigrantes europeus que procuravam organizar suas estruturas e compra e venda em comum. No Sudoeste do Paraná, no ano de 1971 foi criado o Projeto Iguaçu de Cooperativismo, que fazia parte dos Projetos de integração Nacional, do Governo Federal.

A Colônia Teresa Cristina, no interior do Paraná, fundada em 1847, é considerada como o marco inicial do cooperativismo no Brasil. Ela foi criada para solucionar os problemas enfrentados pelos colonos brasileiros, por exemplo, o difícil acesso ao mercado e a pouca valorização dos produtos agrícolas, que impediam novas oportunidades de acesso aos bens culturais e ao mercado formal.

Apesar de todos os esforços, a Colônia Tereza Cristina não progrediu. Anos mais tarde, imigrantes poloneses, ucranianos, alemães e alguns brasileiros se instalaram na mesma região e fundaram a Colônia Cândido de Abreu, que progrediu graças à atuação de seus moradores, sendo elevada à categoria de município em novembro de 1954. Observa-se, portanto, que as ações cooperativistas dessa época possibilitaram o desenvolvimento da região.

No Brasil, o cooperativismo seguiu e adotou as experiências e os princípios dos pioneiros de Rochdale, embasados ainda na legislação cooperativista brasileira, por meio do Decreto 22.239 de 19/12/1932 e mantida pela legislação posterior que é a Lei 5.764 de 16/12/1971, na qual são especificadas as regras para a criação de cooperativas.

As regiões Sul e Sudeste apreendem aproximadamente 58% das cooperativas brasileiras, segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, e o restante, 42%, encontram-se nas demais regiões. O que pode sugerir que um dos elementos importantes do cooperativismo, que é a existência de capital social, aqui avaliado como a capacidade de associar para obter ganhos individuais e coletivos (MOREIRA, 2008).

Na região Sudoeste do Paraná o cooperativismo nasce a partir de um contexto histórico da luta e a organização das famílias rurais na região Sudoeste, marcado a partir de trabalhos de grupos de pastorais nas comunidades rurais, sendo que, segundo Veronese (1998), a partir deste trabalho pastoral se constituiu a ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural. Com isso, a história caminhou para o resgate dos sindicatos combativos, para a organização associativa e busca de uma agricultura alternativa, com apoio, inclusive de técnicos.

Por meio do cooperativismo é possível ocorrer o fortalecimento dos agricultores familiares para as reivindicações políticas ou de benefícios para a Agricultura Familiar, pois o cooperativismo tem por princípios objetivos sociais e econômicos, integrando pessoas na busca de uma vida melhor. Desta forma, busca unir as forças dos agentes interessados em prol de um benefício comum (ABRANTES, 2004).

Com o intuito dos agricultores se fortalecerem e alcançar alguns objetivos, principalmente na área da comercialização deu-se início a organização de uma cooperativa, o surgimento do Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar se deu logo após a realização do Seminário na Fronteira e a formação da primeira cooperativa de comercialização - a COOPERFAC de Capanema. Foram instituídas legalmente novas cooperativas da Agricultura Familiar na região Sudoeste, sendo que as primeiras foram além da COOPERFAC, a COOPERSOL de Marmeleiro e a de Coronel Vivida.

Havia já outras duas Cooperativas formadas a COOPAAF de Dois Vizinhos e a de Francisco Beltrão, que se fortaleceram a partir deste novo processo. Além do mais, existia uma estrutura física da CRAPA que ajudou a dar agilidade e apoio ao processo.

Além das cooperativas constituídas legalmente, havia na região, outros municípios onde existiam parcerias entre entidades como: CLAF, Sindicatos, Cresol, Centrais de Associações e apoio do Programa de Inclusão, acabaram promovendo a dinâmica da comercialização. Assim, Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI) foi constituída em 2001 com o intuito de suprir as necessidades dos pequenos agricultores em comercializar os seus produtos.

Isso é percebido na fala do diretor DC1 que destaca “(...) a base da organização nossa (COOPAFI) foi o associativismo, e na hora de avançar na comercialização com o associativismo tivemos alguns problemas, na verdade muito mais fiscal do que tudo o resto. Ai transformamos a central de associações numa cooperativa (...)”. As dificuldades levantadas pelo dirigente da COOPAFI se deve ao fato da associação, ser um órgão sem fins econômicos, não poder atuar em nível de mercado, possuir uma escrituração contábil simplificada e não possuir capital social⁷.

A Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada de Capanema foi formada através da sociedade de pessoas sem fins lucrativos, como todas as cooperativas, destina-se a defesa das atividades econômicas, técnicas e sociais, bem como a representação dos interesses comuns ligados a área de prestação de serviços de natureza agropecuária dos produtores associados.

A COOPAFI está presente hoje em 15 municípios da região Sudoeste do Paraná, destes oito possuem uma estrutura física (Capanema, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste, Marmeleiro, Coronel Vivida, Realeza, Nova Prata e São Jorge) onde atua localmente, o mercado do produtor ou loja de produtos da agricultura familiar.

A unificação em um único sistema das COOPAFI’S ocorreu em 2007, como destaca DC1 “Antes as cooperativas da Agricultura Familiar estavam distribuídas no Sudoeste do Paraná cada uma tocando a sua própria política, do seu jeito e ai nós (diretores), entendemos que tinha que no mínimo dar uma articulada nisso tudo, pra facilitar o trabalho das cooperativas”. O Sistema COOPAFI Central é localizado no município de Francisco Beltrão, que é constituída pelas cooperativas singulares, possui também uma diretoria central, formada por diretores das demais cooperativas. Essa unificação fez algumas intervenções na parte organizativa, além de prestar alguns serviços na área de contabilidade, ambientação, articulação política dos projetos e programas.

Essas ações contribuíram para aumentar a área de atuação do Sistema COOPAFI, onde passaram a atuar, principalmente com programas institucionais como PAA e PNAE, na Região Centro Oeste, Região Metropolitana e Região Centro Ocidentais Paranaenses e no estado de São Paulo no Vale do Ribeira.

As ações em rede entre as organizações fazem parte das estratégias do Sistema COOPAFI, que através de parcerias busca orientar as ações de comercialização, de prestação de serviço, de normatização e fiscalização em alguns níveis das ações das

⁷ Capital Social neste caso são os bens *móveis* (veículos automotores, tratores, animais, dinheiro em espécie) e *imóveis* (sede, terreno, escritório, instalações em geral, etc.).

cooperativas singulares a fim de não deixá-las na dependência exclusiva do poder e do isolamento local. As cooperativas, em parceria com organizações da agricultura familiar em todo o Estado, realizam também convênios com diferentes esferas governamentais, além de vendas diretas ao consumidor e organização da produção (FERRAZ et al, 2008).

6 A OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE VIA COOPAFI

A COOPAFI tem como público alvo os Agricultores Familiares estabelecidos em pequenas propriedades, dispostos a desenvolver uma produção diversificada e diferenciada.

A diversificação de produtos tem por meta uma proposta de desenvolvimento sustentável, socioeconômico e ambiental visando promover melhores condições de produção, de geração de renda na propriedade rural, a organização das famílias na transferência de conhecimentos através da assistência técnica, extensão rural onde estão presentes os sentimentos, valores, costumes e o jeito de se fazer agricultura de uma determinada região com o seu povo.

As principais atividades desenvolvidas pela COOPAFI Capanema são: (1) Supermercado local, (2) Mercado do Agricultor em Curitiba, e (3) os programas institucionais: Programa de Energias Renováveis e Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Desta maneira foi possível elaborar a Tabela 1 com as principais atividades desenvolvidas pela cooperativa e quais os papéis que as atividades desempenham. Desta maneira percebemos que três atividades possuem papel político, uma em cada esfera o Mercado do Agricultor Capanema – Esfera Municipal, Mercado do Agricultor Curitiba – Esfera Estadual e Programa de Energias Renováveis – Esfera Estadual, e duas atividades possuem papel econômico Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Tabela 1. Atividades Desenvolvidas pela Cooperativa e seus Papéis

Principais Atividades	Papel Político	Papel Econômico
Mercado do Agricultor Capanema	X	
Mercado do Agricultor Curitiba	X	
Programa de Energias Renováveis	X	
PAA		X
PNAE		X

O supermercado na localidade é mais uma loja dos produtos da COOPAFI para ser comercializados em Capanema e assim buscar aproximar os consumidores diretamente numa espécie de laboratório que procura entender as características dos produtos que os consumidores necessitam, visa também buscar tecnologia adequada na produção que tenham menor impacto ambiental, procurando ainda avançar na conscientização dos consumidores de que o consumo de produtos naturais e de boa qualidade traz mais saúde.

O mercado do Agricultor em Capanema foi inaugurado há aproximadamente seis anos, no entanto segundo DC1 “ele (mercado) não se paga economicamente”, E a entrevista denota a existência de três principais motivos: (1) o mercado do agricultor carregar consigo a característica de feira, (2) existe a venda de poucos itens, aproximadamente 20 mercadorias, já supermercados maiores possuem mais de 20 mil mercadorias e (3) o mercado possui um grupo muito restrito de consumidores, como idosos e pessoas que têm uma formação política diferenciada e que buscam uma alimentação mais saudável, por meio dos produtos orgânicos, agroecológicos e das agroindústrias. Assim, a COOPAFI Capanema mantém o mercado “por uma questão muito mais política do que econômica”. Para que a viabilidade econômica viesse a se concretizar era necessária uma produção em escala, sendo que o volume de comercialização que o mercado representa não ultrapassa os 10% de toda a venda da cooperativa.

Assim, segundo se visualiza na Tabela 01 anterior, observa-se que o principal foco da COOPAFI Capanema é mesmo o mercado institucional e, neste caso, o primeiro deles é o Programa de Energias Renováveis do Governo Federal que demanda óleo vegetal para biodiesel deixando a desejar outras áreas da energia renovável, como a energia solar, energia eólica e biodigestores.

(...) Nós estamos nesse projeto do biodiesel não em função da soja, isso tem que ficar bem claro, mas é a soja hoje que segura o programa em função do óleo vegetal. Hoje o que tem ajudado bem nós é a canola (...) porque a Embrapa tem desenvolvido cultivares de canola para a nossa Região. Agora o que acontece com a canola, nós não temos que produzir a canola só para o biodiesel, nós temos que produzir canola e leite e carne com o farelo da canola e nós precisamos pegar o óleo e colocar no PNAE, isso é estratégico; nós geramos só a matéria prima aqui e a matéria prima mais nobre vai embora” (DC1, 2013).

Nessa fala pode-se perceber o desejo do diretor em agregar valor nos produtos produzidos pelos agricultores familiares da região, o que supera a expectativa desse programa que procura somente por simples produtores de matéria prima.

O segundo foco de mercado institucional da cooperativa é o PAA, um instrumento da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional, que visa fortalecer a Agricultura Familiar e inserir a mesma no mercado institucional tendo como uma das formas de comercialização a compra dos produtos dos agricultores os quais serão distribuídos para famílias em condição de insegurança alimentar e nutricional, assistidas por entidades que prestam serviços a comunidade. Seu objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade e regularidade necessárias as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão econômica e social no campo por meio do fortalecimento da Agricultura Familiar.

O diretor da COOPAFI - Capanema destaca que o PAA foi uma grande experiência que a cooperativa teve e têm no mercado institucional, abrindo caminho posteriormente para o funcionamento do PNAE, no entanto uma preocupação é percebida na fala de DC1 com os programas como o Programa de Aquisição de Alimentos e com o Energias Renováveis onde “programa de governo não é política pública, daqui três, cinco, oito anos muda-se esse estilo, essa característica de governo (...), esses programas podem deixar de existir”. Contudo essa preocupação não é percebida com o PNAE, já que é uma política de governo consolidada.

O terceiro foco do mercado institucional da cooperativa é o PNAE, uma ação do Governo Federal que garante alimentação escolar a todos os estudantes dos ensinos infantil, fundamental e médio, das escolas públicas e filantrópicas, isso acontece por meio

do FNDE que repassa os recursos financeiros para todos os estados e municípios, fortalecendo esse segmento e incentivando a organização desses trabalhadores em cooperativas e outras formas de arranjo produtivo. O programa apoia o desenvolvimento sustentável, além de ser uma política de valorização dos produtos da Agricultura Familiar, busca a diversificação da produção, a qualidade e a regularidade, desenvolvendo uma reeducação alimentar que incentiva hábitos alimentares mais saudáveis nas escolas impulsionando assim a economia do município.

A COOPAFI Capanema consta em seu quadro 386 associados, que produzem uma infinidade de alimentos que constam na Tabela 2, que são distribuídos no PNAE municipal que abrange os municípios de Capanema, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Rolândia, Apucarana e Colombo e atende o PNAE estadual nos municípios de Capanema, Planalto, Pérola do Oeste e Bela Vista da Caroba, segundo DC1 todo esse volume de vendas gera aproximadamente um montante de aproximadamente R\$ 2 milhões.

Tabela 2. Alimentos Produzidos pelos Agricultores Familiares nos 12 estabelecimentos entrevistados no Município de Capanema - PR

Categoria	Produtos	Categoria	Produtos
Farinhas	Trigo	Doces	Doce de Frutas
	Trigo Integral		Mel de Abelha
	Fubá (Farinha de Milho)	Uva	Suco Integral de Uva
Tubérculos	Batata Doce	Grãos	Vinagre
	Mandioca		Feijão Preto
Panificados	Cuca	Verduras/Legumes	Feijão Carioca
	Bolo Simples		Arroz
	Pão Branco		Abobrinha
Frutas	Pão Integral	Milho	Alface
	Macarrão		Alho
	Bolachas		Beterraba
	Poncã		Cenoura
	Laranja		Mamão
	Banana		Milho Verde
	Polpa Congelada de Frutas		Tempero Verde
Cana-de-Açúcar	Melado Batido	Milho	Repolho
	Açúcar Mascavo		Chuchu
	Rapadura		Canjica
	Pé-de-Moleque		Quirerinha (Canjiquinha)
	Cri-Cri		Biju

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

O agricultor AF9 destaca a variedade de verduras que possui em sua propriedade “beterraba, tem cenoura, tem couve-flor, tem brócolis, tem repolho, tem rabanete, tem rúcula, tem alface, vagem... chicória... pepino” (AF9), no entanto, o agricultor não produz tomate, “só o que precisa mexer no veneno daí não... tomate essas coisas não tem” (AF9).

Uma necessidade que a cooperativa vem sentindo é a sua capitalização, pois um valor muito pequeno das comercializações fica para a cooperativa, DC1 destaca essa preocupação:

“nós viemos num olhar muito de feira, de agroindústria e a COOPAFI Capanema já é uma cooperativa que tem uma estrutura mínima que precisa ter um ganho para a cooperativa, isso não quer dizer que vai afetar no ganho das famílias, mas temos que ter uma preocupação dessa questão da gestão e de estrutura” (DC1).

As principais dificuldades enfrentadas pela Agricultura Familiar são na produção em escala, na qualidade e padronização dos produtos, em máquinas e equipamentos, além da logística e armazenamento. Percebe-se uma inversão de dilemas que antes era na área da comercialização, sendo superado com a criação da lei Nº 11.947/2009 para dilemas muito mais voltados a produção. Contudo, pergunta-se Por Que essas dificuldades enfrentadas pela Agricultura Familiar?

DC1 explica que

“(...) estamos trabalhando com famílias que apresentam um volume de produção menor, que são famílias mais empobrecidas, que tem menor tecnologia, que falta conhecimento (...), isso não significa que a Agricultura Familiar não vai dar conta dos 30%, eu não tenho duvidas que a Agricultura Familiar dá conta dos 30% do PNAE, o que nós precisamos é estudar um pouco melhor os investimentos que as cooperativas fazem em máquinas e equipamentos e ver investimentos PRONAF”.

Essa dificuldade vivenciada pela falta de qualidade de alguns produtos entregue pelos cooperados, sentida muitas vezes pela dificuldade do controle social, onde há um distanciamento da cobrança do cliente pra com seu fornecedor, claro que esse problema só ocorre porque a cooperativa alavanca o mercado, principalmente o institucional e cria um volume muito maior de negócios que é incomparável com o que o agricultor familiar iria conseguir individualmente.

Na questão sobre a produção DC1 destaca uma adversidade em que

“foi feito um debate no município que as pequenas agroindústrias iriam complementar a renda dos agricultores, hoje nós (COOPAFI) entramos numa estratégia de produção, de produzir comida, que é o PNAE e que o volume é grande, e ai nós (associados) aqui na ponta temos com o espaço físico e com as máquinas e equipamentos daquela logica que estava a 10 anos atrás, em que se produzia 10 Kg de bolacha em uma semana, outra situação é produzir 200 Kg por semana (...), não é problema da politica PNAE, mas na produção, então temos que adequar essas situações (...), pensar nessa área mais em escala”.

Contudo, para o diretor DC1 é observada a inovação tecnológica no PNAE através da troca de informações entre as nutricionistas e os diretores da cooperativa, que tem ajudado a melhorar principalmente a qualidade dos produtos, onde a legislação é seguida e cumprida, no entanto, são apontados algumas sugestões e um caminho para ser seguido, mostrando a importância do diálogo entre fornecedores e consumidores.

Para minimizar alguns problemas DC1 propõem a regionalização da produção, onde alguns municípios têm afinidades produtivas de certos alimentos, como por exemplo, Capanema tem facilidade de produzir feijão, derivados de cana, panificados,

já apresenta limitações na produção de hortifrúti onde regiões no cinturão verde de Curitiba, Palmas, Guarapuava possuem facilidade de produção desses alimentos, sendo interessante o intercâmbio de mercadorias entre as regiões potenciais.

O papel da cooperativa é fundamental para que os agricultores possam acessar o mercado institucional além de compreender melhor a política pública. Várias vantagens são percebidas como pagamento das entregas em dia, menor preocupação com a logística, pois esta parte é executada pela COOPAFI e maior poder de decisão na chamada pública.

7 O PNAE SOB A ÓTICA DOS PRODUTORES

7.1 PERFIL DOS ASSOCIADOS DA COOPAFI – CAPANEMA

As características dos agricultores familiares entrevistados na realização deste estudo serão descritas neste ponto do trabalho, com base nas entrevistas e questionário aplicados durante a pesquisa de campo.

A caracterização sócio demográfica dos agricultores integrantes do PNAE tem por objetivo demonstrar alguns aspectos importantes do ambiente familiar, bem como analisar a dinâmica demográfica de cada família. Na Tabela 3, a seguir, 50% dos chefes dos estabelecimentos entrevistados possuem idade entre 30 e 50 anos e outros 50% estão no estrato entre 51 e 60 anos e não houve nenhum chefe de família com idade superior a 60 anos.

Tabela 3. Idade do Chefe dos 12 estabelecimentos familiares entrevistados integrantes do PNAE no município de Capanema – PR

Estratos (anos)	Nº	%	% Acumulado
30 a 40 anos	2	16,67	16,67
41 a 50 anos	4	33,33	50,00
51 a 60 anos	6	50,00	100,00
TOTAL	12	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Outra questão importante sobre as características sóciodemográficas das unidades de produção se refere ao número total de membros das famílias. Conforme a Tabela 4, metade das famílias são compostas pelo simples casal.

Tabela 4. Número de pessoas residentes nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados integrantes do PNAE no município de Capanema - PR

Nº de pessoas por família	Nº famílias	%
2 pessoa	6	50,00
3 pessoa	1	8,33
4 pessoa	2	16,67
5 pessoa	1	8,33
6 pessoa	0	0,00
7 pessoa	1	8,33
8 pessoa	0	0,00
9 pessoa	1	8,33
Total	12	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Devido à falta de mão de obra a família AF9 mostra interesse em adquirir uma

máquina para plantar beterraba e cenoura, é possível verificar uma preocupação com a padronização dos produtos a serem entregues para o PNAE, desta maneira é destacado:

“[...] precisa dar mais padrão pra essas verduras. Queremos comprar uma máquina. [...] Porque plantar cenoura e beterraba dá muito serviço [...] (máquina) parece que uns 3 minutos você vai lá e planta, faz o canteiro e daí ela cai mais espalhada e dá mais padrão [...] Na enxada vai umas 4 horas.” (Entrevista AF9, 2013).

Evidencia-se que o progresso tecnológico é umas das expressões da mercantilização da agricultura familiar, representou até o momento uma mudança na composição demográfica das famílias, uma vez que estas pequenas famílias conseguem tornar produtivas áreas cada vez maiores de terras sem que isso necessite a contratação de mão – de – obra.

De acordo com estes cálculos foi delineada a quantidade de UTH por família, conforme se pode observar na Tabela 5.

Tabela 5. Quantidade de UTH nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados inseridos no PNAE no município de Capanema - PR

UTH	Nº	%	% Acumulado
0,0 a 1,0	3	25,00	25,00
1,1 a 2,0	5	41,67	66,67
2,1 a 3,0	2	16,67	83,33
3,1 a 4,0	1	8,33	91,67
4,1 a 5,0	1	8,33	100,00
Total	12	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A Tabela 5 indica que a maior parte dos estabelecimentos, 41,67%, dispõe entre 1,1 a 2,0 UTHs (Unidades de Trabalho Homem), portanto 66,67% possuem 2 UTH. Raros são os estabelecimentos que dispõem de mais de 3 UTHs para execução dos trabalhos.

Com relação às atividades desenvolvidas pelos membros das famílias entrevistadas, o estudo proporcionou descrever o local de trabalho ou atividade desenvolvida pelos membros familiares, conforme a Tabela 6.

Tabela 6. Local de trabalho ou atividade desenvolvida/Quantidade de pessoas⁸ nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Local de Trabalho Atividade Agricultores	Somente na UP	Na UP e Fora da UP	Somente Fora da UP	Doméstico Na UP e Trabalho	Tempo Parcial na UP e Estudos	Idoso Tempo Parcial na UP
AF1	1	2		1	1	
AF2	1	1				
AF3	1			1		
AF4	1			1		
AF5	2			2	2	1
AF6	1			1		
AF7	1			1		
AF8	2					
AF9	3			1		
AF10	4		1	1		
AF11	2		1			
AF12	1		1			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A partir da Tabela 6 foi possível constatar que cinco famílias possuem algum membro da família com atividade não agrícola, realizada fora da unidade de produção. Ainda, visualiza-se que todas as famílias têm membros que se dedicam integralmente as atividades na unidade de produção, duas famílias com membros que estudam e colaboram na UP de forma parcial e somente uma UP com atividade laboral desenvolvida por idoso.

Essa pluriatividade remete a um fato no qual os membros de uma unidade familiar exercem diversas atividades com a finalidade de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no exterior como no interior da própria exploração, por meio da venda da força de trabalho familiar, do fornecimento de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – turismo rural, industrialização em nível da propriedade, artesanato e diversificação produtiva – que concomitantemente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno (ANJOS, 2003). A pluriatividade, deste modo, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o produto de um amplo processo de transformação da agricultura, em apropriada sincronia com a dinâmica da economia em

⁸ Considerados somente os componentes familiares que desenvolvem atividades laborais, ou em idade laboral acima de sete anos.

geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (ANJOS, 2003).

Entre as razões assinaladas para explicar as mudanças nas formas de ocupação no meio rural e o crescimento da pluriatividade evidenciam-se os seguintes fatores: a própria modernização técnico-produtiva; a queda das rendas agrícolas; as políticas de estímulo as atividades rurais não-agrícolas e contenção das migrações; as mudanças nos mercados de trabalho e o reconhecimento da importância crescente da agricultura familiar no meio rural (SCHNEIDER; CONTERATO, 2005).

Nos contextos em que a agricultura familiar é a forma social hegemônica, o aparecimento da pluriatividade tende a estar acompanhado de um processo de mercantilização (PLOEG, 1992). Por mercantilização entende-se o processo de redução crescente da autonomia das famílias rurais e sua inserção crescente em circuitos onde predominam as trocas mercantis. Desse modo, a importância da pluriatividade como estratégia de reprodução na agricultura familiar passa, basicamente, pela consideração dos distintos graus de mercantilização na agricultura de base familiar (SCHNEIDER; CONTERATO, 2006).

Ellis (2000) considera que a pluriatividade fortalece as estratégias de sobrevivência familiares e contribui no processo de diversificação dos modos de vida rurais. Neste sentido, para Schneider (2003) o reconhecimento da importância da pluriatividade é essencial para reconhecer as dinâmicas regionais de reprodução da agricultura familiar e que os agricultores familiares possam estabelecer ações de diversificação das ocupações e das fontes de acesso à renda.

Outro dado interessante, construído a partir da análise das realidades sócio demográficas e socioeconômicas dos agricultores familiares estudados foi possível descrever a tipologia⁹ das receitas das unidades de produção familiar, como a Tabela 7.

⁹ Desenvolvida pelo projeto “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e pluriatividade no Rio Grande do Sul” (SCHNEIDER E ANJOS, 2003), modificado por Schneider (2006).

Tabela 7. Tipos de receitas das unidades de produção familiar 2012/2013 nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Tipo de Receita em Reais Agricultor	Agrícola	Animal	Transformação	Transf. Sociais	Não Agrícola	Receita PNAE	Receita Total	Área Total
AF1		R\$ 6.000,00	R\$ 73.900,00		R\$ 14.400,00	R\$ 58.400,00	R\$ 152.700,00	15,73
AF2	R\$ 23.400,00	R\$ 1.512,00	R\$ 4.000,00		R\$ 8.814,00	R\$ 20.000,00	R\$ 57.726,00	23,5
AF3	R\$ 1.540,00		R\$ 175.600,00	R\$ 8.814,00		R\$ 77.500,00	R\$ 263.454,00	15,2
AF4	R\$ 7.392,00		R\$ 33.600,00			R\$ 65.962,40	R\$ 106.954,40	9
AF5	R\$ 11.250,00	R\$ 20.880,00		R\$ 8.814,00		R\$ 5.760,00	R\$ 46.704,00	14
AF6	R\$ 20.000,00	R\$ 9.000,00				R\$ 6.250,00	R\$ 35.250,00	11,14
AF7	R\$ 9.051,00	R\$ 15.010,00				R\$ 16.100,00	R\$ 40.161,00	13,31
AF8	R\$ 14.000,00	R\$ 12.660,00		R\$ 8.814,00		R\$ 4.400,00	R\$ 39.874,00	7,3
AF9	R\$ 15.100,00	R\$ 80.800,00				R\$ 20.700,00	R\$ 116.600,00	23,66
AF10	R\$ 106.700,00		R\$ 135.000,00	R\$ 17.628,00	R\$ 14.400,00	R\$ 48.000,00	R\$ 321.728,00	33,88
AF11	R\$ 8.460,00	R\$ 1.500,00	R\$ 10.500,00		R\$ 8.400,00	R\$ 28.000,00	R\$ 56.860,00	22
AF12	R\$ 1.500,00		R\$ 20.568,00		R\$ 11.700,00	R\$ 40.560,00	R\$ 74.328,00	8,62
Receita Total das Famílias	R\$ 218.393,00	R\$ 147.362,00	R\$ 453.168,00	R\$ 44.070,00	R\$ 57.714,00	R\$ 391.632,40	R\$ 1.312.339,40	197,34
Participação das Receitas Por família (%)	16,64	11,23	34,53	3,36	4,40	29,84	Receita Média 106.807,21	Área Média 16,45

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Analisando a Tabela 7, verifica-se que somente uma unidade produtiva não possui Receita Agrícola, demonstrando que essa é o terceiro tipo de receita mais importante para os agricultores, corresponde a uma receita anual de R\$ 18.199,42. A venda de animais, leite, mel, peixes e ovos gera a receita denominada Animais, presente em 66,66% das propriedades e representa 11,23% da receita de todos os estabelecimentos.

Na mesma tabela, verifica-se que as transferências sociais e as rendas não agrícolas são importantes para algumas famílias, mas em média possuem igualmente uma menor importância frente as outras receitas. De qualquer forma como destaca Delgado e Cardoso (2000) e Lima e Piacenti (2009), é muito provável que parte dessa receitas sejam empregadas como recurso para investimento produtivo no estabelecimento rural. Destaca-se na Tabela 7 as receitas provenientes do PNAE que representam 29,84% da fontes receita, que em valores monetários corresponde a um ganho anual médio de R\$ 32.636,03/estabelecimento, o que demonstra a importância dessa política na composição da receita total.

Neste mesmo nível de importância, mas sem a mesma amplitude, encontra-se a receita de Transformação, que representa 34,53% das receitas das famílias entrevistadas. A transformação está presente em oito unidades familiares e representa a maior receita em sete famílias, gerando uma renda mensal por unidade produtiva de R\$ 3.147,00.

Por muito tempo a transformação teve como finalidade o autoconsumo familiar, associado à comercialização da sobra para mercados locais. A produção, na

maioria dos casos era praticada, pela força de trabalho considerada marginal na unidade familiar, como os idosos e as mulheres (CHAYANOV, 1974), o que acabava desconsiderando a importância desta atividade em termos econômicos.

Como estabelece Mior (2005), a agroindústria familiar rural é uma forma de arranjo produtivo em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola. Ao mesmo tempo em que o processamento e a transformação de alimentos ocorrem comumente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se estabelece num novo espaço e num nova iniciativa social e econômico (MIOR, 2005, pg. 191).

A agregação de valor a matérias-primas agropecuárias, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento territorial, acarreta a diversificação dos produtos gerados e comercializados, atenuando assim a dependência de mercadorias exógenas e reduzindo a erosão financeira. A importância da mulher na elaboração de produtos é realmente significativa no âmbito da agroindústria familiar.

A agricultura familiar vem se fortalecendo através dessa estratégia, valorizando seus produtos e, conseqüentemente, edificando a sustentabilidade do desenvolvimento regional.

Para o agricultor familiar, a agregação de valor estabelece uma iniciativa voltada de certo maneira para o alcance de preços adequados para garantir a viabilidade econômica de seus negócios. Nesse sentido, ela colabora para aperfeiçoar diversos aspectos socioeconômicos do meio rural, como consequência a geração de emprego e renda; estabilidade da oferta dos produtos; diversificação do sistema de produção; oferta contínua de produtos ao longo do tempo; e, redução de perdas nos produtos.

Segundo Cribb (2008), apoio dos institutos governamentais por meio de políticas públicas favoráveis a ações de associativismo, cooperativismo, consórcios, trocas de experiências, transferências de tecnologias principalmente entre organização de pesquisa e pequena propriedade rural, bem como o acesso a créditos, se torna um fator importante ao sucesso desta estratégia na agricultura familiar.

A receita do PNAE corresponde ao maior percentual na composição da receita total, ou seja, 29,84% o que resulta em um ganho anual de R\$ 32.636,03 evidenciando a importância dessa Política Pública. A média de área por estabelecimento corresponde a 16,45 hectares e uma receita anual de R\$ 6.650,14 por hectare.

É importante termos o conhecimento dos meios e fatores de produção para que possam ser analisadas as condições de reprodução social e econômica da agricultura

familiar. Nesse sentido são elementos essenciais para se reconhecer e analisar o modo de funcionamento das unidades que operam o PNAE.

Tabela 8. Estrutura fundiária dos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Área (hectares)	Nº	%
< 10 ha	2	16,67
11 a 20 ha	6	50,00
21 a 30 ha	3	25,00
> 31 ha	1	8,33
Total	12	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A Tabela 8 demonstra que a 50% das unidades familiares possuem área entre 11 a 20 hectares, três propriedades tem o percentual significativo de 25% e outras duas propriedades possuem área menor que 10 hectares. Neste sentido, a agricultura familiar dos integrantes do PNAE da COOPAFI – Capanema possuem características de pequenos estabelecimentos.

Nesta pesquisa, a base tecnológica é identificada através do Capital Disponível (CD), que consiste na soma dos valores dos recursos tecnológicos e produtivos disponíveis no estabelecimento agrícola, ou seja, a soma do valor dos equipamentos, máquinas, benfeitorias, construções e animais, neste caso não são somados o valor da terra.

Tabela 9. Capital Disponível entre os agricultores familiares dos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Estratos (R\$)	Nº	%	% Acumulado
0 a 20.000	1	9,09	9,09
20.001 a 50.000	2	18,18	27,27
50.001 a 80.000	1	9,09	36,36
80.001 a 100.000	4	36,36	72,73
> 100.000	3	27,27	100,00
TOTAL	11	100	100,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Na Tabela 9 é possível perceber que há duas unidades produtivas com CD entre R\$ 20.001,00 a 50.000,00 o que corresponde ao maior percentual (36,36%) de agricultores se encontra no estrato de R\$ 80.001,00 a R\$ 100.000,00, vale destacar que há um percentual elevado 27,27% dos agricultores, três com capital acima de R\$ 100.000,00; o que indica uma maior capacidade dos agricultores de enfrentarem crises econômicas além da excelente capacidade instalada dos mesmos.

Foi perguntado aos beneficiários se eles passaram a produzir novos produtos por causa do PNAE (Tabela 10). Em oito unidades familiares elas apenas continuaram a produzir o que já vinha sendo produzido. Somente quatro produtores rurais que passaram a produzir produtos novos como a polpa de frutas congelada, a geleia de uva, tubérculos como batata doce e mandioca e panificados, onde um agricultor produz um biscoito que é feito somente para atender a merenda escolar, não sendo comercializada em supermercados, feira ou varejo.

Tabela 10. Produção de novos produtos por causa do PNAE nos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Por causa do PNAE passou a produzir novos produtos?		
	SIM	NÃO	TOTAL
COOPAFI – Capanema	4	8	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A produção de polpa de fruta ocorreu a partir de frutas já existente na propriedade AF7 como laranja, acerola, uva, abacaxi, onde o agricultor passou a agregar mais valor na comercialização da polpa em vez de comercializar o produto *in natura*, já que a janela de comercialização do produto *in natura* é muito pequena.

A agregação de valor é um artifício que permite ao agricultor familiar encarar algumas limitações relacionadas à produção e comercialização de alimentos. Uma das grandes restrições é a presença de intermediários no segmento de distribuição dos produtos *in natura*. O uso de técnicas de processamento de alimentos auxílio a agregar valor a esses produtos. A agregação de valor, nesse sentido, se interliga ao processo de formação de preço. Aumentando a vida de útil dos produtos, o agricultor passa a ter mais margem de negociação e mais autonomia de decisão na valoração destes (CRIBB, 2008).

7.2 IMPACTOS DO PNAE NA PRODUÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA OFERTA

A pesquisa revelou que o aumento na quantidade produzida é desejável para que os agricultores possam ampliar os mercados dos seus produtos. Em pergunta feita se por causa do PNAE houve aumento na quantidade produzida, a resposta foi positiva para onze dos agricultores (ver Tabela 11 a seguir).

Tabela 11. Influência do PNAE na quantidade produzida dos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Por causa do PNAE você aumentou a quantidade produzida?		
	SIM	NÃO	TOTAL
COOPAFI – Capanema	11	1	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Os agricultores que aumentaram a quantidade produzida viram no PNAE a oportunidade de complementar as receitas, com o programa os agricultores viram que poderiam ampliar a produção de alimentos, principalmente panificados, doce de abóbora e uva, suco de uva, melado batido e açúcar mascavo, mel, mandioca e batata doce, polpa de frutas, legumes frutas e verduras.

Para Kageyama (2003) A diversificação consiste em selecionar um portfólio de atividades visando à estabilização dos fluxos de renda e consumo, no entanto, Wanderley (1996), aponta que a diversidade das atividades agrícolas na agricultura familiar é uma estratégia que não se destina apenas ampliar o leque de produtos comercializados, mas também para garantir o autoconsumo.

Segundo Ellis (2000) a diversificação dos meios de vida é definida como “um processo pelo qual as unidades domésticas constroem um incremento diversificado de suas carteiras de investimentos (portfólios) de atividades e ativos para sobreviver e para melhorar o seu padrão de vida” (pg. 15; tradução livre).

Abramovay (2003) destaca “a diversificação das economias rurais é, portanto o resultado mais importante do desenvolvimento territorial em áreas não densamente povoadas”. Trabalhos como Schneider, (2006) e Perondi, (2007), apontam a diversificação como uma rota promissora para a redução da pobreza rural.

Na Tabela 12, é possível verificar que se o PNAE deixar de existir o volume de produção será reduzido em 50% das propriedades, mostrando certa dependência desses agricultores em relação à política pública. Porém os outros 50% das unidades familiares são independentes da política pública, observando que a produção entregue ao PNAE será absorvida por outros meios de comercialização como feira, venda direta, supermercados, outros meios.

Tabela 12. Influência do PNAE na alteração da quantidade produzida nos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Se o PNAE acabar, a produção?			TOTAL
	Mantém	Diminui	Aumenta	
COOPAFI – Capanema	6	6	0	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A produção de alimentos predominantemente baseada na capacidade de produção observada na Tabela 13, indica uma estratégia pouco voltada para o mercado.

Tabela 13. Periodicidade de entrega dos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Como se dá a decisão de produzir?			TOTAL
	Com base no que posso produzir	Com base na Tradição da família	De acordo com o preço do produto	
COOPAFI – Capanema	12	0	0	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Em alguns casos os agricultores passaram a aproveitar os alimentos que se perdiam em seus quintais (frutas, hortaliças e polpa) para a venda no Programa Nacional de Merenda Escolar.

Quando perguntado aos agricultores familiares se com a entrada do PNAE, houve mudança na forma de decidir, a resposta positiva se deu em 100% dos agricultores. Portanto, a maneira que os agricultores passaram a tomar suas decisões foi modificada a partir do egresso no programa.

Tabela 14. Alteração na forma de produzir por causa do PNAE dos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Com a entrada do PNAE, mudou a forma de decisão?		TOTAL
	Sim	Não	
COOPAFI - Capanema	12	0	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Na tabela 15, com relação a influência do PNAE no planejamento da produção, observam-se todos os agricultores passaram a planejar a produção para entrega com maior frequência.

Tabela 15. Influência do PNAE no planejamento da produção nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Por causa do PNAE passou a planejar a produção para entrega com maior frequência (regularidade)?		
	SIM	NÃO	TOTAL
COOPAFI – Capanema	12	0	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Para inserção de um produto, é necessário antes traçar um planejamento, na tentativa de evitar erros e imprevistos. Planejar dá o mínimo de garantias de que a comercialização aconteça da maneira esperada. A definição da capacidade de produção está condicionada ao planejamento da produção, processo de crucial importância para o sucesso na comercialização.

Verificou-se que o planejamento da produção motivou os agricultores a entregarem com certa regularidade em outros mercados, como na Tabela 16, a seguir.

Tabela 16. Motivação proporcionada pelo PNAE para vender com regularidade nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Vender para o PNAE o motivou a planejar a produção para entrega regularmente em outros mercados?		
	Sim	Não	TOTAL
COOPAFI - Capanema	12	0	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Para 100% dos beneficiários o programa motivou a planejar a produção para entrega regular em outros mercados, esses dados divergem dos trabalhos como de Camargo Filho e Mazzei (1994) e Faulin e Azevedo (2003; 2005) em que a falta de planejamento para entrega regular é problema comum entre agricultores familiares.

Ainda sobre planejamento da produção, foi questionado se os agricultores registravam dados da produção, para o acompanhamento e possíveis análises de problemas e pontos críticos (Tabela 17), oito agricultores responderam que fazem esse registro, entretanto, quatro não possuem esses dados anotados.

Tabela 17. Registro de dados da produção dos 12 estabelecimentos familiares integrantes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Você registra os dados da produção para identificar problemas e melhorar os pontos críticos?		
	Sim	Não	TOTAL
COOPAFI – Capanema	8	4	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Um acompanhamento dos registros de produção, dos preços, insumos, receitas e despesas, são extremamente importantes em uma produção voltada para o mercado. Quanto maior o conhecimento sobre a estrutura e funcionamento dos fatores e unidade de produção, maiores serão as chances de melhorar os resultados econômicos (SANTOS E MARION, 1996).

A qualidade e a segurança alimentar dos alimentos são elementos fundamentais para garantir a entrada no mercado, bem como sua permanência. Sendo, portanto esses elementos importantes na tomada de decisão dos consumidores.

Tabela 18. Influência do PNAE na melhoria da qualidade dos produtos nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Por causa do PNAE houve melhora na qualidade dos produtos?		
	SIM	NÃO	TOTAL
COOPAFI – Capanema	11	1	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Procurou-se avaliar se o PNAE tem auxiliado os agricultores a melhorar a qualidade dos seus produtos. A Tabela 18 demonstra que os agricultores procuraram melhorar a qualidade por causa do PNAE.

A resposta negativa de um agricultor em não haver melhora na qualidade se deve ao fato do agricultor afirmar que seus produtos já possuem uma boa qualidade.

Foi perguntado para cada agricultor se ele acredita que há incentivos no PNAE para a melhoria na qualidade (Tabela 19). Todos os entrevistados acham que há sim incentivos.

Tabela 19. Incentivos no PNAE para melhoria da qualidade nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Você acredita que há incentivos no programa para a melhoria da qualidade?		
	Sim	Não	TOTAL
COOPAFI – Capanema	12	0	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Os agricultores enfatizam o papel dos técnicos da COOPAFI – Capanema, na questão da assistência técnica que ressaltam a importância da qualidade dos produtos e também a cobrança que a própria cooperativa exerce sobre os cooperados em buscar e manter a qualidade dos produtos entregues ao PNAE e PAA.

Tabela 20. Avaliação da qualidade de seus próprios produtos nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Como você avalia a qualidade dos seus produtos?			
	Boa	Regular	Ruim	TOTAL
COOPAFI – Capanema	11	1	0	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Arguidos sobre a qualidade de seus produtos, os entrevistados avaliaram como boa a qualidade de seus produtos, resultando em 91,67% e somente um agricultor avaliou como regular a qualidade de seus produtos.

Sobre a qualidade regular o agricultor explica que os produtos que entrega para o PNAE são produtos *in natura*, que estão sujeitos a sofrerem alterações na sua qualidade devido a fatores climáticos, não podendo ser controlados pelo agricultor, mas que pretende fazer investimentos na unidade produtiva para elevar a qualidade dos mesmos.

A Tabela 21 mostra a resposta dos agricultores quando questionados se melhorariam a qualidade dos produtos se recebessem um valor a mais por isso.

Tabela 21. Influência do preço na qualidade nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Você melhoraria a qualidade dos produtos se recebesse um valor a mais por isso?		
	Sim	Não	TOTAL
COOPAFI – Capanema	12	0	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A resposta positiva a pergunta foi unanimidade entre os entrevistados, mostrando que um incentivo a mais proporcionado por um incremento no valor a ser recebido pelo produto entregue estimularia os agricultores familiares a melhorarem a qualidade de seus produtos.

7.3 INFLUÊNCIA DO PNAE NA AMPLIAÇÃO DOS MERCADOS

As possibilidades de uma inserção diferenciada nos mercados, representada pelo acesso dos agricultores familiares de estratos com menor grau de mercantilização aos programas de compra institucional, representou definitivamente a ampliação das estratégias de reprodução social e econômica de inúmeras famílias rurais.

A ampliação do mercado institucional tem possibilitando aos agricultores familiares comercializar com diferentes entidades, quando perguntado se o PNAE acabar, se manteriam comercialização com as entidades, 100% dos agricultores responderam que sim (Tabela 22).

Tabela 22. Manutenção da comercialização com as entidades beneficiárias nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Se o PNAE acabar, manterá a comercialização com as entidades?		
	Sim	Não	TOTAL
COOPAFI – Capanema	12	0	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Neste caso a principal entidade que os agricultores familiares entrevistados possuem relação de venda de mercadoria e conseqüentemente o acesso ao PNAE é a COOPAFI – Capanema, mostrando a importância e a fidelização que a cooperativa possui com seus cooperados, evidenciando que eles se sentem parte da cooperativa, isso fortalece os relacionamentos e também a própria cooperativa.

Antes do PNAE, as estratégias de comercialização, observado no gráfico 1, mais utilizadas pelos agricultores familiares supermercados com 40% dos agricultores. Podemos observar uma relação forte que os produtores possuem com os mercadistas do município.

A venda de direta percebida em 32%, porta-em-porta neste caso, é definida pela saída dos produtores às ruas para comercializar sua produção utilizando um automóvel ou utilitário próprio, acontecendo em dias pré-definidos da semana e percorrem

sempre uma mesma região. Os agricultores com a venda direta se tornam conhecidos e acabam conquistando uma “freguesia”, construindo sua reputação.

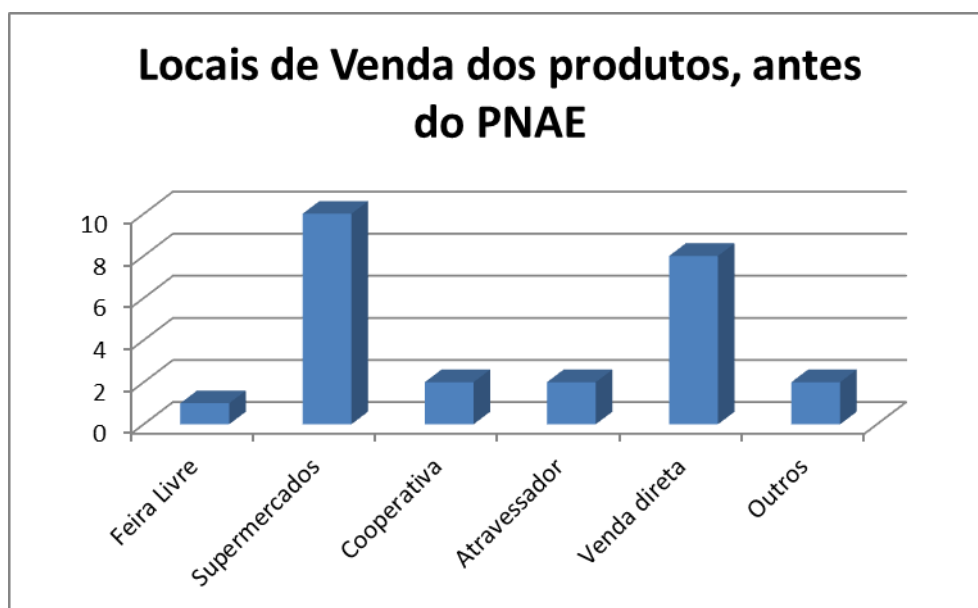


Gráfico 1. Locais de Venda dos produtos, antes do PNAE

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Quando a entrada no PNAE, foram alteradas algumas estratégias de comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores entrevistados (Gráfico 2). Houve redução de um agricultor que comercializava seus produtos com mercadistas. De acordo com Williamson (1996), os contratos informais são frequentemente encontrados em relacionamentos de longo prazo e repetitivos, por esse motivo percebemos pouca variação nesse segmento de venda.

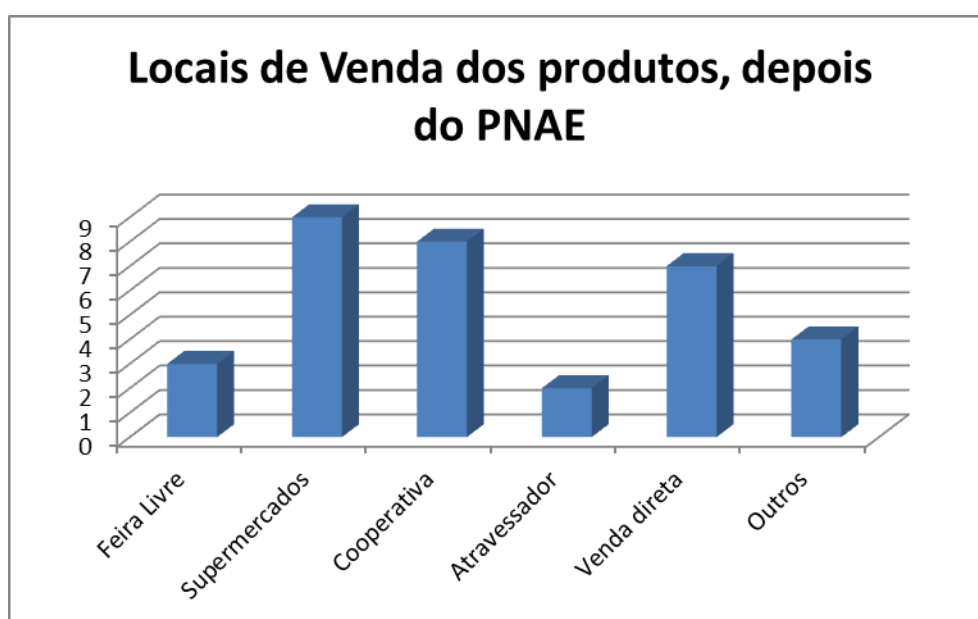


Gráfico 2. Locais de Venda dos produtos, depois do PNAE

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Após a venda para o PNAE, percebemos um aumento nos canais de comercialização, portanto houve incremento no número de agricultores que participam na feira livre, atravessador e com a cooperativa.

A comercialização com a cooperativa teve um aumento significativo passando de dois para oito agricultores, mostrando o respaldo que a cooperativa passou a ter com os agricultores após assumir a coordenação do PNAE, que passaram a comercializar outros alimentos além dos entregues.

Percebemos uma estabilidade da venda direta pela arguição do agricultor AF9, onde ele destaca “Eu passo cedo de sexta pra sábado de manhã já faz 15 anos nas casas” (AF9). Destacam também a importância “como a gente vende na rua, sábado de manhã quem passa e enxerga, quer pegar uma alface, a gente nem conhece, eles tão levando. Tá vendendo” (AF9). Questionados sobre outros canais de comercialização após inserção no PNAE, a família AF9 destacou o papel da EMATER, que fez contato com a família para participar da feira na cidade.

A Tabela 23 mostra que 58,33% dos agricultores responderam que o PNAE não proporcionou nenhuma experiência nova de comercialização, pois eles já comercializavam e tinham mercados pré-definidos antes do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Tabela 23. Experiência nova de comercialização proporcionada pelo PNAE nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Alguma experiência nova de comercialização foi proporcionada pela participação no PNAE?		
	Sim	Não	TOTAL
COOPAFI – Capanema	5	7	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Os outros 41,67% afirmaram que o PNAE influenciou na procura por outros mercados. Essa afirmação é observada da Gráfico 2 em que houve um incremento no número de produtores que passaram a comercializar alimentos na feira livre e também com a cooperativa.

Sato et al. (2008), em um estudo realizado sobre os canais de distribuição de hortaliças na região do Alto Cabeceira do Tietê em São Paulo, identificaram que o produtor tem uma melhor remuneração atendendo o mercado local, evidenciando mais uma vez a importância da COOPAFI – Capanema para os agricultores elevarem suas receitas nas unidades produtivas.

A Tabela 24 mostra o que aconteceria com a comercialização dos produtos se o PNAE acabasse. Metade dos agricultores responderam que a comercialização iria se manter.

Tabela 24. Influência do PNAE na alteração da quantidade produzida nos 12 estabelecimentos familiares entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Se o PNAE acabar, a comercialização?		
	Mantém	Diminui	TOTAL
COOPAFI – Capanema	6	6	12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Os outros 50% dos entrevistados informaram que diminuiria a comercialização. Comprovando que os agricultores possuem certa dependência para comercializar seus produtos em outros canais de comercialização, ou que os produtos são vendidos exclusivamente para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Considerando esse conjunto de informações, foi conveniente elaborar uma tipologia que caracteriza diferentes grupos de famílias, desta maneira a tipologia teve como base um critério que consiste na dependência demonstrada por um grupo de agricultores frente ao PNAE, onde se este programa deixar de existir a comercialização

de alimentos diminuirá, e outro grupo onde demonstra certa independência frente ao programa, onde a comercialização de alimentos se manterá se o PNAE deixar de existir.

7.4 TIPOLOGIA DOS AGRICULTORES ENTREVISTADOS

Na Tabela 12 e também na 24, anterior, verificou-se que se o PNAE deixasse de existir em metade das famílias haveria uma redução da produção, o que caracteriza certa dependência dessas famílias em relação ao PNAE, entretanto, existe um outro grupo de mesmo número que demonstraram certa independência em relação à essa política pública.

Essa percepção de uma estratégia diferenciada em relação à política, permite estabelecer dois estratos de famílias, as que dependem e independem do PNAE.

Nas tabelas a seguir será possível perceber as características sócio demográficas dessa tipologia em que os agricultores entrevistados foram separados entre os que dependem e independem do PNAE.

A Tabela 25, demonstra que 50% dos chefes dos estabelecimentos dos agricultores dependentes estão no estrato entre 51 a 60 anos, entretanto, 33,33% dos chefes possuem idade entre 30 e 40 anos.

Tabela 25. Idade do Chefe dos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no município de Capanema - PR

Estratos (anos)	Dependem		Independem	
	Nº	%	Nº	%
30 a 40 anos	2	33,33	0	0,00
41 a 50 anos	1	16,67	2	33,33
51 a 60 anos	3	50,00	4	66,67
TOTAL	6	100,00	6	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Na Tabela 25 verifica-se a idade dos chefes dos estabelecimentos independentes do PNAE, os mesmos estão concentrados em apenas dois estratos, o qual possui mais integrante é o estrato entre 51 a 60 anos com quatro agricultores e o estrato de 41 a 50 anos possui apenas dois agricultores. E essa diferença revela que as famílias mais jovens dependem do PNAE, sendo que as famílias mais velhas estão mais preparadas para não poder contar com os contratos do mercado institucional.

Uma característica também observada com as famílias entrevistadas neste trabalho se dá em virtude da seletividade etária da migração oriunda do rural, e também influenciada pela queda da taxa de fecundidade, a população rural vem sofrendo um forte

processo de envelhecimento, com redução do número de pessoas nos domicílios rurais, alterando as configurações familiares (CINTRA, 2013).

Um elemento importante na caracterização das famílias é o número de membros por família, desta maneira a Tabela 26, a seguir, demonstra que nos estabelecimentos dependentes do PNAE há uma heterogeneidade na composição das famílias, onde 50% das famílias possuem de 4 a 6 membros, entretanto, no grupo de famílias que independem, em 83,34% delas o número de membros é inferior a 3 pessoas, ou seja, são famílias pequenas formadas pelo casal e no máximo mais um membro solteiro.

Tabela 26. Número de pessoas residentes por estabelecimento dependente e independem do PNAE no município de Capanema - PR

Nº de pessoas por família	Nº famílias	Dependem		Independem	
		%	Nº famílias	%	
2-3 pessoa	2	33,33	5	83,34	
4-6 pessoa	3	50,00	0	0,00	
7-9 pessoa	1	16,67	1	16,67	
Total	6	100,00	6	100,00	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Nos estabelecimentos independentes do PNAE e nos dependentes observamos somente uma família no estrato entre sete e nove pessoas, portanto há um predomínio de famílias pouco numerosas.

O Brasil como um todo sofreu transformações demográficas, passamos de uma população rural e extremamente jovem em 1970 para uma população urbana e mais envelhecida em 2010; de uma família numerosa com média de cinco membros por família, para uma família com cerca de três membros (CINTRA E BAZOTI, 2012).

Tabela 27. Quantidade de UTH nos estabelecimentos dependentes do PNAE no município de Capanema - PR

UTH	Dependente			Independente		
	Nº	%	% Acum.	Nº	%	% Acum.
0,0 a 1,0	2	33,33	33,33	1	16,67	16,67
1,1 a 2,0	1	16,67	50,00	4	66,67	83,33
2,1 a 3,0	2	33,33	83,33	0	0,00	83,33
Mais de 3	1	16,67	100,00	1	16,67	100,00
Total	6	100		6	100	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

A quantidade de Unidade Trabalho Homem (UTH) nos estabelecimentos dependentes é expressa na Tabela 27, observamos que existe um percentual maior de propriedades com até 1,0 UTH e 2,1 a 3,0 UTH, onde o acumulado resulta em 83,33%, ou seja, cinco propriedades dependentes do PNAE possuem até 3,0 UTH disponíveis.

A Tabela 27 também demonstra a disponibilidade de UTH nas propriedades independentes do PNAE, verificamos que 66,67% das propriedades apresentam 1,1 a 2,0 UTH, e somente uma propriedade apresenta 1,0 UTH e somente uma com índice maior que 3,0 UTH.

Em ambas as tipologias são possíveis perceber que a disponibilidade de mão-de-obra é escassa entre as propriedades. Para BUAINAIN, et al, (2003, pg 332) “é notório que tanto o tamanho das famílias rurais como da mão-de-obra familiar tende a diminuir”.

Tabela 28. Tipologia das receitas das unidades de produção familiar 2012/2013 dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema – PR

Tipo de Receita em Reais	Agrícola	Animal	Transformação	Transf. Sociais	Não Agrícola	Receita PNAE	Receita Total	Área Total
Agricultor								
Receita Total das Famílias Dependentes	R\$ 55.242,00	R\$ 116.680,00	R\$ 128.068,00	R\$ 8.814,00	R\$ 26.100,00	R\$ 197.632,40	R\$ 532.536,40	82,15
Participação das Receitas Por família Dependente (%)	10,37	21,91	24,05	1,66	4,90	37,11	Receita Média R\$ 88.756,07	Área Média 13,69
Receita Total das Famílias Independentes	R\$ 163.151,00	R\$ 30.682,00	R\$ 325.100,00	R\$ 35.256,00	R\$ 31.614,00	R\$ 194.000,00	R\$ 779.803,00	115,19
Participação das Receitas Por família Independente (%)	20,92	3,93	41,69	4,52	4,05	24,88	Receita Média R\$ 129.967,17	Área Média 19,20

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Nas propriedades dependentes do PNAE é possível verificar que a receita agrícola e a receita animal representam sequencialmente na média das propriedades um montando de R\$ 55.242,00 e R\$ 116.680,00, demonstrando que essas receitas são

importantes na composição da receita total, pois elas representam respectivamente 10,37% e 21,91%.

Outras duas receitas que não são muito expressivas no grupo dependente do PNAE e representam um percentual baixo são as receitas via transferências sociais (1,66%) e rendas não agrícolas (4,90%). No entanto, duas receitas que são as que apresentam um peso maior na composição da receita total, as quais são oriundas da transformação R\$ 128.068,00 e via PNAE R\$ 197.632,40, importando um percentual de 24,05% e 37,11%, respectivamente.

Notamos que a receita oriunda do PNAE para a tipologia dependente do Programa corresponde a uma média anual de R\$ 32.938,73 por família, o que representa uma receita mensal de R\$ 2.744,89. A receita total dos agricultores dependentes do PNAE representa um valor anual de R\$ 88.756,07 e receita mensal de R\$ 7.396,34. A média de área para cada unidade familiar corresponde a 13,69 hectares, temos, portanto, uma receita por hectare no valor de R\$ 6.483,28.

Percebemos a dependência em relação ao Programa quando os agricultores possuem uma receita de maior percentual de venda pela comercialização via PNAE, quando comparado com outros canais de comercialização.

Essa mesma percepção não é observada na tipologia independente do PNAE. Para esse grupo as receitas que possuem menos peso na formação da receita total são: receitas oriundas de animais (3,93%), receitas não agrícolas (4,05%) e receitas por transferências sociais (4,52%). Contudo, receitas como a agrícola, comercialização via PNAE e transformação possuem valores mais expressivos.

As receitas agrícolas representam um percentual de 20,92% da receita total, gerando uma receita mensal de R\$ 13.595,92, a receita via PNAE corresponde uma receita anual R\$ 194.000,00, representando um valor mensal de R\$ 16.166,66, valor esse 5,88 vezes maior quando comparado com a receita proveniente do PNAE do grupo de agricultores dependentes do Programa.

A receita que representa um percentual maior na composição da receita total é originária da transformação, representa um percentual de 41,69%, ou seja, representa uma receita anual de R\$ 325.100,00, aproximadamente R\$ 27.091,67 mensais.

Segundo Guanziroli, (2010, pg. 4). “a produção agroindustrial complementa a renda obtida na agricultura”.

“A agroindústria familiar sozinha numa propriedade é capaz de gerar muito mais renda do que uma unidade tradicional familiar que produza, por exemplo, grãos e *commodities* agrícolas, como é normal no território” (GAZOLLA E PELEGRINI, 2013).

Dessa maneira, a agroindustrialização é uma estratégia importante de reprodução social da agricultura, na visão da geração de emprego, renda e manutenção do homem no meio rural e deve ser base para projetos ou programas de desenvolvimento rural a nível territorial e local.

Na Tabela 29 verifica-se a estrutura fundiária das propriedades dependentes do PNAE, onde as propriedades apresentam áreas com até 30 hectares. Duas propriedades apresentam área menor que 10 ha e outras três com área entre 11 e 20 ha, essas cinco propriedade apresentam um acumulado de 87,33%.

Tabela 29. Estrutura fundiária dos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Área (hectares)	Dependentes			Independentes		
	Nº	%	% Acumulado	Nº	%	% Acumulado
< 10 há	2	33,33	33,33	1	16,67	16,67
11 a 20 há	3	50,00	87,33	2	33,33	50,00
21 a 30 há	1	16,67	100	2	33,33	83,33
Mais de 30 ha	0			1	16,67	100
Total	6	100	100	6	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Os estabelecimentos independentes do PNAE possuem áreas abaixo de 10 hectares e acima de 31 hectares, verificamos que no estrato entre 21 a 30 hectares possui duas propriedades, os demais extratos possuem somente uma propriedade.

Quando se compara as tipologias se verifica que os estabelecimento que possuem mais área são mais independentes do PNAE do que os de menor área.

Na Tabela 30, a seguir, observamos que há uma propriedade com capital disponível até R\$ 20.000,00, uma com capital disponível entre 20.001,00 a 50.000,00 e duas unidades familiares com R\$ 80.001,00 a 100.000,00 de capital disponível, esse acumulado representa 80% dos agricultores dependentes do PNAE.

Tabela 30. Capital Disponível (CD) entre os agricultores dependentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Estratos (R\$)	Dependentes			Independentes		
	Nº	%	% Acumulado	Nº	%	% Acumulado
0 a 20.000	1	20,00	20,00	0	0,00	0,00
20.001 a 50.000	1	20,00	40,00	1	16,67	16,67
50.000 a 80.000	0	0,00	40,00	1	16,67	33,33
80.001 a 100.000	2	40,00	80,00	2	33,33	66,67
> 100.000	1	20,00	100,00	2	33,33	100,00
TOTAL	5	100		6	100	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

O capital disponível dos agricultores independentes do PNAE (Tabela 30) é possível observar que os estratos entre R\$ 20.001,00 a R\$ 50.000,00 e R\$ 50.001,00 a R\$ 80.000,00 possuem somente um agricultor cada. No entanto os estratos entre R\$ 80.001,00 a R\$ 100.000,00 e acima de R\$ 100.001,00 possuem duas propriedades cada, que juntas representam 66,67%.

No comparativo entre os agricultores independentes e dependentes do PNAE, é percebido que há um maior número de propriedades dos agricultores independentes com capital disponível superior.

Analisamos a Tabela 31 percebe-se que dois estabelecimentos dependentes do PNAE passaram a produzir produtos novos por causa do PNAE, já os outros quatro agricultores continuaram a fazer entrega dos alimentos que já vinham sendo produzidos nas unidades familiares.

Tabela 31. Produção de novos produtos por causa do PNAE nos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Por causa do PNAE passou a ter novos produtos?		
	SIM	NÃO	TOTAL
Dependentes	2	4	6
Independentes	3	3	6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Nos estabelecimentos independentes do PNAE 50% dos agricultores, passaram a produzir produtos novos, esta demanda provocada pelo PNAE fez com que esse grupo modificasse sua produção e se adaptasse para produzir alimentos para atender ao programa. Os outros 50% dos agricultores continuaram a produzir os alimentos já cultivados e/ou produzidos na propriedade.

Analisando a Tabela 32, é notório que todos os beneficiários dependentes do PNAE responderam que o programa influenciou positivamente na quantidade produzida, portanto, aumentou o volume produzido pelos estabelecimentos rurais.

Tabela 32. Influência do PNAE na quantidade produzida nos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Por causa do PNAE você aumentou a quantidade produzida?		
	SIM	NÃO	TOTAL
Dependentes	6	0	6
Independentes	5	1	6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Essa influência positiva também foi percebida por 83,33%, ou seja, cinco estabelecimentos independentes do PNAE aumentaram a quantidade produzida, somente em um estabelecimento não houve alteração no volume entregue para o programa.

Verifica-se na Tabela 33 que somente dois agricultores dependentes do PNAE fazem registros dos dados de produção, buscam desta maneira aprimorar seus pontos críticos e identificar os problemas, os demais não fazem essas anotações.

Tabela 33. Registro de dados da produção nos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Você registra os dados da produção para identificar problemas e melhorar os pontos críticos?		
	Sim	Não	TOTAL
Dependente	2	4	6
Independente	5	1	6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Nos estabelecimentos independentes do PNAE, cinco estabelecimentos, ou seja, 83,33% dos agricultores possuem registro dos dados de produção e buscam melhorar os pontos críticos apontados pelos consumidores. Nesta tipologia somente um agricultor não faz essas anotações.

No comparativo, constatamos que os agricultores independentes do PNAE, possuem uma preocupação maior em registrar os dados de produção e ao mesmo tempo identificar problemas e buscar soluções.

Verificamos na Tabela 34, a seguir, o Programa Nacional de Alimentação Escolar influenciou os agricultores a procurarem melhorar a qualidade dos produtos entregues. Demonstrando a exigência e cobrança feita muitas vezes pela própria COOPAFI e estabelecimentos para que os produtos recebidos tenham uma qualidade garantida.

Tabela 34. Influência do PNAE na melhoria da qualidade dos produtos nos estabelecimentos dependentes e independentes do PNAE entrevistados no Município de Capanema - PR

Beneficiários	Por causa do PNAE houve melhora na qualidade dos produtos?		
	SIM	NÃO	TOTAL
Dependentes	6	0	6
Independentes	5	1	6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Para os estabelecimentos independentes do PNAE observa-se que a busca por uma qualidade cada vez melhor em seus produtos após a adesão ao Programa foi verificado em cinco estabelecimentos rurais. Somente um agricultor respondeu que não

houve melhora, já que sempre priorizou a qualidade dos produtos entreguem, portanto, a qualidade sempre se manteve a mesma.

No gráfico 3 é possível perceber que os agricultores dependentes do PNAE, possuíam somente dois canais de comercialização que são os supermercados e a venda direta aos consumidores, antes de acessarem o Programa. Desta maneira, cinco estabelecimentos faziam comercialização com supermercados e seis realizavam venda direta.

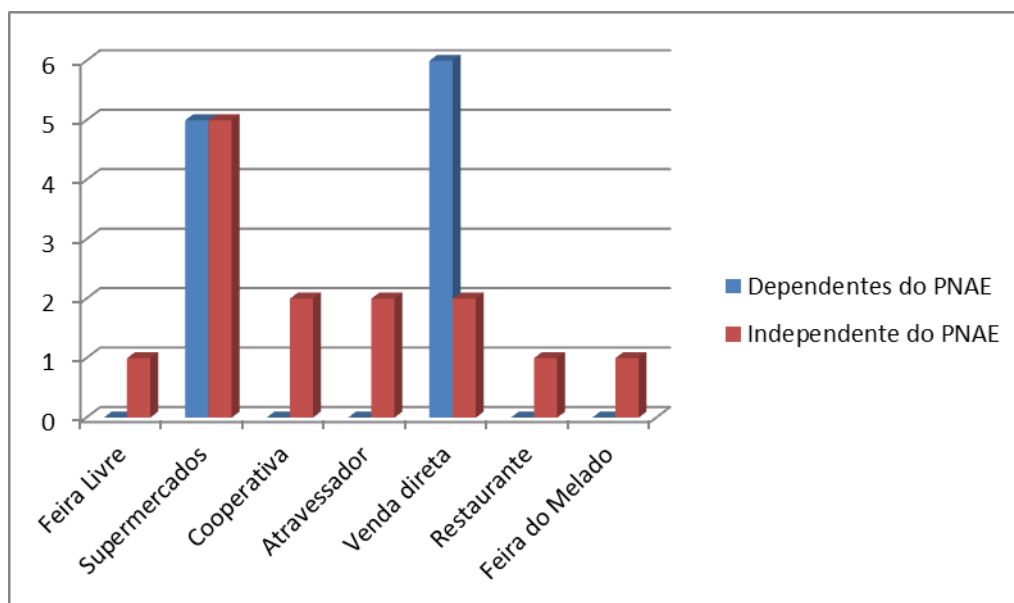


Gráfico 3. Locais de Venda dos Produtos dos Agricultores Dependentes e Independentes do PNAE, Antes de Acessar ao PNAE

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Os agricultores independentes do PNAE antes de terem acesso ao mercado institucional possuíam diversos canais de comercialização, assim um agricultor comercializava na feira livre, um em restaurante e um na feira do melado; dois agricultores vendiam para cooperativa, dois para atravessador e dois faziam venda direta e cinco agricultores comercializavam via supermercados.

Após os agricultores se inserirem no mercado institucional (Gráfico 4), os agricultores dependentes do PNAE aumentaram seus canais de comercialização, passando de duas para quatro vias de vendas. Houve redução na comercialização com supermercados passando de cinco para quatro agricultores, e também a venda direta houve redução de 50%. No entanto, houve três agricultores que passaram a comercializar seus produtos com a cooperativa COOPAFI, e dois iniciaram venda na Feira do Melado, feira esta que acontece anualmente no município de Capanema.

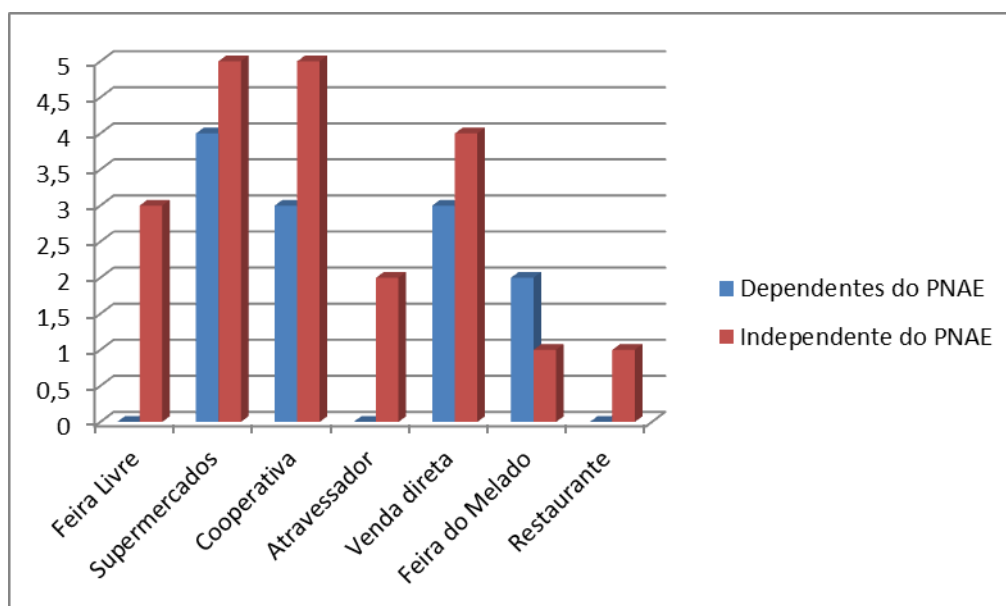


Gráfico 4. Locais de Venda dos Produtos dos Agricultores Dependentes e Independentes do PNAE, Após Acessar o PNAE

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Para os agricultores independentes do PNAE, não houve acréscimo em novos canais de comercialização, após a entrada no Programa, porém, em alguns locais de venda houve uma maior participação dos produtores quando comparado antes da entrada no PNAE. A feira livre passou de um agricultor para três, a comercialização com a cooperativa passou de dois para cinco produtores e venda direta que tinha dois agricultores passou para quatro.

Outros locais de comercialização mantiveram os mesmos números de agricultores como os supermercados, atravessadores, restaurante e Feira do Melado.

Analisando a Tabela 35, é notório que cinco agricultores dependentes do PNAE não perceberam nenhuma experiência nova de comercialização proporcionada pelo PNAE, somente um teve nova experiência. Contudo, verificamos que os agricultores passaram a comercializar após entrada do PNAE com a cooperativa e Feira do Melado (Gráfico 4), essa confusão pode ser provocada pela interpretação errônea da pergunta, já que esses canais já são conhecidos pelos agricultores.

Tabela 35. Experiência nova de comercialização proporcionada pelo PNAE para os agricultores dependentes e independentes do PNAE

Beneficiários	Alguma experiência nova de comercialização foi proporcionada pela participação no PNAE?		TOTAL
	Sim	Não	
Dependentes	1	5	6
Independentes	4	2	6

Fonte: Pesquisa de Campo, 2013.

Os agricultores independentes do PNAE responderam positivamente a pergunta, visualizado na Tabela 35, onde quatro agricultores tiveram novas experiências proporcionadas pelo PNAE e somente dois agricultores não perceberam essa nova experiência de comercialização.

7.5 O PNAE SOB A ÓTICA DOS PRODUTORES

As falas dos agricultores entrevistados projetam quais as motivações na adesão ao PNAE, os principais ganhos e benefícios obtidos com a adesão ao Programa, são possíveis perceber, ainda, alguns problemas enfrentados pelos agricultores ao aderir o PNAE, quais motivos fizeram com que os agricultores operacionalizem o programa junto à COOPAFI, e principalmente, se o Programa fez com que os agricultores ficassem fortalecidos. A relação do programa com o fortalecimento da agricultura familiar foi evidenciada.

Perguntado aos agricultores quais os motivos que fizeram com que aderissem ao PNAE, os agricultores relatam, que a implantação, o surgimento do Programa no município ocorreu pelo intenso trabalho desenvolvido pela COOPAFI, que apresentou ao seu público alvo uma nova proposta de comercialização, desta maneira garantiria a compra de parte da produção, essa mesma percepção ocorreu no trabalho desenvolvido por SILVA, (2013).

Essas constatações foram percebidas no relato do agricultor AF4:

“a gente já trabalhava com a COOPAFI vendendo outras coisinhas pro mercado do agricultor e daí surgiu essa oportunidade de colocar pra merenda escolar e já que tá nesse ramo quanto mais conseguir colocar seria melhor né” (AF4, 2013).

Também na fala do agricultor AF10 “na verdade só agregou mais uma renda que foi implantada aqui no meu Município, mais na Região né? E a COOPAFI estendeu para os agricultores familiares e fez com que fosse mais uma renda pra família”.

A família AF7 comercializava frutas *in natura* parte da venda era realizada para a COOPAFI que não absorvia toda a produção e obrigava o agricultor a buscar outros canais de comercialização, já que o produto apresentava uma janela estreita de comercialização devido a sua perecibilidade, mas com adesão ao PNAE, e a transformação das frutas em polpa foi “(...) um meio de agregar valor, pra nós (...)”, o agricultor destaca que “(...) aí a gente guarda aqui (congelador), quando pede lá (COOPAFI) a gente leva (...) também pra ter em fevereiro até final do ano (...)” (AF7,

2013), ficando evidente que a transformação possibilitou o comércio da polpa o ano todo, gerando conseqüentemente, o aumento da receita dos agricultores familiares.

A unidade familiar AF9 aderiu ao PNAE, após produzir alimentos, os quais já cultivavam, para um vizinho, “e daí eles vieram pra entregar no nome dele. Daí falei, por que eu vou entregar no nome dele se eu posso me associar e entregar no meu nome?”. E ali que começou. “Por que nós sempre plantava” (AF9, 2013) . Com a percepção que era um comércio sólido e proporcionava uma receita quase que mensalmente, se associaram à cooperativa e aderiram ao Programa.

Os principais ganhos apontados pelos agricultores familiares entrevistados a partir da adesão ao Programa Nacional de Alimentação foram: a diversificação na produção; aumento da quantidade produzida; a qualificação do agricultor para a melhoria da qualidade dos produtos; a especialização para o trabalho na agroindustrialização, oportunidade de outros meios de comercialização, além do aumento da receita das unidades produtivas, através do aumento do volume de venda, o que proporciona mais qualidade de vida.

Quanto à diversificação da produção, grande parte dos agricultores relata que o PNAE necessita de diversos tipos de produtos, foi possível aumentar a diversidade de produtos cultivados, conforme se ressalta na afirmação da família AF6 “quantas coisas que conseguimos plantar mais, ter mais novidadezinha nas coisas. Um tempo era focado só na vassoura e depois a batata, daí depois batata e mandioca. Eu cheguei plantar melão e melancia (...)” (AF6, 2013). O agricultor AF2 ressalta que os ganhos foram “praticamente na diversificação, com mais conhecimento de algumas coisas que a gente tem que ir atrás, você tem que participar também” (AF2, 2013), percebemos que há um estímulo a busca de conhecimentos e a importância da participação como cooperados, portanto existe a valorização dos agricultores.

O PNAE através da Lei Nº 11.947 veio impulsionar a diversificação de produtos e a valorização dos circuitos curtos, como denomina Ploeg (2008).

Sobre diversificação Schneider (2010), ressalta as vantagens do processo de diversificação como: a redução da dependência das flutuações setoriais de preços, geração de inovações e mudanças técnicas dentro da propriedade, maior estabilidade do mercado de trabalho e das fontes de renda, permitindo que se formem regiões que obtêm vantagens comparativas e competitivas através de economias de escopo. Portanto, a diversificação consiste em um modo de promover o desenvolvimento rural sustentável.

Sobre o aumento do volume produzido os agricultores entrevistados relatam que:

“Com a grande produção, com a produção mesmo artesanal, a gente produz em grande quantidade e tem um retorno melhor. Do que você só vender em mercado 10 pacotes, vem a troca, ou entrega 100 pacotes e tem 20, 25 de trocas quando você volta, então a diferença do PNAE é essa, você produz, entrega e não tem a troca” (AF1, 2013).

A unidade familiar AF4, destaca que:

“aumentou bastante a quantidade com o pouco que ganha sobra, tu pega uma carga ali de 200 cucas e chega ali na COOPAFI entrega tudo ali e vem pra casa e assim às vezes com 30, 40 ou 50 cucas ou bolachas tu passa uma tarde inteira passando nos mercados” (AF4, 2013).

Um ganho ressaltado pelos agricultores através do PNAE foi à fixação do jovem no campo, como é observado na interlocução:

“Foi uma maneira também de segurar um pouco os jovens na agricultura (...). Então isso foi uma coisa que o filho está ajudando o pai no dia a dia. Muitos com a cana, outros com panificação e assim vai. Foi uma maneira que segura um pouco o jovem na agricultura. Incentivo que jovem está ganhando com isso também” (AF12, 2013).

Os benefícios obtidos na visão dos agricultores através da comercialização de produtos no mercado institucional, que este canal de comercialização não apresenta troca ou substituição de produtos com data vencida e não comercializados, quando comparado com o mercado convencional. Outra vantagem é economia em combustível para efetuar a entrega dos produtos, já que a distribuição dos alimentos nas instituições de ensino é de responsabilidade da Cooperativa.

Percebe-se uma preocupação dos agricultores com a qualidade dos produtos entregue para o PNAE, buscando uma maior qualificação, como é observado no discurso do agricultor AF8 “eu achei bom, as crianças nunca tinham uma merenda que prestava, era merenda, diziam que era merenda, mas não era uma merenda saudável como era essa ali. E essa ali sem agrotóxico, sem nada” (AF8, 2013).

Outra vantagem em aderir ao PNAE, apresentada por um agricultor foi à oportunidade de outros meios de comercialização, como é relatada “além do financeiro, que ajuda bastante, uma, digamos assim, experiência nova. Experiência nova de um outro mercado, mercado diferente e isso faz com que a gente tenha uma experiência futura” (AF10, 2013).

Percebemos um ganho na agroindustrialização, principalmente através da agregação de valor que os produtos passam a ter como é exposto pelo AF7:

“O ganho foi assim, não dá pra exagerar, mas foi quase 500% de melhora na qualidade porque (...) um abacaxi que, (...) te dá 2 quilos de polpa, esse abacaxi pra mim, eu tirando tudo a despesa, ele me sobra 8 real. E se eu for vender na rua eu tenho, eu conversar bem o cliente pra eu ganhar 5 real, 4 real (...) (AF7, 2013).

Segundo Pelegrini e Gazolla (2013) “do ponto de vista econômico a agroindustrialização da produção primária da agricultura familiar é uma alternativa viável e sustentável para as famílias rurais do território”.

Os benefícios das agroindústrias apontados por Trentin e Wesz (2004, pg 13) são:

“gerados pela melhoria da qualidade dos produtos processados, pela redução de perdas no processo de comercialização e pelo papel disseminador que tendem a exercer na promoção de melhorias tecnológicas nas atividades agropecuárias” (TRENTIN e WESZ, 2004, pg 13).

Outro ganho apontado pelos agricultores foi o ganho monetário, desta maneira os agricultores entrevistados relatam que:

“É. Dá dinheiro grande. Nós fizemos bastante coisa. Esse ano já fizemos umas reformas com o dinheiro da cenoura. Quando nós não plantava verdura não tinha dinheiro pra nada. Agora melhorou bastante coisa. Que daí do outro sobra. Que antes daí colhia soja e milho, comia tudo. Não sobrava pra comprar outra coisa” (AF6, 2013).

Questionado sobre os benefícios que o PNAE trouxe, chama atenção à fala de um agricultor que relata que a família estava endividada com a produção de *commodities*, com a adesão ao Programa, houve melhora significativa na qualidade de vida da família, onde possibilitou o pagamento da dívida e troca de carro.

“Sim, a gente tinha bastante dívida a hora que botava o dinheiro lá e vinha a seca. Tinha outro carro ele tava acabado dai nós entrava no mercado pegava um pouquinho só e trocamos de carro e compramos em prestação por mês mas dai a gente tinha um ganho certo, bolacha, por mês a gente vendia e conseguimos pagar a prestação do carro, tá pago” (AF6, 2013).

Outro benefício apontado pelos agricultores entrevistados foi o aumento da qualidade de vida e a certeza de uma alimentação saudável que as crianças atendidas pelo PNAE estão consumindo. O agricultor AF12 aponta que “você não usa conservantes, você pega o produto, você produz o trigo, você produz o milho, você sabe o que está comendo” (AF12, 2013).

Indagado sobre qual o maior problema em aderir ao PNAE, à maioria apontou que não houve problemas, “não, bem tranquilo. A gente já tinha produzido antes para a prefeitura, anterior, a administração anterior” (AF1, 2013). “Não, até hoje não. Só trouxe ganho pra nós” (AF7, 2013).

No entanto, alguns agricultores apontaram algumas dificuldades no início quando a Cooperativa começou a acessar o mercado institucional, isso era devido à falta de pessoas para embalar os produtos, atividades de escritório, emissão de notas fiscais eletrônicas, a logística da Cooperativa, burocracia e organização da documentação, demonstrada na fala do agricultor (AF2): “como agricultor muitas vezes eu, vou dizer assim por outras vezes, mas pela burocracia né. Então principalmente da documentação, era bastante complicado no início (...), mas agora ficou mais fácil né?” (AF2, 2013).

“O começo sempre é difícil, sempre foi difícil, tudo não é maravilha, sempre tem as dificuldades, mas não foi tão difícil assim. No começo a gente levou na cooperativa, a gente mesmo embalou lá e entregou, fez as notas, recebeu tudo normal. Eu acredito que deu para sentir que talvez se continuaria naquela agricultura convencional, talvez não estaria assim” (AF3, 2013).

Perguntado aos agricultores Por que optou em trabalhar o PNAE junto à Cooperativa e não com outro órgão, associação ou autonomamente? A resposta positiva ao trabalho que a Cooperativa vem desempenhando foi unânime isso é percebido nas repostas dos agricultores, como o agricultor AF1 “Trabalhar junto com a cooperativa, porque a cooperativa organiza os produtos e a logística, a cooperativa faz, aí eu chego, entrego a minha mercadoria e só volto a receber” (AF1, 2013). Outro agricultor relata sobre essa praticidade que a COOPAFI oferece “O bom da cooperativa é que você faz os produtos, entrega lá e não precisa ficar entregando de punhadinho aqui e lá” (AF12, 2013).

Percebemos através do depoimento do AF2 que a Cooperativa vem cobrando dos agricultores qualidade dos produtos entregues ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, mas mesmo assim uma pré-seleção é realizada na Cooperativa na hora do recebimento, garantindo uma uniformidade e padronização dos produtos.

“A cooperativa facilita isso porque ela recebe o produto, já automaticamente nós, eu digo nós porque, é feito uma triagem do produto, “bom, isso aqui está ruim, isso aqui está feio, isso aqui está bom, aquilo lá não dá, esse aqui dá.” Então, e na hora é a cooperativa que faz a separação lá por pedido (...). Isso facilita para nós como agricultor na sociedade que ajuda muito né? (AF2, 2013).

Em relato de um agricultor AF3 que fazia entrega autonomamente, explica que optou pela Cooperativa, pelo fato de possuir um representante legal, que possui a emissão de notas fiscais e os produtores possuem somente nota de produtor, havendo uma praticidade que o motivou a se associar a COOPAFI – Capanema.

“No começo eu fazia direto, eu participava das licitações. Agora a gente optou pela cooperativa, a gente é sócio. E nós temos um representante legal. Até para os meios legal de nota. É melhor porque a gente não tem empresa, trabalha com nota de produtor. Daí fica mais prático” (AF3, 2013).

O agricultor familiar na maioria dos casos possui certa dificuldade em atender com agilidade e facilidade a parte burocrática do PNAE e com a Cooperativa fazendo essa parte ele se sente mais seguro, como é notado na fala do agricultor “uma facilidade, a parte burocrática fica com eles e a gente só fica na parte de produção mesmo. A gente só entrega a parte de documentação, de contratos (...)” (AF10, 2013).

A Cooperativa representa também um facilitador para a comercialização dos produtos dos agricultores, já que ela possui atuação nas três esperas governamentais (Mercado do Produtor Capanema – Espera Municipal; Mercado do Agricultor Curitiba – Espera Estadual e Programa Energias Renováveis, PAA, PNAE – Esfera Federal), onde o agricultor visualiza um caminho mais árduo sem a atuação da COOPAFI como é visualizado a seguir:

“Aí a gente entrega ali bastante é fácil, então assim, eu acho que se não tivesse a COOPAFI ia ser mais difícil de eu chegar até a prefeitura ou outro pra negociar minha venda, então ali o que eu produzi aqui, o que for, eu sei que eu levo lá, tá vendido. (AF7, 2013).

Perguntado se o PNAE deixa os agricultores mais fortalecidos tanto individualmente como em comunidade, eles foram convictos que esse fortalecimento ocorre. O agricultor faz a seguinte colocação “Sem dúvida, porque se não hoje o pequeno não vendia mais, não plantava mais, não sobrevivia” (AF3, 2013).

Ficou evidente que pelo fato de ser associados muitos agricultores já se sentem fortalecidos, como é observado da fala a seguir:

“Sim, com certeza. Pelo fato de ser cooperativa, cooperativa é uma união entre pessoas que se ajudam com um fim que é alavancar negócios, alavancar novos objetivos entre eles e com a união de todos fica mais fácil” (AF10, 2013).

E, a partir desta análise se dará às conclusões da pesquisa a seguir.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os reflexos da criação da política pública, este trabalho buscou apresentar algumas ações acerca da experiência do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) no Município de Capanema, localizado no Sudoeste do Paraná.

Avaliando a primeira hipótese desse trabalho verificamos que esta se confirma já que os agricultores que acessam o PNAE no município de Capanema tiveram efetivo aumento de receita, o que comprova que essa política é um instrumento de fortalecimento da agricultura. A política pública possibilita uma garantia de preço e comercialização, efeitos indiretos nos preços e novas formas de inserção no mercado que são fatores que refletem na elevação da renda dos agricultores.

A segunda hipótese é refutada em parte, já que os agricultores tipificados como independentes do PNAE afirmam que teriam outro meio ou método para conseguir comercializar no mercado local/regional em quantidade próxima ou similar se não fossem beneficiários do PNAE. Todavia, para os agricultores familiares denominados dependentes do PNAE eles não conseguiriam comercializar os produtos no mercado local/regional em quantidade próxima ou similar se não fossem beneficiários do PNAE.

Para todos os entrevistados ficou evidente a importância que a COOPAFI – Capanema que exerce para eles, já que a Cooperativa cria mecanismos para ajudar os produtores a fazer uma leitura do mercado que estão inseridos, e cria também, possibilidades destes se prepararem melhor para sua atividade produtiva e da sua manutenção e fortalecimento dentro do mercado institucional. Desta maneira os beneficiários não conseguiriam comercializar os produtos no mercado local/regional em quantidade próxima ou similar se não fossem associados à COOPAFI - Capanema.

Os objetivos específicos apresentados no início deste trabalho foram alcançados, foram investigados os motivos da adesão e permanência dos agricultores no PNAE e contatado a forma como os agricultores se inseriram no PNAE; verificado que o PNAE promoveu a melhoria das condições de vida da população envolvida; identificado os alimentos adquiridos pela COOPAFI – Capanema e percebido as motivações e percepções dos agricultores frente as possibilidades de geração de renda não apenas no curto prazo e foi delineado também o perfil socioeconômico dos agricultores e verificado a influência do PNAE na inserção dos mesmos em novos mercados.

No objetivo geral, compreende-se o papel do PNAE no fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, desta maneira ficou evidente que essa política pública pode propiciar:

- I. Aumento no volume de alimentos produzidos e comercializados, resultando em um incremento na receita nos estabelecimentos rurais;
- II. Incentivo à diversificação da produção, principalmente de gêneros alimentícios para atender o consumo familiar e as necessidades do PNAE;
- III. Demonstra a importância da transformação de produtos primários e da agroindústria na agregação de valor dos produtos comercializados;
- IV. Provocou mudanças na maneira de decisão dos agricultores, planejamento da produção e regularidade de entrega dos produtos;
- V. Ampliação dos canais de comercialização tanto nas escalas locais e regionais, promovendo a divulgação dos produtos da agricultura familiar;
- VI. Demonstrando a importância da organização social dos agricultores através da cooperativa, pela atuação que a mesma possui como agente em que atende os interesses e as necessidades tanto dos agricultores familiares como dos demais setores; e,
- VII. Fixação do jovem no campo e o fortalecimento do tecido social.

De todos os focos da cooperativa, ficou evidente nesta análise a importância do PNAE, neste caso, a análise dos dados permitiu verificar que a implantação do PNAE trouxe implicações positivas para os agricultores familiares de Capanema/PR, tais como, consolidação de uma alternativa de renda, a maior diversificação da produção e fortalecimento da cooperativa.

Com essa elevação na renda cria-se incentivos para que os agricultores e jovens permaneçam no meio rural e a mantenham e melhorem a qualidade da produção, criando vínculos e um senso de responsabilidade entre as partes; possibilitando um contato mais direto do consumidor com o local onde são produzidos os alimentos e incentivando outros agricultores familiares a acessarem o mercado institucional de alimentos, na medida em que a viabilidade deste mercado passa a ser confirmada.

Os principais ganhos apontados pelos agricultores familiares entrevistados a partir da adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar foram: a diversificação na produção; aumento da quantidade produzida; a qualificação do agricultor para a melhoria da qualidade dos produtos; a especialização para o trabalho na agroindustrialização, oportunidade de outros meios de comercialização, além do aumento da receita das unidades produtivas, através do aumento do volume de venda, o que proporciona mais qualidade de vida.

O PNAE tem servido como um instrumento de garantia de renda e sustentação dos preços aos agricultores familiares, fortalecendo o cooperativismo, ao

mesmo tempo em que contribui com a segurança alimentar e nutricional das crianças na escola.

O Programa para Agne (2014), “é a única política pública que está provocando a transformação de hábitos, identificada pelas novas reflexões das famílias em torno das suas atividades, no ambiente da produção e da comercialização de alimentos”, demonstrando a importância nacional que essa política possui.

Nos estabelecimentos rurais o PNAE tem promovido à diversificação dos produtos, bem como, valorizando as estratégias de agregação de valor, principalmente, através da agroindustrialização, ao mesmo tempo em que propicia uma alimentação mais saudável para as crianças nas escolas.

Quando comparamos as duas tipologias averiguou que as propriedades independentes do PNAE possuem mais área do que as propriedades dependentes do programa. Os agricultores independentes e dependentes do PNAE são percebidos que há um maior número de propriedades dos agricultores independentes com capital disponível superior, bem como os agricultores independentes do PNAE, possuem uma preocupação maior em registrar os dados de produção e ao mesmo tempo identificar problemas e buscar soluções.

Com base nesse estudo percebe-se que um caminho possível para que o agricultor familiar descapitalizado consiga acessar o mercado é o cooperativismo, pois, além colaborar na organização da produção também facilita o comércio, seja na redução dos gastos da produção ou na agregação de valor à produção na hora da comercialização. Outros benefícios como: organização da logística, pagamentos em dia e relação política, fiscal e organizacional são percebidos com a união de Agricultores Familiares e Cooperativa para facilitar o acesso aos mercados e políticas institucionais.

O papel da cooperativa é fundamental para que os agricultores possam acessar o mercado institucional além de compreender melhor a política pública. Várias vantagens são percebidas como pagamento das entregas em dia, menor preocupação com a logística, pois esta parte é executada pela COOPAFI e maior poder de decisão na chamada pública.

O Sistema COOPAFI é uma experiência organizativa importante do Território do Sudoeste do Paraná, porque opera numa área de difícil compreensão e acesso que é a comercialização e fortalecimento do mercado local.

É certo que há muitos problemas que ainda devem ser superados, principalmente no que se refere à qualidade dos produtos da agricultura familiar como fornecedora de alimentos para a merenda escolar. Talvez haja a necessidade de fornecer

maiores informações sobre a importância da qualidade e uniformidade dos alimentos, através da participação da cooperativa.

Os principais desafios enfrentados pelos agricultores que acessam o PNAE consistem em melhorar as estruturas, máquinas e equipamentos, qualidade e quantidade dos alimentos, armazenamento e logística. Porém, percebe-se que há o entendimento por parte dos gestores públicos sobre a seriedade desse programa no que diz respeito ao oferecimento de uma alimentação de qualidade nas creches e escolas, garantindo assim a segurança alimentar e nutricional das crianças, ao fortalecimento da agricultura familiar do município, gerando a fixação do homem no campo e ao fortalecimento da economia local, uma vez que esse programa pode melhorar o poder aquisitivo do produtor.

As informações contidas neste trabalho podem conduzir a ações de melhoria no processo de manutenção do PNAE no Sistema COOPAFI – Capanema e proporcionar a divulgação de informações sobre essa importante política pública, bem como estudos mais aprofundados sobre o tema abordado nesta dissertação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In, ORTEGA, A. C..FILHO, N.A. (org.). Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Alínea editora. Campinas, 2007.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: UNICAMP, 1992. (Estudos rurais, 12).

ALTAFIN, I. 2007. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Disponível em: <<http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br>> Acessado em: 10 jun 2012.

BACCARIN, G, J; ALEIXO, S, S; SILVA, P, B, D; MENDONÇA, G, G. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: Alcance e Dificuldades para Implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo in 49º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Belo Horizonte, MG – 2011.

BELIK, W. et al. Políticas de Combate à Fome no Brasil. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v.15 (4), out.-dez. 2001.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. Saúde e Sociedade v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.

BELIK, W.; CHAIM, N.A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. Revista de Nutrição, v. 22, p. 595-607, 2009.

BITTENCOURT, G. A., BIANCHINI, V. A agricultura familiar na região sul do Brasil. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996, 125 p. Disponível em:<<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/deser.pdf> >. Acesso em 21 de mai de 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos. s/d. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>>. Acesso em: 22 de set. 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 22/02/2012.

BRASIL. Lei 10.696/03. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 22 de set. de 2012.

BRASIL. Lei 11.947/09. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em 22 de set. de 2012.

BRASIL. Seminário PAA: PAA 5 anos: balanço e perspectiva. s/d. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 25 de set. de 2012.

BRASIL. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em 7/1/2010.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/711767/lei-11947-09>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

BUAINAIN, A. M. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. Brasília, DF: IICA, 2006. 135 p. (Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 5).

CARNEIRO, W. M. A. Política pública e renda na agricultura familiar: a influência do Poló de Desenvolvimento de Agronegócios Cariri Cearense. XLIV Congresso da SOBER, Londrina: SOBER, 2007. CD-ROM.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.. Metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Makron, 1996.

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHIZOTTI, A.; Pesquisa em ciências Humanas e Sociais. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CONTERATO, M. A.; Ferarri, D. Mercantilização e estilos de agricultura familiar. Texto de discussão projeto de Pesquisa IPODE. 2008.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S; WAQUIL, P.W. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre, Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010

CONTERATO, M. Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). UFRGS,, Porto Alegre, 2008.

COSTA, L. de S. O cooperativismo: uma breve reflexão teórica. VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Unioeste. Cascavel – RS. 2007. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/trabalhos.html>>. Acesso em: 6 de maio de 2014.

COUTO, E. P., LISBOA, A. M. Segurança Alimentar e Desenvolvimento no Brasil. In: Anais do 41º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, pg. 173, Juiz de Fora, Julho, 2003.

CRAPA - Coordenação Regional de Associações. Cambota, ano 27, n. 244, mar. 1999. Disponível em: <<http://sistema.assesoar.org.br/arquivos/ART000221.htm>>. Acesso em: 03 maio 2012.

DELGADO, G. C. (2001), "Expansão e Modernização do Setor Agropecuário no Pós-Guerra: Um Estudo da Reflexão Agrária". Estudos Avançados, nº 43.

DELGADO, G. C.; THEODORO, M. Desenvolvimento e Política Social. In: JACCOUD, Luciana (Org.) Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005. p. 409-435.

DEVES, O. D. Fortalecimento da agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: o caso do município de São Pedro do Butiá-RS. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DIAS, C. Pesquisa qualitativa: características gerais e referências. 2000. Disponível em: <http://www.reocities.com/claudiaad/qualitativa.pdf>. Acesso em 25 jun. 2012.

DUPAS, G. O mito do progresso. Novos estudos, São Paulo, n. 77, p. 73-89, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000100005&lang=pt>. Acesso em: 29 Ago. 2012.

ELLIS, F. Rural livelihoods and diversity in developing countries. Oxford(UK): Oxford University Press, 2000.

FAO. Seguridad Alimentaria como Estrategia de Desarrollo Rural. 28ª Conferência Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Guatemala, Abril de 2004. Disponível em: <http://www.fao.org/>. Acesso em: 03 mai. 2012.

FAO/INCRA Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar. Disponível em: <http://www.fbsan.org.br/>. Acesso em: 13 Set. 2012.

FERRAZ, Osni G.; BRANDÃO, Sheila; PASE, Emerson L. Sistema Coopafi: o desafio da construção de um sistema de comercialização e de apoio às agroindústrias familiares da região Sudoeste do Paraná. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural. Rio Branco - Acre, 20 a 23 de julho, 2008.

FERRERA DE LIMA, J. Les limites et le potentiel Du développement durable. Revista Interfaces, Brasil/Canadá. v. 1, n. 2, p.187-196, 2002.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J. e TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cad.Saúde Pública[online].2008, vol.24, n.1, pp. 17-27. ISSN 0102-311X.

FRIEDMANN, H. World Market, State and Family Farm: social bases of household production in the era of wage labour. *Comparative Studies in Society and History*, Cambridge, v.20, n.4, p.545-586, 1978.

FROELICH, E. A capacidade de “fazer diferente”: os condicionantes legais e as estratégias de governança na implementação do Programa de Alimentação Escolar em Dois Irmãos e Tapes (RS). 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Alimentação escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 14jun 2012.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: Schneider, S. (org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Editora da UFRGS: Porto Alegre, Coleção Estudos Rurais, 2006.

GAZOLLA, M. SCHNEIDER, S. A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, (UFRRJ), v. 15, p. 89-122, 2007.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S.. AS DUAS —CARAS DO PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? Disponível em: PRONAF 10 Anos. Acesso em: 24 Ago. 2012.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GLASER B. G, STRAUSS A. L. *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter; 1967.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Rev. adm. empres.*, São Paulo, v. 35, n. 3, June 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Set. 2012.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito. *Artigos: políticas públicas*. Instituto de Economia Agrícola Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>>. Acesso em 21 Mai. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E.; TAKAGI, Maya. *Evolução da Pobreza no Brasil, 1995/99*, Texto para discussão nº 104, IE/UNICAMP, 2001.

GRISA, C.; SCHMITT, C.J.; MATTEI, L.; MALUF, R.; LEITE, S.P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. *Retratos de Assentamentos*, v. 13, p. 137-170, 2010.

HELFAND, S. M, REZENDE, G.C. A agricultura brasileira nos anos 1990: o impacto das reformas de políticas. In: CONCEIÇÃO, J. C. & GASQUES, J. G. (org). Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. Brasília, 2001, p.247-301.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. Censos 2007-Censo Agropecuário 2006. Manual do Recenseador CI - 1.09A. Rio de Janeiro, 2007.

INCRA. Instituto Nacional de Reforma Agrária. Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto. Disponível em: <www.incra.gov.br/sade/doc/agrifam.htm>. Acessado em 02 de jun de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em 22/02/2012.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Leituras regionais: mesorregiões geográficas do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2011.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 6, 1994. p. 51-75.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme C. (Org.). Agricultura e políticas públicas. Brasília, DF: IPEA, 1990. v. 1, p. 113-223.

LAMARCHE, H. (Coord.). Agricultura Familiar: uma realidade multiforme. Campinas:UNICAMP, 1993. p. 13-34.

LIMA, A. P. de; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A C. dos e MÜLLER, A G. Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1995, 175p.

LONG, N. Development sociology: actor perspectives. London: Routledge, 2001.

LONG, N. et al. The commoditization debate: labor process, strategy and social network. Wageningen: Agricultural University of Wageningen, 1986.

LONG, N.; PLOEG, Jan D. V. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, David. (Ed.). Rethinking Social Development: Theory, Research and Practice. Harlow: Longman, 1994. p. 62-90.

MACIEL, L. R. Mercado institucional de alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar. 2008. 115f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) programa de Pós-graduação em Agronegócios. Universidade de Brasília, Brasília.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. Caderno Segurança Alimentar. Fórum Social Mundial, 2002 - Conferências: Eixo II conferência especial – soberania alimentar. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=14_2_4_1&cd_language=1>. Acesso em: 20 jun. 2012.

MALUF, R. S. e J. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S.. (Org.). Colóquios sobre pesquisa em educação especial. 1 ed. Londrina: Eduel, 2003, v. 1, p. 11-25.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. Metodologia do Trabalho Científico. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARSDEN, T. The condition of rural sustainability. Assen, The Netherlands, Van Gorcum, 2003.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. v. 2. cap. 14 a 25, p. 583 - 933. Tradução de: Das kapital: kritik der politischenökonomie, 1890.

MARX, K. O capital: o processo global de acumulação capitalista. São Paulo: Difel, 1982. v. 1.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde. 2 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

Ministério do Desenvolvimento Agrário Um novo Brasil Rural – 2003-2010, Brasília, MDA, 2010.

MÜLLER, Ana Luiza. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos, 2007. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Porto Alegre, 2007.

NAVARRO, Z. Do 'mundo da roça' ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil. Brasília: MDA/NEAD, 2002. Relatório de pesquisa: "Políticas públicas e desenvolvimento rural: Balanço da ação governamental no Brasil" (PCT IICA/NEAD).

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: BERNARDO M. F.; MARTA I. M. M.; JULIO C. S. (Org.). Geografia Agrária: teoria e poder. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p.211-270.

NIEDERLE, P.A. Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS. 2007. Dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Porto Alegre, 2007.

NORDER, L.A. C. Mercantilização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2006. p. 57-81.

NUNES, R. Division of labor, transaction costs and efficiency of the family farm. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP – Outubro de 2003 Disponível em: http://www.pensaconference.org/arquivos_2003/040.pdf. Acesso em: 31 mar. 2012.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M.A. Agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: Limites e potencialidades a sua reprodução social. Editora da URI: Frederico Westphalen – RS, 200p., 2008.

PELEGRINI, Gelson; GAZOLLA, Marcio. A agroindustrialização como estratégia de reprodução social da agricultura familiar. Estudos Sociedade e Agricultura, 2013, 2.

PELIANO, A. M. T. M. RESENDE, L. F. de Lara. BEGHIN, Nathalie. A comunidade solidária: uma estratégia de combate à fome e à pobreza. Revista Planejamento e Políticas públicas. jan/jun, n.12, 1995.

PERONDI, M. A. Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS. 2007 (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural).

PERONDI, M. A. Repensando a especialização agrícola. Revista Agriculturas. V.6. n.3, p.12-14, Out. 2009.

PERONDI, M.A.; KIYOTA, N. Gestão na agroindústria familiar de pequeno porte de cana-de-açúcar. In: MORAES, M.A.F.D.; SHIKIDA, P.F.A. (Orgs.). Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002. p. 354-367.

PESSANHA L. D. R. A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento. Rio de Janeiro: Departamento de Ensino e Pesquisa da Escola Nacional de Ciências Estatísticas; 2002

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POLANYI, K. El lugar de la economía en la sociedad. In: POLANYI, Karl.; ARNSBERG, C.; PEARSON, H. (Ed.). Comercio y mercado em los impérios antiguos. Barcelona: Ibero-Americanos, 1976. p.73 – 152.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA. Diagnóstico Local do Município de Capanema. 2012. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Diagnostico_Local_Capanema-PR.pdf >. Acesso em: 02 set. 2012.

PRETTO, J. M. Amplitude e Restrições ao Acesso ao PRONAF Investimento no Rio Grande do Sul - Um estudo de três operações de financiamento envolvendo Cooperativas de Crédito Rural, Cooperativas de Produção Agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR/ UFRGS, 2005.

PROJETO FOME ZERO - PFZ: Uma proposta política de combate à fome no Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.128p.

RICHARDSON, R. J..Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, N. (Org). Almanaque histórico Josué de Castro: por um mundo sem fome. São Paulo: Mercado Cultural, 2004.

SANTOS, L.M.P.; SANTOS, S.M.C.; SANTANA, L.A.A.; HENRIQUE, F.C.S.; MAZZA, R.P.D.; SANTOS, L.A.S.; SANTOS, L. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1996 a 2002: 4-Pograma Nacional de Alimentação Escolar. Cadernos de Saúde Pública (FIOCRUZ), v. 23, p. 2681-2693, 2007.

SCHMITT, C. J. GUIMARÃES, L. A. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. Revista Agriculturas - v. 5 – n. 2 - junho de 2008. Disponível em: http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/equidade-e-soberania-nos-mercados/o-mercado-institucional-como-instrumento-para-o/at_download/article_pdf. Acesso em 15 out. 2012.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. Revista de Política Agrícola, Brasília - DF, v. An.XIV, n. 2, p. 78-88, 2005.

SCHNEIDER, S. ; CONTERATO, Marcelo Antônio . Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. In: Guillermo Neiman; Clara Craviotti. (Org.). Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006

SCHNEIDER, S. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. Revista brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 18, n. 51, Fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Mai. 2012.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A.From resistance to reaction: styles of farming and rural livelihood of family farms in the South of Brazil. In: CONGRESS OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY, 22., 2007. Proceedings.Wageningen: ESRS, 2007.

SILVA, José Graziano da. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas-SP: UNICAMP. Instituto de Economia, 1996. 217 p.

SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOMASETTO, M. Z. de Castro; LIMA, J. F. de; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná. Interações (Campo Grande), Campo Grande, v.10, n. 1, 2009. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 out 2012.

Trentin, I. C. L., e Wesz Junior, V. J. (2004). Desenvolvimento e agroindústria familiar. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. Cuiabá, 2004. Anais... Brasília: SOBER

TRICHES, R. M.; FROELICH; SCHNEIDER, S. Relações de produção e consumo: a aquisição de produtos da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). In: Sérgio Schneider; Márcio Gazolla. (Org.). Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 253-266.

TURPIN, M.E. A Alimentação Escolar como Vetor de Desenvolvimento Local e Garantia de Segurança Alimentar e Nutricional [dissertação]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2008.

VAN DER PLOEG, J. D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VAN DER PLOEG, Jan D .et al. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. de. (Ed.). Ecología, campesinado y historia. Madrid: La Piqueta, 1993. p.153-195.

VAN DER PLOEG, Jan D .et al. Labor, markets and agricultural production. Boulder: Oxford Westview Press, 1990.

VAN DER PLOEG, Jan D .et al. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006. (Estudos Rurais).

VAN DER PLOEG, Jan D .et al. Rural development: from practices and policies towards theory. Sociologia Ruralis, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-408. Out. 2000.

VAN DER PLOEG, Jan D .et al. The farmer: past, present, and future of the Dutch peasantry. Assen: Royal Van Gorcum, 2003.

VASCONCELOS, F.A.G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição. v.18, p. 439-457, 2005.

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucitec, 1991.

VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VIA CAMPESINA - Direitos, políticas e marco legal. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/main_sp/index.php?option=com_content&task=view&id=419&Itemid=38>, Acesso em: Ago. 2012.

WANDERLEY, M. de Nazaré. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu. Outubro 1996.

ZEITUNE, C. R. MANUAL OPERACIONAL DAS CEASAS DO BRASIL. 1ª Edição. Brasília: AD2, 2011. 122 p.

ANEXOS

ANEXO A - ROTEIRO DA ENTREVISTA APLICADA NOS AGRICULTORES FAMILIARES

1. Trajetória agrícola e adesão ao PNAE:

- O que fez com que aderisse ao PNAE?
- Você também teve experiência com o PAA? A experiência ajudou?
- Como era realizado o trabalho na propriedade antes da adesão ao PNAE? E como era (como ficou) a estratégia de comercialização?
- Quais são as principais diferenças na produção, do ponto de vista do agricultor, antes e depois da inserção no PNAE.
- Quais os principais ganhos (se teve), obtidos com a adesão ao PNAE? –(Mudança do sistema de produção, diversificação, comunidade, felicidade, saúde, Ambiente, etc.).
- O PNAE trouxe benefícios? Quais? O PNAE trouxe problemas, quais?
- Qual o maior problema para aderir ao PNAE?
- Na sua percepção, o que vem a ser qualidade de vida? O PNAE trouxe mais qualidade de vida?
- Por que optou em trabalhar o PNAE junto à Cooperativa e não com outro órgão, associação ou autonomamente? Qual a importância da Cooperativa para a inserção e manutenção no PNAE?
- Como percebem o futuro dos filhos. O PNAE muda algo?

5. Trajetória da comunidade e a vida em comunidade:

- Os primeiros moradores (origem étnica, a maioria se tornou agricultor ou trabalhador? que tipo de trabalhador? Qual o tipo de produção – monocultura ou diversificação?).
- Que instituições / organizações atuavam na comunidade antes do PNAE e hoje (ONGs, sindicatos, EMATER, Cooperativa, igreja) qual a relação com estas instituições?
- Como surgiu o PNAE na comunidade (responsáveis e porque).
- Significado de “vida comunitária” (relações de vizinhanças, troca de favores, entre ajuda) ocorreu melhora na relação com os vizinhos após a inserção no PNAE?

- Você acredita que o PNAE fez com que o agricultor ficasse mais fortalecido individualmente e em comunidade? Como?

ANEXO B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA NA COOPAFI

IDENTIFICAÇÃO:

Nome, idade, estado civil, escolaridade e naturalidade;

TRAJETÓRIA:

1. Qual é a sua formação e **trajetória de atuação em entidades?**
2. Quando começou a trabalhar na COOPAFI? Por quê? Como foi? Quem lhe chamou?
3. Qual é o seu trabalho aqui na cooperativa?

SOBRE A HISTÓRIA COOPAFI:

4. Quando, como e porque surgiu a COOPAFI? Quais eram os objetivos?
5. Que pessoas estavam presentes nesse momento?
6. Quais são as atividades da COOPAFI hoje?
7. Quais são os princípios (missão e objetivos) que norteiam o trabalho da cooperativa?
8. Qual a área de atuação da cooperativa?
9. Que tipos de trabalhos a cooperativa já desenvolveu na região?
10. Quantos funcionários? Qual a formação? **Quem indicou?**
11. Como é o dia-a-dia de trabalhos na cooperativa?
12. Como é a relação da cooperativa com organizações sociais e outras entidades que prestam apoio à agricultura familiar na região? Quem são os parceiros da cooperativa aqui na região?
13. Como é a relação da cooperativa com o poder público?

SOBRE O PNAE:

14. Quais os produtos são comercializados via PNAE?
15. Qual é a visão da COOPAFI sobre o PNAE?
16. Quais as diretrizes da cooperativa para atuar neste campo?
17. Qual o volume de comercialização do PNAE neste ano? E no último ano?
18. Quais são as principais dificuldades que a cooperativa encontra para executar/operacionalizar o PNAE?
19. O que seria necessário para resolver essas dificuldades?

20. E quanto aos agricultores familiares, que dificuldades você identifica para eles aderirem e permanecerem no PNAE?
21. Qual a sua opinião sobre o papel do Estado na criação/elaboração e execução de políticas públicas para a agricultura familiar?
22. Você identifica alguma mudança quanto ao fortalecimento da agricultura familiar por meio do PNAE? Quais?
23. Você identifica alguma mudança quanto ao fortalecimento da agricultura familiar por meio da Cooperativa? Quais?
24. Quais as principais vantagens dos agricultores familiares em utilizar a COOPAFI como intermediadora no PNAE ao invés de outras formas de operacionalização (prefeitura, associação, grupo de agricultores, autonomamente)?
25. Você sabe se outros órgãos operacionalizam o PNAE no município? Quais são eles?
26. Na sua visão, qual a importância do capital social para o desenvolvimento regional por meio da agricultura familiar?

ANEXO C - DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO

Projeto de Pesquisa UTFPR

Entrevistador: _____ Data: ____-____-____

*Agricultor (nome completo): _____

**Informante (nome completo): _____

e-mail (do informante): _____

Telefone: residência: () _____ celular: () _____

Nº	Município	Linha/comunidade	GPS: _____	Nº Ponto: _____
			Latitude: 0 ° ' "	
			Longitude: 0 ° ' "	

TODAS AS INFORMAÇÕES REFERENTES AO ANO AGRÍCOLA 2011-2012 (Set/2011-Ago/2012)**1) Propriedade da Terra**

Proprietário	1 ()
Arrendatário	2 ()
Outro, qual:	3 ()

2) Residência

Meio Rural	1 ()
Absenteísta	2 ()
Outro, qual:	3 ()

3) FAMÍLIA E TRABALHO**3.1 Composição da família (Informar a família residente na UP e os trabalhadores)**

Nome	Sexo (M/F)	Data de nascimento	Relação com o chefe (A)	Estado civil (B)	Tempo de trabalho (C)	Escolaridade (D)	Moradia (E)
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							

(A)	(B)	(C) Tempo de trabalho	(D) Anos de estudo
1 Resp/Chefe	1 Casado	1 Tempo integral na UP (*)	0 Não alfabetizado
2 Cônjuge	2 Solteiro	2 Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP	1 Primeira série – 1º Grau
3 Filho	3 Viúvo	3 Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico	2 Segunda série – 1º Grau
4 Filha	4 Divorciado	4 Tempo-parcial na UP + Estuda	3 Terceira série – 1º Grau
5 Genro	5 União Estável	5 Tempo integral fora UP (*)	4 Quarta série – 1º Grau
6 Nora	6 Outros	6 Somente trabalho doméstico	5 Quinta série – 1º Grau
7 Neto (a)		7 Somente estuda	6 Sexta série – 1º Grau
8 Pai		8 Criança menor de 7 anos	7 Sétima série – 1º Grau
9 Mãe		9 Idoso: apenas tempo-parcial na UP	8 Oitava série – 1º Grau
10 Avô		10 Desempregado	9 Primeira série – 2º Grau
11 Avó		11 Não trabalha (deficiente ou inválido)	10 Segunda série – 2º Grau
12 Irmão		12 Outro (qual? Especificar)	11 Terceira série – 2º Grau
13 Irmã			12 Graduação incompleta

14 Trab. contratado
15 Outros, qual?

* Arrendatário ou proprietário

** Pessoa entrevistada

16 Graduação completa
18 Mestrado
22 Doutorado

4) Para quem reside na Unidade de Produção, mas tem trabalho não agrícola:

Primeiro nome da pessoa	Ocupação	Setor (F)	Local (E)	Dias trabalhados no ano	Remuneração em R\$ [indicar se p/mês ou p/ano]

(F) Setor da ocupação	(E) Local de trabalho
1 Indústria	1 No domicílio ou na UP
2 Comércio	2 Na localidade/comunidade onde reside
3 Serviços Auxiliares (*)	3 No rural em outra comunidade
4 Construção Civil	4 No centro urbano do próprio município
5 Transformação Artesanal	5 Em outro município
6 Transporte/Comunicação	
7 Serviço Público	
8 Serviços Pessoais (**)	(*) Exemplos de Serviço auxiliar: Veterinário, Advogado, Agrônomo, Técnico, etc.
9 Outro, qual?	(*) Exemplos de Serviços pessoais: Trabalho doméstico, Jardineiro, barbeiro, etc.
10 Não se aplica	

5) Há aposentados e/ou pensionistas que reside na Unidade de Produção?

1 Sim () 2 Não () 3 Não sabe ()

5.1) Em caso afirmativo, informar o tipo de benefício e o valor recebido durante o último ano agrícola? (Set/2011- Ago/2012)

Primeiro nome da pessoa que recebeu o benefício	Tipo de benefício (1) Aposentadoria (2) Pensão (3) Ambos (1 e 2) (4) Auxílio Doença	Numero de meses que recebeu o benefício	Valor mensal recebido (R\$)

6) Bens de Consumo que existem no domicílio

Especificação	Quantidade	Especificação	Quantidade
01. Aparelho de som		12. Máquina de lavar roupa	
02. Automóvel		13. Batedeira	
03. Moto		14. Parabólica	
04. Bicicleta		15. Rádio	
05. Ferro elétrico		16. Televisor	
06. Fogão a gás		17. Vídeo cassete/DVD	
07. Fogão à lenha		18. Linha de Telefone fixo	
08. Forno elétrico/micro-ondas		19. Celular	
09. Freezer		20. Computador	
10. Geladeira		21. Acesso à internet (1.sim – 0.não)	
11. Liquidificador			

7) Estrutura Fundiária, Capital e Produção

7.1 Área (ha)						
Própria	Em Parceria		Arrendamento		Outra forma	TOTAL
	De Terceiro	Para Terceiro	De Terceiro	Para Terceiro		

7.2) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? _____.

7.3) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? _____.

7.4) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]? _____.

7.5) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]? _____.

8) Composição da área e 9) Produção [Ano agrícola de setembro de 2011 a agosto de 2012]

Especificação	Superfície plantada (ha)	Quantidade Total Colhida	Preço de venda (R\$)	Manejo da área (G)
---------------	--------------------------	--------------------------	----------------------	--------------------

9.1) Lavoura [Somente especificar produção se o produto é para venda]

Cana Açúcar				
Fumo				
Mandioca				
Milho				
Milho safrinha				
Soja				
Soja safrinha				
Trigo				
Triticcalhe				

Legumes, Verduras e Frutas [Somente especificar produção se o produto é para venda]

Pastagem Anual e Perene [Somente especificar produção se o produto é para venda]

Milho silagem				
Aveia/Azevém				
Pastagem perene:				
Feno				

Faz silagem? () Sim – () Não

Faz feno? () Sim – () Não

Reflorestamento e extração de madeira

Eucalipto				
Araucária				

S A U Total

Matas e Florestas Naturais	
Benfeitorias (casa, estábulo, etc)	
Terras inaproveitadas	
Área Total	

OBS. I – Quando duas ou mais culturas anuais ocupam a mesma superfície cultivada ou são plantadas em consórcio, esta área deverá ser contada apenas 1 vez.

(G) Manejo da área

1	Lavoura: Plantio, pulverização e colheita com maquinário próprio*.	13	Feno: com maquinário próprio.
2	Lavoura: Plantio e pulverização própria, colheita contratada via terceiros.	14	Feno: com maquinário contratado via terceiros.
3	Lavoura: Plantio e pulverização própria, colheita contratada via associação.	15	Feno: com maquinário contratado via associação.
4	Lavoura: Plantio próprio, pulverização e colheita contratado via terceiros.		
5	Lavoura: Plantio próprio, pulverização e colheita contratado via associação.		
6	Lavoura: Plantio, pulverização e colheita contratados via terceiros.		
7	Lavoura: Plantio, pulverização e colheita contratados via associação.		
8	Silagem: plantio, pulverização e ensilagem própria.		
9	Silagem: plantio e pulverização própria e ensilagem contratada via terceiros.		
10	Silagem: plantio e pulverização própria, ensilagem contratada via associação.		
11	Silagem: plantio próprio, pulverização e ensilagem contratada via terceiros.		
12	Silagem: plantio próprio, pulverização e ensilagem contratada via associação.		

* Em “próprio” inclui-se quando há apenas o pagamento do óleo diesel ao contratado.

9.2) Produção de animais – efetivo de animais disponíveis e venda

Inventário das Criações Raças – categorias	Efetivo	Número de Animais Vendidos	Valor/animal
Bovinos de Leite			
Touros			
Vacas			
Novilhas			
Bezerras			
Bovinos de corte			
Touros			
Vacas			
Novilhos			
Novilhas			
Bezerros			
Bois para trabalho			
Aves			
Frango de corte			
Galinha caipira			
Peru			
Suínos			
Suínos (leitão)			
Suínos (para abate)			
Matrizes			
Reprodutor			
Ovinos/Caprino			
Eqüinos			

Produção animal: [Especificar se produção por dia, semana, mês ou ano]

Especificação	Unid.	Quant. Prod.	Preço de Venda
Leite			
Ovos			
Mel			
Peixes			

9.3) Produtos processados ou beneficiados:

Produto produzido	Quantidade vendida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade
Queijo			
Salame			
Vinho			
Banha			
Schmier			
Conservas			
Derivado da Cana (_____)			
Manteiga			
Massa caseira			
Pão			
Sabão			

10) Benfeitorias e instalações: (levantar todas disponíveis no estabelecimento)

Especificação	Quantidade	(1) alvenaria (2) madeira (3) mista*	Ano de construção	Área construída em m ²
Aviários				
Casas de empregados				
Estábulo				
Galpão de máquinas				
Armazém				
Pocilgas/chiqueiro				
Outros (especificar)				

* Considerar: Alvenaria com menos de 50 anos – 1962;
 Madeira com menos de 30 anos – 1982;
 Mista com menos de 40 anos – 1972.

11) Máquinas e equipamentos:

(levantar informação sobre o modelo do veículo/trator/equipamento)

Especificação	Quant. (*)	Ano de fabricação	Valor atual (R\$)	Observação [marca/modelo]	
Caminhão					
Veículo utilitário					
Colhedora (modelo)	Quant.	Ano de fabricação	Valor atual (R\$)		
Trator (com menos de 20 anos-1992)				Potencia (cv)	Tração
Equipamentos (com menos de 15 anos-1997)	Quant.	Ano de fabricação.	Valor atual (R\$)	caracterização	
Arado de tração mecânica				Discos	
Grade de tração mecânica				Discos	
Semeadora de tração animal				Linhas	
Semeadora de tração mecânica-fluxo contínuo				Linhas	
Semeadora de tração mecânica – precisão				Linhas (soja)	
Ensiladeira				Linhas	
Roçadeira de tração mecânica				Largura	
Carreta agrícola				Toneladas	
Pulverizador tracionado				Comp. Barra	
Pulverizador montado				Comp. Barra	
Pulverizador autopropelido				Comp. Barra	
Ordeneira canalizada				Teteiras	
Ordeneira não canalizada				Teteiras	
Resfriador de leite - a granel				litros	
Resfriador de leite – imersão de tarros				tarros	
Motor elétrico				Hp	

(*) Quando houver algum sócio: Divida o número de máquinas pelo número de sócios.

Mudanças na produção e comercialização							
Por causa do PNAE:							
Passaram a produzir novos produtos? () Sim () Não				Quais?			
Aumentaram a quantidade produzida? () Sim () Não				Quais produtos?			
Passaram a planejar a produção para entregar com maior frequência (regularidade)? () Sim () Não				Quais produtos?			
Melhoraram a qualidade dos produtos? () Sim () Não				Quais produtos?			
Usaram mais tecnologia? () A assistência técnica () Maquinas/implementos () Agric. Orgânica () Adubos () Irrigação							
Outros:							
Se o PNAE acabar?							
Produção				Comercialização			
Mantém	Aumenta	Diminui	Dimin. Total.	Mantém	Aumenta	Diminui	Dimin. Total.
Manterá a comercialização com as entidades? () Sim () Não							
Por quê?							
A entrada no PNAE mudou a relação com os comerciantes? () Sim () Não							
Como e por que?							
O preço de algum produto melhorou no mercado por causa do PNAE?			() Sim	() Não	De quais produtos?		
Além do PNAE, onde você vende a produção				Antes do PNAE, onde você vendia essa produção?			
() Feira livre _%		() Supermercados _%		() Feira livre _%		() Supermercados _%	
() Ceasa _%		() Atravessador _%		() Ceasa _%		() Atravessador _%	
() Sacolões _%		() Atacadista _%		() Sacolões _%		() Atacadista _%	
() Cooperativa _%		() só vendo para o PNAE e cons. doméstico		() Cooperativa _%		() Não produzia esses itens	
		() outros _%		() Não vendia, só cons. doméstico		() outros _%	

O PNAE te influenciou a procurar outros mercados?	() Sim	() Não	
---	---------	---------	--

Como?			
Alguma experiência nova de comercialização foi proporcionada pela participação no PNAE?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim*	Qual?
Surgiu algum novo mercado (oportunidades de comercialização) para os produtos dos agricultores devido ao aprendizado proporcionado pelo PNAE?	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim*	Qual?
QUALIDADE			
Você segue a legislação sanitária exigida para a venda para o PNAE?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não*	*Porquê?
Você se preocupa com a qualidade do produto para entrega ao PNAE?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não*	*Porquê?
Houve, durante as fases do processo produtivo, a busca por melhorar a qualidade para atender as exigências do PNAE?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não*	*Porquê?
Os produtos são classificados?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não*	**Quais e porque?
A classificação é adequada?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não*	**Quais produtos e porque?
Os produtos de origem animal são inspecionados?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não*	**Quais e porque?
Como você avalia a qualidade dos seus produtos?	<input type="checkbox"/> Boa	<input type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Ruim
Algum beneficiário já reclamou da qualidade de seus produtos?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Você melhoraria a qualidade dos seus produtos se recebesse um valor a mais por isso?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não*	
Você acredita que há incentivos no programa para a melhoria da qualidade?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não*	
Você usa somente agrotóxicos registrados para a cultura que você planta?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não*	
Você cumpre os prazos de carência dos agrotóxicos?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não*	

PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO E REGULARIDADE DE OFERTA				
Como foram definidos os produtos para o projeto?	<input type="checkbox"/> Necessidade informada pelos consumidores	<input type="checkbox"/> Produção existente na comunidade	<input type="checkbox"/> Cooperativa	<input type="checkbox"/> Outros
Como foram definidos os quantitativos de produtos a serem vendidos?	<input type="checkbox"/> Necessidade informada pelos consumidores	<input type="checkbox"/> Capacidade de produção dos fornecedores	<input type="checkbox"/> Não sei	<input type="checkbox"/> Outros
Como foi definida a periodicidade de entrega dos produtos?	<input type="checkbox"/> Necessidade informada pelos consumidores	<input type="checkbox"/> Capacidade de produção dos fornecedores	<input type="checkbox"/> Não sei	<input type="checkbox"/> Outros
Como se dá a decisão de produzir?	<input type="checkbox"/> Com base no que eu posso produzir	<input type="checkbox"/> Com base na tradição da família	<input type="checkbox"/> De acordo com o preço dos produtos	<input type="checkbox"/> outro
Com a entrada do PNAE, mudou a forma de decisão?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		
Você entrega todos os produtos que foram acordados na proposta de participação?	<input type="checkbox"/> Sempre	<input type="checkbox"/> Frequentemente	<input type="checkbox"/> Nunca	
*Qual o motivo de não conseguir cumprir?	<input type="checkbox"/> O preço acordado é muito baixo, aí vendo no mercado por um	<input type="checkbox"/> frustração de safra por problemas climáticos.	<input type="checkbox"/> outro	
Você substitui produtos?	<input type="checkbox"/> Sempre	<input type="checkbox"/> Frequentemente	<input type="checkbox"/> Nunca qual a %	
Os produtos substituídos são equivalentes?	<input type="checkbox"/> Sempre	<input type="checkbox"/> Frequentemente	<input type="checkbox"/> Nunca	
Você consegue cumprir o cronograma de entrega descrito no projeto?	<input type="checkbox"/> Sempre	<input type="checkbox"/> Frequentemente	<input type="checkbox"/> Nunca	
Qual é o motivo de não cumprir?	<input type="checkbox"/> frustração de safra por problemas climáticos.	<input type="checkbox"/> não planejei a produção para entregar conforme o cronograma.	<input type="checkbox"/> outro	
Vender para o PNAE o motivou a planejar a produção para entregar regularmente em outros mercados?	<input type="checkbox"/> Sim	Como?	<input type="checkbox"/> Não, não tinha planejamento da produção e ainda não tenho.	
Você registra os dados da produção para identificar problemas e melhorar os pontos críticos?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		

Acesso aos Recursos Produtivos

Capital Natural

- Realiza rotação de culturas: _____ () Sim () Não
- Realiza o consorcio de culturas: _____ () Sim () Não
- Realiza adubação orgânica: _____ () Sim () Não
- Realiza controle alternativo de insetos e doenças: _____ () Sempre () As vezes () Nunca
- Realiza adubação/cobertura verde: _____ () Sempre () As vezes () Nunca
- Realiza plantio direto: _____ () Sim () Não
- Possui terraceamento/curva de nível nas áreas não planas: _____ () Sim () Não
- As embalagens dos produtos são recolhidas: _____ () Sim () Não
- O acesso de água para os animais é por bebedouros/deposito de água: _____ () Sim () Não
- Possui reflorestamento para preservação: _____ () Sim () Não
- Possui nascente/poço protegida (o): _____ () Sim () Não
- O lixo doméstico é recolhido: _____ () Sim () Não
- Possui fossa séptica: _____ () Sim () Não
Se não, a fossa simples é coberta: _____ () Sim () Não
- No ultimo ano agrícola, cultivou a mesma cultura consecutivamente: _____ () Sim () Não
- Utiliza grade, arado ou escarificador: _____ () Sim () Não
- Teve problemas com erosão no ultimo ano: _____ () Sim () Não
- Possui açude sobre curso d'água ou banhado: _____ () Sim () Não
- Fez extração recente nas florestas naturais que não pra autoconsumo: _____ () Sim () Não
- Os resíduos de saneamento são jogados direto no ambiente: _____ () Sim () Não

Capital Humano (saúde, habilidades, educação)

- Numero de pessoas que praticam algum esporte ou atividade física regularmente: _____
- Numero de pessoas sedentárias (não praticam nenhuma atividade física): _____
- Numero de pessoas com menos de 16 anos que não estudam: _____
- Numero de pessoas da família que tomam medicação de uso contínuo: _____
- Numero de pessoas da família que são fumantes: _____
- Possui plano de saúde: _____ () Sim () Não
- A família faz acompanhamento médico regular: _____ () Sim () Não
- Escutam ou assistem programas de informação: _____ () Sim () Não
- Leem jornal: _____ () Sim () Não
- Participam de cursos de formação: _____ () Sim () Não

Capital Financeiro (dinheiro guardado, jóias):

- Possui poupança/outro tipo de aplicação: _____ () Sim () Não
- Possui algum bem que possa ser vendido em alguma dificuldade financeira: _____ () Sim () Não
- Possui seguro agrícola: _____ () Sim () Não

Capital Social (associações):*Cada "sim" conta pontos positivos*

- Participa da Igreja: _____ () Sim () Não
 Faz parte da diretoria/conselhos: _____ () Sim () Não
- Participa do Clube de mães na comunidade: _____ () Sim () Não
 Faz parte da diretoria: _____ () Sim () Não
- Participa de Festas na comunidade: _____ () Sim () Não
- Participa da Associação de agricultores: _____ () Sim () Não
 Faz parte da diretoria: _____ () Sim () Não
- É sócio do Sindicato Rural/dos Trabalhadores Rurais: _____ () Sim () Não
 Faz parte da diretoria: _____ () Sim () Não
- Participa de Conselhos na comunidade, bairro ou município: _____ () Sim () Não
- Participa de Cooperativas: _____ () Sim () Não
 Faz parte da diretoria/conselhos: _____ () Sim () Não
- Participa de ONGs: _____ () Sim () Não
 Faz parte da diretoria: _____ () Sim () Não
- É filiado em Partidos políticos: _____ () Sim () Não
 Faz parte da diretoria/conselhos: _____ () Sim () Não
- Participam de Atividades de lazer, clubes de esporte: _____ () Sim () Não
 Faz parte da diretoria: _____ () Sim () Não
- Outra atividade: _____ () Sim () Não

ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

(No TCLE devem constar todos os itens listados abaixo, e que se apliquem ao tipo de pesquisa que será desenvolvida, podendo aparecerem até mesmo outros itens mais (itens complementares), que visem contribuir para melhor compreensão e garantia do respeito devido à dignidade humana. O TCLE deve ser redigido, e compreendido, de forma a preservar o sujeito de pesquisa)

Titulo da pesquisa: O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE DO PARANÁ: O CASO DA COOPAFI/CAPANEMA

Pesquisadora, com endereços e telefones: Keila Valandro, Rua Emilio Magno Glatt nº 350 Marmeleiro, telefone (46) 8807-3958

Orientador responsável: Dr. Miguel Angelo Perondi

Local de realização da pesquisa: Capanema Paraná

Endereço, telefone do local: COOPAFI, Rua 25 de Maio, 665, (46)3552-2497

A) INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

1. Apresentação da pesquisa.

O estudo busca visualizar a importância do mercado institucional e das políticas públicas para os agricultores familiares, bem como verificar a influência do PNAE na inserção dos agricultores familiares em novos mercados, se o PNAE amplia e aprofunda a relação do agricultor com o mercado, possibilitando elevar a renda rural via agregação de valor, se a Coopafi viabiliza a comercialização de produtos da agricultura familiar no mercado institucional do PNAE.

2. Objetivos da pesquisa.

Compreender as novas oportunidades de renda a partir do PNAE e verificar se esta experiência esta promovendo a inserção mercantil dos agricultores de maneira relativamente autônoma.

3. Participação na pesquisa.

A coleta de dados se fará por meio de entrevista gravada e questionário com perguntas estruturadas, por meio de respostas às perguntas realizadas pela pesquisadora para responder aos objetivos da pesquisa.

4. Confidencialidade.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados em pesquisas e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.

5. Desconfortos, Riscos e Benefícios.

5a) Desconfortos e ou Riscos: A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

5b) Benefícios: Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

6. Critérios de inclusão e exclusão.

6a) Inclusão: A inclusão nesta pesquisa será de forma recomendada pelo presidente da cooperativa em que os entrevistados participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

7. Direito de sair da pesquisa e a esclarecimentos durante o processo.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, como também na que trabalha.

Ressarcimento ou indenização.

Sr(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação.

B) CONSENTIMENTO (do sujeito de pesquisa ou do responsável legal – neste caso anexar documento que comprove parentesco/tutela/curatela)

Eu declaro ter conhecimento das informações contidas neste documento e ter recebido respostas claras às minhas questões a propósito da minha participação direta (ou indireta) na pesquisa e, adicionalmente, declaro ter compreendido o objetivo, a natureza, os riscos e benefícios deste estudo.

Após reflexão e um tempo razoável, eu decidi, livre e voluntariamente, participar deste estudo. Estou consciente que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Nome

completo: _____

RG: _____ Data de Nascimento: ___/___/_____

Telefone: _____

Endereço: _____

_____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura:

Data: ___/___/_____

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Assinatura

pesquisador: Data:

(ou seu representante)

Nome

completo: _____

Para todas as questões relativas ao estudo ou para se retirar do mesmo, poderão se comunicar com Keila Valandro, via e-mail: keila.utfpr@gmail.com ou telefone: (46) 8807-3958 ou (46) 3525-2790.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (CEP/UTFPR)
REITORIA: Av. Sete de Setembro, 3165, Rebouças, CEP 80230-901, Curitiba-PR, telefone: 3310-4943, e-mail: coep@utfpr.edu.br

OBS: este documento deve conter duas vias iguais, sendo uma pertencente ao pesquisador e outra ao sujeito de pesquisa.